



**Universidade Estadual da Paraíba - UEPB**  
**Pró-Reitoria de Pós-Graduação**  
**Mestrado em Desenvolvimento Regional**

**A fertilidade discursiva e os frutos estéreis da semente da  
paixão: uma análise sobre os Bancos de Sementes  
Comunitários da Borborema**

**Jurani Oliveira Clementino**

**Campina Grande – PB**

**2011**

Universidade Estadual da Paraíba  
Pró-Reitoria de pós-graduação e pesquisa  
Mestrado em Desenvolvimento Regional– MDR

Jurani Oliveira Clementino

**A fertilidade discursiva e os frutos estéreis da semente da  
paixão: uma análise sobre os Bancos de Sementes  
Comunitários da Borborema**

**Campina Grande  
2011**

**Jurani Oliveira Clementino**

**A fertilidade discursiva e os frutos estéreis da semente da  
paixão: uma análise sobre os Bancos de Sementes  
Comunitários da Borborema**

**Dissertação de mestrado apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
da Universidade Estadual da Paraíba (PPG/UEPB),  
como requisito à obtenção do título de mestre em  
Desenvolvimento Regional.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Marcionila Fernandes**

**Campina Grande  
2011**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

C626f

Clementino, Jurani Oliveira.

A fertilidade discursiva e os frutos estéreis da semente da paixão [manuscrito]: uma análise sobre os Bancos de Sementes Comunitários da Borborema / Jurani Oliveira Clementino. – 2011.

**120 f. : il.**

**Digitado.**

**Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, 2011.**

“Orientação: Profa. Dra. Marcionila Fernandes, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.”

1. Edafologia. 2. Desenvolvimento local. 3. Agricultura familiar. I. Título.

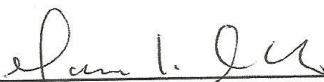
21. ed. CDD 631.4

Jurani Oliveira Clementino

**A fertilidade discursiva e os frutos estéreis da semente da paixão: uma  
análise sobre os Bancos de Sementes Comunitários da Borborema**

---

Dissertação apresentada em 06 / 10 / 2011  
Banca Examinadora



---

Prof.ª Dra. Marcionila Fernandes (UEPB - Orientadora)



---

Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa (UEPB - Examinador Interno)



---

(Prof. Dr. Éder Jurandir Carneiro (UFSJ/UFMG - Examinador Externo)

---

( Examinador Suplente)

Campina Grande  
2011

***Nossos objetos de estudo não deixam de ser, em parte, produtos de nós mesmos, resquícios de nossas experiências de vida, frutos de nossas idiossincrasias. Por isso dedico este trabalho aos meus avós que repassaram para os meus pais, que por sua vez transmitiram pra mim, a importância da seleção e do armazenamento de sementes para atender às necessidades básicas durante longos e imprevisíveis períodos de estiagem. Foi certamente acompanhando este trabalho que agora me propus a escrever estas linhas que seguem, a respeito das atuais políticas de seleção e armazenamento de sementes na região agreste da Paraíba.***

## **Agradeço**

***À minha orientadora Marcionila Fernandes pela confiança,  
Ao co-orientador Hermes Magalhães Tavares pela paciência,  
À minha família: avós, mãe, pai, irmãos, sobrinhos e afilhados,  
Ao Programa de Cooperação Acadêmica – Procad UEPB/UFRJ,  
A Capes pelo estímulo e incentivo a pesquisa,  
Aos agricultores do Pólo Sindical da Borborema,  
A todos os professores,  
Aos meus amigos e colegas,  
Aos funcionários deste programa,  
Aos funcionários desta universidade.  
Muito obrigado a todos!***

## **SIGLAS UTILIZADAS**

- ASA**– Articulação no Semiárido Brasileiro.
- ASA-PB**– Articulação do Semiárido Paraibano.
- AS-PTA**– Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
- BNB** – Banco do Nordeste do Brasil
- BSF** – Bancos de Sementes Familiares
- BSC**– Bancos de Sementes Comunitários.
- CAATINGA**– Centro de Assessoria e Apoio aos trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas.
- CEAAD** – Centro de Assessoria e Apoio ao Desenvolvimento.
- CEBs**– Comunidades Eclesiais de Base.
- CENTRAC**– Centro de Ação Cultural.
- CEOP**– Centro de Organização e Organização Popular.
- CEPFS**– Centro de Formação Popular e Formação Sindical.
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CETRA** – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador.
- CHESF**– Companhia Hidrelétrica do São Francisco. .
- CMMAD**– Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- CNPq**– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico.
- CODEVASF**– Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.
- CONAB**– Companhia Nacional de Abastecimento.
- CONTAG**– Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura.
- CPT**– Comissão Pastoral da Terra.
- CUT**– Central Única dos Trabalhadores.
- DNOCS**– Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.
- EMATER-PB**– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba.
- EMBRAPA**– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- EMEPA**– Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba.
- EUA** – Estados Unidos da América.
- FAO**– Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.
- FETAG**– Federação dos Trabalhadores da Agricultura.
- FESP** – Festa Estadual das Sementes da Paixão
- INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.



**IRPAA** – Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada.

**MAARA** – Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária.

**MMA**– Ministério do Meio Ambiente.

**MME** – Ministério das Minas e Energia.

**NEAD** – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

**ONG**– Organização Não-Governamental.

**ONU**– Organização das Nações Unidas.

**P1MC**– Programa Um Milhão de Cisternas para as Famílias do Semiárido.

**PAG-NE** – Programa de Ações Governamentais para o Nordeste.

**PATAC**– Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades.

**PEASA** – Programa de Estudos e Ações para o Semiárido.

**PRACASA**– Programa de Associativismo e Capacitação do Pequeno Produtor Rural no Semiárido.

**PRONAF**– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

**PROPAC**– Programa de Promoção e Ação Comunitária.

**SEAPAC** – Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários

**SEDUP**– Serviço de Educação Popular.

**SIH** – Superintendência de Estudos e Informações Hidrológicas.

**SRH**– Secretaria de Recursos Hídricos.

**STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

**SUDENE**– Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

**UEPB** – Universidade Estadual da Paraíba

**UFCG** – Universidade Federal de Campina Grande

**UFPB**– Universidade Federal da Paraíba.

**UNICEF**– Fundo das Nações Unidas para Infância e a Adolescência.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – Mapa dos Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba.....	61
<b>Figura 02</b> – Agricultores reunidos durante a V Edição da Festa da Semente da Paixão em campina Grande, Março de 2010 .....	67
<b>Figura 03</b> – Mapa dos municípios que compõem o Território da Borborema .....	69
<b>Figura 04</b> – Mapa de atuação do Pólo Sindical da Borborema .....	70
<b>Figura 05</b> – Banco de semente visitado na comunidade A .....	74
<b>Figura 06</b> – Banco de semente visitado na comunidade C .....	83
<b>Figuras 07 e 08</b> – Agricultora apresenta o banco de sementes da comunidade D .....	87
<b>Figura 09</b> – Banco de semente visitado na comunidade E .....	91
<b>Figuras 10 e 11</b> – Grupo de alemães visita assentamento rural da Paraíba .....	94
<b>Figuras 12 e 13</b> – Sede da associação comunitária e casa dos moradores do assentamento visitado .....	99
<b>Figura 14</b> – Liderança comunitária do município H .....	102

<b>Resumo</b> .....	12
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13

Cap. I - Políticas públicas para a pequena agricultura, o Terceiro Setor e o desenvolvimento local

Introdução .....	18
1.1- Políticas de valorização do pequeno agricultor. ....	19
1.1. 1 – Políticas de créditos e incentivos na Paraíba .....	24
1.2 - O contexto atual da pequena produção no campo.....	26
1.3 - Debate sobre o desenvolvimento local.....	29
1.4 – Terceiro setor? .....	35
1.5 - Qual a “função social” do terceiro setor?.....	

357

1. 6 - O debate dominante sobre o terceiro setor: Brasil .....	39
--	----

Capítulo II – Solidariedade, auto-ajuda ou ajuda mútua: Os Bancos de

Sementes .....	43
Introdução .....	43
2.1 Seleção e estoque de grãos. Um breve resgate histórico .....	43
2.2 - O Programa Banco de Sementes da Paraíba .....	57
2.3 – A política estadual dos Bancos de Sementes Comunitários .....	59
2.4 – A Festa Estadual da Semente da Paixão - FESP .....	63

Capítulo III – Conhecendo as experiências dos BSC e refletindo sobre os discursos dos agricultores .....

Introdução .....	68
4.1 – Município A: Legitimação do discurso .....	70
4.2 – Município B: Gestão pública.....	76
4.3 – Município C - O real e o ideal .....	82
4.4 – Município D – A “realidade” sem espaço para o romantismo .....	86
4.5 – Município E: crises e busca de uma identidade rural .....	89
3.6 – Município F – Uma experiência para “gringo” ver.....	93
4.7 – Município G: decifrando o enigma? .....	97
4.8 – Município H: Entre a “boa intenção” do Estado e “má vontade” da comunidade.....	100
Algumas considerações .....	104
Referencias .....	109

## Resumo

Este estudo apresenta os resultados de pesquisa sobre o funcionamento e a apropriação de oito comunidades envolvidas com o projeto de Bancos Comunitários de Sementes na Paraíba. O recorte geográfico está localizado na microrregião da Borborema. Todos os municípios mantêm parcerias com organizações não-governamentais, iniciadas a partir da década de 90, e que promovem ações ditas de desenvolvimento local. Nosso trabalho visa analisar em que medida estas políticas sociais, induzidas pelas ONGs, causam impactos na realidade social e econômica destas comunidades. Trata-se de uma análise empírica, com acesso aos bancos de sementes e agricultores associados ou não, para se compreender os processos, a capacidade de mobilizar os moradores das comunidades, as relações institucionais na preservação das sementes e se existe algum impacto na produtividade agrícola local. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas, depoimentos de agricultores familiares, agentes de ONGs e técnicos, além de observações participantes, visitas de campo e participação em eventos. Verificou-se que os atuais modelos de desenvolvimento difundidos pelas ONG's e empregados nas comunidades colocam os atores locais como um dos principais agentes do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que responsabilizam estes atores pela incapacidade de acompanhar os avanços do progresso. Verificou-se ainda pouco envolvimento da comunidade com os BSC, dezenas de bancos desativados e uma legitimação do discurso das ONG's nas comunidades através da figura do gestor.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento local, Organizações não-governamentais, agricultura familiar e terceiro setor

## **ABSTRACT**

This study presents the results of research on the operation and ownership of eight communities involved in the project of Community Seed Banks in Paraíba. The regional division is located in the microregion of Borborema. All municipalities maintain partnerships with nongovernmental organizations, started from the 90's, and that promote actions of so-called local development. Our work aims to analyze to what extent such social policies, induced by the NGOs, causes impacts on the social and economic reality of these communities. It is an empirical analysis, with access to seed banks and farmers associated or not, to understand the processes, the ability to mobilize community residents, institutional relations in the preservation of seeds and if there is any impact on local agricultural productivity. Data collection was conducted from interviews, testimonials from family farmers, NGO staff and technicians, as well as participant observation, field visits and participation in events. It was found that current development models distributed by NGOs and employers in the communities place the local actors as one of the major agents of development, while blaming these actors by the inability to monitor the progress. There was also little community involvement in the BSC, dozens of banks shut down and a legitimization of the discourse of NGOs in communities through the figure/incarnation of the manager.

**Keywords :** Local development, Non-Governmental Organizations, family farming and third sector

## INTRODUÇÃO

O meu primeiro contato com a experiência dos Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba se deu no início dos anos 2000 quando atuava como produtor da TV Paraíba LTDA. Na época exibíamos uma reportagem sobre esse processo de armazenamento e seleção de grãos do povo sertanejo e sua importância para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Ao propor como objeto de pesquisa no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, eu estava mais preocupado em fazer apologias a esta iniciativa que envolve a presença organizações não-governamentais e sindicatos rurais, do que uma reflexão sobre a viabilidade econômica desta ação dita de desenvolvimento. As minhas primeiras impressões eram de que, de fato, os Bancos de Sementes Comunitários – BSC transformavam a vida das populações envolvidas, eram capazes promover a interação sócio-cultural das comunidades, a participação de todos os moradores e o melhor acesso a renda.

O recorte escolhido fica na denominada microrregião da Borborema que compreende 16 municípios das regiões (agreste, brejo, curimataú) e onde, segundo a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA e o Pólo Sindical da Borborema, existem aproximadamente oitenta bancos de sementes comunitários. A escolha se deu pela proximidade do pesquisador com a área pesquisada e em função ainda do número significativo de comunidades e Bancos de Sementes nos municípios além da atuação da AS-PTA e do pólo Sindical da Borborema, ONG's responsáveis por essa mediação entre comunidade e Estado. Nosso desafio é analisar as experiências comunitárias/rurais de seleção e armazenamento de sementes dentro de um novo contexto político, econômico, social e cultural que conta com a mediação de ONG's, entidades sociais e o financiamento do governo que vêm nestas experiências um "novo modelo" de desenvolvimento.

Constrói-se a partir de vários questionamentos e, principalmente de uma inquietação sobre a atual produção científica na área da sociologia, da agronomia e da geografia que realizam constantes e variadas pesquisas sobre as experiências ligadas a agricultura familiar, a agroecologia, o

desenvolvimento rural/local etc. Entre outras dúvidas, as nossas perguntas buscam repostas para as seguintes questões: até que ponto a experiência dos BSC vem contribuindo para a independência política e econômica dos moradores das comunidades envolvidas? Há o envolvimento das populações das comunidades visitadas com esse projeto que se proclama de desenvolvimento local? Como os BSC podem (ou não) promover o desenvolvimento local? O que significa para estes gestores de ONG's, assim como, para os moradores das comunidades rurais, o conceito de desenvolvimento local? Qual o objetivo da criação de um Banco de Semente Comunitário? Como se dá a gestão destas experiências comunitárias? Estas questões merecem respostas porque imaginamos que a comunidade esteja envolvida, engajada e mobilizada em torno da criação e manutenção dos BSC. Espera-se que estes agricultores estejam articulados entre si e com outras comunidades que possuem as mesmas experiências como pregam os membros das ONG's.

Para atender aos objetivos e oferecer respostas as nossas questões teóricas e hipóteses, fez-se necessária a utilização de uma metodologia que contemplasse os aspectos empíricos da pesquisa. Neste sentido foi desenvolvida uma vasta pesquisa de campo, com a presença do pesquisador em oito, dos 16 municípios investigados, aplicando entrevistas, questionários com perguntas semiestruturadas, depoimentos de agricultores familiares, agentes de ONGs. Além disso, foi necessário acompanhar a realização de eventos como a V Festa da Semente da Paixão e toda a mobilização interna que antecedeu o evento, no intuito de compreender/verificar as estratégias de organização e articulação entre os atores e gestores das ONG's.

Na perspectiva de trabalhar com o desenvolvimento local para regiões pobres, cria-se em 1983 a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA. A organização procura promover o desenvolvimento tendo como base a agricultura familiar e a agroecologia. Ela atua orientando processos participativos de desenvolvimento local, no Nordeste (Projeto Paraíba), no Rio de Janeiro (Programa de Agricultura Urbana) e no Sul do País (Programa do Contestado - Paraná). Aqui na Paraíba o projeto se propõe a auxiliar e orientar projetos em diversas áreas. A AS-PTA concentra sua ação

em 15 municípios compreendidos pela área de abrangência do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema<sup>1</sup>. Além do fortalecimento e criação dos Bancos de Sementes Comunitários, a organização, juntamente com a ASA-PB e a ASA - Brasil estimula a produção de multimistura, construção de cisternas, a criação de pequenos animais, a produção de artesanato, remédio caseiro, produção e estocagem de forragem, adubo orgânico, inserção do agricultor no mercado entre outras. A AS-PTA se efetiva a partir de uma teia de organizações que envolvem instituições públicas e organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento de regiões pobres. No plano internacional a AS-PTA colabora com a FAO na organização da Conferência Mundial da Alimentação e participa do comitê executivo do Fórum Global para a Pesquisa Agrícola.

Na Paraíba as reflexões em torno da criação e fortalecimentos dos Bancos de Sementes Comunitários já existentes, foram iniciadas em 1995 através da AS-PTA em parceria com a ASA-PB, mas esta é uma prática milenar camponesa que foi apropriada recentemente pelos projetos de desenvolvimento das organizações não governamentais. A subdivisão do Estado em pequenas regiões foi uma estratégia utilizada para facilitar a atuação dos grupos envolvidos. Em 2002, ano de criação do Programa Estadual de Bancos de Sementes, foram catalogados 220 bancos espalhados por dezenas de municípios em nas microrregiões do Agreste, Brejo, Cariri, Curimataú, Médio e Alto Sertão

O presente trabalho está dividido em três capítulos. Inicialmente discutimos os conceitos e contradições relacionados ao termo terceiro setor, sua origem, a configuração do debate no âmbito global e nacional, sua relação com as questões rurais e como o desenvolvimento. Seguimos o nosso estudo resgatando as experiências que envolvem a seleção e o armazenamento de grãos no Brasil e no contexto global e sua relação com a agricultura familiar, como forma de estruturar um elo entre o nosso objeto de estudo e o debate teórico proposto. No caso brasileiro e, em particular na Paraíba, propomos um resgate histórico das políticas e estratégias de preservação das sementes tanto através das experiências de agricultores, quanto via Organizações Não

---

<sup>1</sup>Disponível em <http://aspta.org.br/programas/programa-paraiba/> acessado em 6 de agosto de 2011.



Governamentais (ONGs). A política estadual de estoque e conservação, o apoio governamental aos pequenos produtores através dessa política e a Festa da Semente da Paixão, momento simbólico que reúne produtores rurais, lideranças comunitárias, agentes do governo e autoridades para “celebrar” a colheita e “discutir” a situação do pequeno agricultor.

Na última etapa do nosso trabalho, que compreende basicamente uma análise de experiência empírica, buscamos alguns questionamentos a respeito dos Bancos de Sementes Comunitários tais como 1) sua funcionalidade; 2) A dimensão de apropriação e envolvimento da comunidade com os BSC; 3) As contribuições dos Bancos de Sementes para aumentar/melhorar a renda destas comunidades; 4) A relação com o resgate da biodiversidade local, 5) A efetiva execução dos objetivos propostos pelo programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários que envolvem controle de estoque, capacitação de agricultores, ampliação no número de bancos, articulação entre os bancos de Sementes etc. o apoio/mediação da AS-PTA.

Compreendemos que é preciso ter um olhar crítico sobre o que as instituições ditas não governamentais fazem e chamam de experiências de desenvolvimento local/rural. Elas estão lidando, quase sempre, com a problemática do desenvolvimento, colocando na base da discussão modelos que vão contra os parâmetros do que seria de fato desenvolvimento dentro de uma sociedade capitalista, valorizando o “arcaico” quando o moderno é o que se tem como referencial de progresso. Até agora nossos sementeiros tem prestado uma inestimável contribuição para a necessidade de conservar, preservar as sementes, mas ao mesmo tempo tem lhe atribuído um valor quase “idílico”, “romantizado”, “sobrenatural” ao produto.

Analisamos os conflitos e contradições existentes nas relações entre os atores sociais, os agentes e as instituições envolvidos na criação e administração dos BSCs. É a partir desta percepção que buscamos compreender o que está sendo posto e o que de fato acontece (os discursos e as práticas) nas comunidades. Valemo-nos de uma premissa importante: todas as relações sociais são vulneráveis a situações de conflitos. Sem conflitos não existiria a sociedade ou ela seria humanamente insuportável. Além do que concordamos com SOUZA (2009, p. 96), ao afirmar que “o efetivo conhecimento da realidade é surpreendente e muitas vezes penoso e

inquietante”. Por isso, este debate iniciado aqui, notadamente nos oferece questões de pesquisa e estudos diversos. Focaremos o nosso estudo apenas no que diz respeito ao programa Banco de Sementes da Paraíba.

## **Capítulo I – Políticas públicas para a pequena agricultura, o Terceiro Setor e o desenvolvimento local.**

### **Introdução**

Propomos neste capítulo, resgatar e refletir um pouco sobre o papel que a “pequena” agricultura, a agricultura camponesa e/ou familiar, aquela desvinculada, em parte, das relações com as grandes metrópoles e o mercado externo, tem exercido no contexto brasileiro e particularmente no tocante ao estado da Paraíba. Como esta atividade que congrega diversas ocupações e gera um certo tipo de renda, tem sido reconhecida, incentivada ao longo dos anos. Os avanços, as conquistas e os desafios dos pequenos empreendimentos agrícolas. A assistência técnica, as políticas de Estado e de governo que nas últimas décadas tem se voltado para esta pequena produção no campo. Resgatamos um breve histórico sobre a origem do termo e das propostas teóricas do chamado Terceiro Setor. A abordagem dada ao tema em debate segue um enfoque crítico e é sustentado aqui por uma discussão que não apreende o fenômeno de maneira isolada, mas “por ter como ponto de partida o movimento e as tendências das transformações do capital como um todo” (MONTAÑO, 2008, p.52). Privilegia ainda as discussões de autores que iniciaram as discussões favoráveis a intervenção da sociedade na solução dos problemas por ela enfrentada (IOSCHPE et. al.1997). O Terceiro Setor a nosso ver está, portanto dentro deste contexto, fazendo parte destas transformações e sendo ao mesmo tempo um produto delas.

Finalizando, propomos ainda, uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento local e suas implicações epistemológicas. A ideia é contemplar um uma discussão crítica das terminologias/conceitos aqui utilizados. Consideramos ser praticamente impossível dar conta da quantidade de discussões a respeito da temática aqui discutida, neste sentido buscamos aqueles que se aproximam mais de nosso objeto.

## 1.1- Políticas de valorização do pequeno agricultor.

A história econômica do Brasil, desde o período colonial, é marcada por uma economia agrária. A característica principal desta economia está nos grandes latifúndios que produziam essencialmente para o mercado externo. Para isso usava-se como força de trabalho, a mão de obra escrava. O Brasil, ao longo de quase cinco séculos, constituiu-se num grande e vasto campo de uma única cultura agrícola. Basicamente aquela que atendia as necessidades da metrópole.

Inicialmente o país foi sendo povoado, concentrando a sua população em “núcleos urbanos ao longo da costa”. Era uma nação que nascia de costas para o interior, olhando para o mar e penetrando pouco ou quase nada do seu território. Neste período, não existia quase nenhuma comunicação com o interior. Alguns fatores contribuíam para isso, como por exemplo, a inexistência de estradas e meios de transportes. (LINHARES E SILVA, 1981)

Neste sentido, a produção de alimentos para o consumo interno cumpre, durante um longo período de nossa história colonial, um papel secundário. Não podemos negar, inicialmente, o fato de que, em se tratando de agricultura, aqui no Brasil, a sua origem está associada ao período de colonização por parte dos portugueses. Com isso é evidente que a sua natureza seja condicionada a mercados longínquos e mercantis. Portugal e todas as nações imperialistas europeias buscavam uma região para explorá-la economicamente. Soaria ingênuo pensar este período sob outra perspectiva.

A própria legislação portuguesa para a colônia reflete, sobretudo, a preocupação de favorecer atividades rendosas capazes de justificar a empreitada monocultora do tipo comercial e em benefício do qual deveriam montar órgãos administrativos. (LINHARES E SILVA, 1981 p.117)

A literatura que trata esta temática é tímida, pouco representativa e indiferente a essa capacidade de produzir no contexto familiar. Furtado (1987) reconhece que essa relação econômica do Brasil colônia com o mercado externo gera uma arriscada dependência. Mesmo assim assinala o autor, “a economia açucareira do Nordeste brasileiro, com efeito, resistiu mais de três séculos as mais prolongadas depressões, logrando recuperar sempre que o

permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa”. (FURTADO 1987, p. 53).

Para atender as necessidades do mercado externo, o Brasil foi se reinventando economicamente. Da produção de açúcar, centrada basicamente no Nordeste brasileiro à criação extensiva de gado nos pampas gaúchos. Da “descoberta” de pedras preciosas no interior das Minas Gerais à produção de borracha nos rincões da região Norte do Brasil.

A defesa de seus principais sistemas econômicos fez com que a metrópole tomasse medidas drásticas com relação à colônia. A criação de gado, por exemplo, era uma atividade econômica radicalmente distinta das características da atividade açucareira. Para Furtado (1987) os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações devem ter sido grandes porque naquela época – século XVII, o governo português proibiu a criação de gado na faixa litorânea. Este mercado de pequena dimensão comparado ao alcance da economia açucareira era em grande medida uma atividade de subsistência, fonte de alimento, matéria prima (couro) que se utilizava praticamente para tudo. Era a retaguarda da atividade maior. Ocupava áreas que não serviam ou não foram ocupadas pela agricultura comercial especulativa.

Tão secundária era a importância dada à agricultura de subsistência no período colonial que mesmo existindo uma lei metropolitana que obrigava os produtores de açúcar, donos de escravos a plantarem mandioca para auxiliar o consumo interno e evitar a escassez de alimentos que ao lavrador de mandioca em geral competia às piores terras. Eles se ocupavam da produção do tubérculo nestes pedaços de terra porque os mesmos já não podiam receber outro destino, não seria, este solo, suficientemente capaz de produzir açúcar, algodão, café etc. (LINHARES E SILVA 1981, p.127)

Vários autores vão assinalar a Crise de 1930 como um marco que possibilitou ao Brasil um desenvolvimento industrial voltado para o consumo interno. No entanto estes trabalhos quase sempre se referem ao intenso processo de industrialização de bens de consumo, por exemplo, para atender às necessidades de um mercado atingido pela grande depressão nos mercados produtores e exportadores de mercadorias da Europa e Estados Unidos.

É por volta dos anos 1950 e 1960 que a “modernização do campo”, ou seja, a compreensão de que o campo poderia suprir a condição de dependência de um país rico de campos férteis como o Brasil, vai surgir. A ordem seria modernizar/industrializar a agricultura.

Transformação do campo era vista como condição *sine quo non* do desenvolvimento capitalista, na perspectiva dos ideólogos do desenvolvimento industrial no modelo clássico (subdesenvolvimento como processo), e cujos ‘entraves’ estariam localizados no setor de circulação, ou seja, na pequenez do mercado interno. Consequentemente a abertura desse mercado teria como ponto de partida a transformação da agricultura (modernização das forças produtivas e das relações de produção) e possibilitaria a expansão do capitalismo no Brasil. (LINHARES E SILVA 1981, p. 39-40)

Manuel Correia de Andrade, em seu clássico “*A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão Agrária no Nordeste*” vai reconhecer que o Brasil procurou “transferir para as atividades agrícolas os sistemas de administração de empresas”, algo que no início da segunda metade do século XX, dominava os setores industriais e comerciais. Isto se configurava num novo olhar sobre o rural com um velho propósito: produzir com vistas ao mercado externo. Dessa forma houve uma retomada da produção de açúcar na zona da mata nordestina para atender a essa demanda do comércio internacional. Assim, a pequena agricultura, o agricultor familiar e sua (pequena produção) de subsistência foram golpeados mais uma vez. Tomados pela ambição do comércio exportador. Como exemplo Andrade (1986, p.196) vai citar o caso de áreas tradicionalmente produtoras de rapadura e cereais do sul do Ceará.

Áreas (...) onde dominavam a pequena propriedade e havia razoável distribuição de renda, passaram a ser ocupadas por canaviais, como se observa no cariri cearense, onde uma usina de açúcar vem expandindo os seus canaviais e provocando a concentração da propriedade da renda.

Em resumo, até agora, o que se tem percebido na literatura acima citada sobre o modelo de produção agrícola no Brasil, é uma predominância da grande produção voltada para o mercado externo. A pesquisadora Nazareth Wanderley vai denominar este processo de modernização do campo como um projeto conservador, seletivo e excludente. Tendo a empresa rural como um modelo único para toda a atividade agrícola e a figura do grande proprietário de terra como via de acesso aos benefícios e políticas implementadas. “A

modernização da agricultura foi um projeto que se impôs ao conjunto da sociedade sob o argumento de que seria o portador do progresso para todos” (WANDERLEY 2009, p. 36-37).

No caso do Nordeste, toda a história desta região é marcada por conflitos agrícolas envolvendo quase sempre, os grandes grupos econômicos e as populações rurais. São casos em que posseiros são expulsos das terras que ocupam para dar lugar a projetos de irrigação; famílias que são indenizadas e fogem para a cidade porque no local em que moravam foi construída uma grande represa; estradas (vias de acesso que permitiu a comunicação com regiões mais desenvolvidas) fazem com que colonizadores explorem estas áreas com culturas comerciais mais rentáveis, beneficiando grandes grupos econômicos em detrimento da população rural (ANDRADE, 1986).

Um dos poucos exemplos de governos institucionais que demonstrou preocupação com a melhoria das condições de vida do homem “camponês” vem do vizinho estado de Pernambuco. Miguel Arraes procurou dar aos trabalhadores rurais o direito de greve e outras reivindicações. Política esta que possibilitou, entre outras coisas, o surgimento de movimentos organizados no campo, como as Ligas Camponesas, que teve ramificações e influência marcantes, inclusive, no meio rural paraibano<sup>2</sup> como lembra Andrade (1986 p.198):

O exemplo pernambucano refletiu-se, naturalmente em outros estados nordestinos e os trabalhadores rurais conseguiram, em algumas áreas, um nível de organização e um poder de reivindicação, semelhante ao de Pernambuco, também freado após a derrubada do governo constitucional.

De fato o Brasil tem uma história marcada economicamente por dualismos. O velho - representação do atraso, do *anti*-progresso, sempre associado ao interior, região sem dinâmica, marcada pela presença de latifúndios, coronéis, modelo de produção agrário etc., enquanto que a referência do novo, do progresso e da modernidade estava atrelada ao litoral

---

<sup>2</sup> O caso mais emblemático a respeito das Ligas Camponesas na Paraíba tem como principais personagens Elizabeth Teixeira e seu esposo João Pedro Teixeira, assassinado às margens de uma rodovia estadual próximo ao município de Sapé, zona da mata paraibana. A esposa de João Pedro assumiu a luta, chegou a ir até Brasília depor sobre a morte do marido, mas com o rigor do regime militar e a perseguição aos membros do movimento teve que se esconder no interior do Rio Grande do Norte. Esta história está narrada no filme documentário “Cabra Marcado para morrer” do cineasta Eduardo Coutinho.

com seus parques industriais desenvolvidos ou em pleno desenvolvimento, movido pela dinâmica de grandes comércios, marco da civilização.

Isso evidencia um longo e importante debate sobre o meio rural brasileiro que nos últimos anos esteve sempre ligado ao espaço vazio, a ausência de serviços, à predominância e insistência de uma pobreza extrema e generalizada como bem destacou Gomes da Silva (2010), comungando com o pensamento de outros importantes autores da nossa literatura, a exemplo da Professora Nazaré Wanderley e o economista Celso Furtado, vai refletir sobre o novo olhar direcionado ao espaço rural. Por que de uma hora para outra, o rural antes visto como a representação perfeita do atraso, “espaço de exclusão”, “incapaz de gerar emprego e renda” agora tem a sua valorização na ordem do dia?

O rural e, em especial, a pequena propriedade rural ganharam atualmente uma configuração que traz como referencial a oposição ao que a cidade tem de sinônimo. É no rural que se encontra a água limpa, a paisagem perfeita, o ar puro, o silêncio. É recorrendo a Schneider (2010) que Gomes da Silva (2010, p.3) vai elencar quatro fatores importantes para se compreender a emergência do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil;

1º A trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira. [...]

2º A crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto através das políticas para a agricultura familiar como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras. [...]

3º As mudanças no âmbito político e ideológico, [quando] setores das elites agrárias que até então eram contrárias às mudanças, particularmente no apoio às políticas sociais e de caráter compensatório viram-se forçados a mudar de posição, tal como na questão da reforma agrária. [...]

E o último fator, que vem em decorrência das severas críticas às consequências do modelo agrícola da “revolução verde” está relacionado ao tema da sustentabilidade ambiental.

E como se o urbano não comportasse mais as atividades promotoras do desenvolvimento econômico, tendo este espaço alcançado à superação e houvesse uma necessidade de conquista “descoberta” de novos espaços para estes modelos serem aplicados, desenvolvidos.



### 1.1. 1 – Políticas de créditos e incentivos na Paraíba

O tratamento dado ao pequeno agricultor no plano estadual representa uma extensão da política direcionada ao setor em escala nacional. Os planos operacionais para o setor público agrícola evidenciam isso. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Paraíba previa entre os anos de 1978 e 1979, entre outras ações de apoio a produção agrícola, a produção de sementes e mudas; o incentivo a produção de feijão mulatinho; diversificação da produção agrícola; oferta de insumos, implementos e equipamentos agropecuários; desenvolvimento da abacaxicultura e desenvolvimento do Projeto Sertanejo<sup>3</sup> – núcleos de Picuí, Taperoá e Conceição.

Aqui na Paraíba o Projeto Sertanejo era executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SAA e previa ações de operacionalização e manutenção do núcleo de Picuí e implantação dos núcleos de Taperoá e Conceição. Dentre as ações do projeto estavam seleção, treinamento e contratação do pessoal técnico e gerentes, construção e ou aquisição de obras de infraestrutura, elaboração de diagnóstico da área e do plano de ação.

O objetivo principal era formar reservas hídricas para fins produtivos, intensificar a produção irrigada mediante a construção de canais reservatórios e sistemas de drenagem, difundir práticas racionais de manejo de água, culturas adaptáveis à área, produção de forragens irrigadas, formação de campos de pastagens resistentes à seca, conservação de forragens e grãos e racionalização de manejo do rebanho. O projeto objetivava ainda a conservação de solos através da plantação em curva de nível, rotação de culturas, cobertura vegetal, pouso etc., e a prestação de assistência técnica, serviços agrícolas e crédito.

#### **Instituições envolvidas no Projeto sertanejo<sup>4</sup>**

<b>SAA</b> -Gerencia de núcleos <b>EMATER</b> – Assistência Técnica aos produtores <b>CIDAGRO</b> – Prestação de Serviços Agrícolas (mecanização, insumos)
--

<sup>3</sup> Foi um dos programas/projetos criados/implantados pelos Militares durante a década de 1970 e que visava o desenvolvimento/integração da região semiárida. Foi criado em 1976 e visava dar apoio a pequenos e médios produtores rurais no Nordeste. Ver: SILVA, 2006 p.63

<sup>4</sup> SAA-CEPA 1978, P. 50

<b>CIBRAZEM/CFP/COBAL</b> – Apoio a comercialização da produção <b>BB e BNB</b> – Fornecimento de Crédito <b>INCRA</b> – Normatização dos aspectos fundiários <b>SUDENE</b> – Coordenação, acompanhamento e liberação de recursos <b>MINTER</b> – Alocação de recursos <b>CEPA</b> – Avaliação
---

No tocante ao incentivo a produção de feijão mulatinho, a política estadual para aquele período, previa a implantação de 6.000 (seis mil) há de *feijão phaseolus*, através da concessão de estímulos especiais ao produtor rural. Entre estes *estímulos especiais* estavam os insumos modernos (máquinas e equipamentos), a assistência técnica e a demonstração de cultivo junto aos produtores.

No que competia a produção de sementes, a política agrícola para a época previa, a capacitação de produtores rurais para produzir e comercializar sementes e mudas através do estabelecimento de normas e concessão incentivos. Entre os cultivares de destaque estavam o algodão arbóreo (84 toneladas) e o algodão herbáceo (772 toneladas). O projeto previa a instalação de campos de multiplicação de sementes, distribuição de 200.000 (duzentas mil mudas) de algaroba e 700.000 (setecentas mil mudas de sabia, aos produtores rurais previamente selecionados e treinados.

A comercialização agrícola ficava sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Agropecuária da Paraíba - CIDAGRO e previa a compra direta aos agricultores de baixa renda da produção de milho, feijão, arroz e farinha de mandioca. O objetivo era assegurar ao agricultor os benefícios da política de preços mínimos do governo e regular o mercado dos gêneros de primeira necessidade. Tal política deveria abranger todas as regiões do estado e buscava junto a Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA, evitar as manobras e especulações dos agentes intermediários/atravessadores.

Para as cidades de Campina Grande e João Pessoa, ao plano operativo agrícola estadual previa para aquele período de dois anos, através das Centrais de Abastecimento da Paraíba S/A-CEASA-PB, organizar, padronizar e introduzir melhorias em oito feiras livres, com vistas a um melhor controle técnico operacional do processo de comercialização de produtos hortigranjeiros, beneficiando tanto os varejistas como o consumidor final. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado da Paraíba –

EMATER-PB planejou ainda para aquele biênio, transferir tecnologia agropecuária a 32.448 (trinta e dois mil quatrocentos e quarenta e oito) produtores rurais de alta, média e baixa renda, visando a racionalização das atividades produtivas das culturas de algodão arbóreo, algodão herbáceo, abacaxi, arroz, café, cana-de-açúcar, feijão, milho, mandioca, banana, tomate, batata inglesa, alho, laranja, melão, essências florestais, bovino de corte, bovino de leite, caprino e ovino de corte.

Dentro das ações, estava ainda, a prestação de orientações técnicas a 7.965 proprietários rurais na utilização de práticas adequadas de conservação de solos; orientar tecnicamente 24.409 produtores rurais isoladamente ou através de cooperativas, quanto a comercialização de seus produtos, enfatizando os aspectos e oportunidades de preços e mercados, eliminação das intermediações e benéficos da política de preços mínimos do governo e levar ao produtor rural, técnicas e práticas racionais de administração da empresa rural visando aumentar a sua eficiência.

A EMATER-PB previa ainda a difusão de agropecuária, conservação de solos, comercialização, administração rural e organização comunitária nos cento e setenta e um municípios do estado através de veículos de comunicação de massa; a elaboração de 6.172 ( seis mil, cento e setenta e dois) planos de crédito rural, com montante previsto para Cr\$ 465.728.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco milhões e setecentos e vinte e oito cruzeiros) de financiamento, capacitação de 7.461 (sete mil quatrocentos e sessenta e um), médios e pequenos produtores rurais através de 451 cursos.

## **1.2 - O contexto atual da pequena produção no campo**

O final dos anos 1980 e a década de 1990 vão ser marcados por um intenso processo de redemocratização do país. O objetivo da lutas sociais era por uma maior participação dos Estados e municípios, descentralizando e desburocratizando o estado nacional. Os movimentos engajados na luta por uma maior participação social, reivindicavam um espaço próprio de intervenção e expressão dos atores sociais no âmbito da política institucional como destaca Schneider etall (2004 p. 10)

Mais próximos dos cidadãos e os problemas concretos da população, as esferas locais do estado, foram reinterpretadas contrariamente à tradicional visão que as identificava como arcaísmos da sociedade brasileira, como *lócus* da inovação institucional e da geração de respostas efetivas para as demandas e interesses sociais.

A participação é constituída desde então sob a perspectiva de um Estado mínimo, ausente, descompromissado com a sociedade em torno da garantia de seus direitos. É nesta perspectiva e aproveitando-se desse momento que vão agir as articulações entre movimentos sociais, ONGs, e várias outras organizações ligadas ao campo. Para eles, esgotara-se o discurso e as ações dos governos no tocante ao desenvolvimento da região semiárida porque as ações visavam a “modernização da agricultura” com políticas impostas de cima para baixo e que desconsideravam o homem do campo e seus vários aspectos, sua realidade local etc.

Portanto, é preciso “considerar a realidade local e a partir daí definir os tipos de desenvolvimento que se quer, a técnica mais adequada, etc; contrapor-se à idéia do “moderno” que se divulga nos programas governamentais; e resolver os problemas estruturais (a reforma agrária seria um desses problemas)”. Enfim, por um lado, modernização não implica em desenvolvimento, por outro, crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento – este implica em “qualidade de vida!” (DINIZ 2004, p 52)

A resposta do Estado, frente às pressões do movimento sindical rural, espaço de luta e reflexão que tem sua origem mais fortemente associada ao final dos anos 1980 é a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no anos 1990. As inspirações para a criação do programa e as diretrizes que vão nortear a formulação de políticas públicas para os agricultores foram encontradas em estudos da FAO/ONU/INCR. Em 1994, o governo do presidente Itamar Franco cria o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (provap). Este seria para (Schneider e Tall 2004 p.23) o “embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares”.

Em 1995, já no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, acontecem as primeiras reformulações no Provap. As mudanças estavam ligadas a concepção e abrangência do programa. Surge, portanto como fruto dessas reformulações o Pronaf, através do decreto presidencial nº 1.946, de 28 de julho de 1996. um ano depois, já em 1997, o programa ganha mais

dimensão e passa a operar de forma integrada em todo o território nacional, como o crédito rural, custeio agrícola, investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa. (SCHNEIDER e tal 2004).

Entre os principais desafios do Pronaf estão: fortalecer a agricultura familiar mediante o apoio técnico e financeiro, contribuir para a geração de emprego e renda, melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Schneider (2004, p.24-25) enumera quatro objetivos específicos do programa, apresenta as quatro grandes linhas de atuação do Pronaf e define o público alvo, composto basicamente por agricultores familiares que estão inseridos em determinados critérios.

#### **Objetivos do Pronaf**

- 1 – ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- 2 – viabilizar a infraestrutura necessária do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- 3 – elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- 4 – estimular o acesso desses agricultores nos mercados de insumos e produtos.

#### **Linhas de atuação**

- 1 – financiamento da produção;
- 2 – financiamento da infraestrutura e serviços;
- 3 – capacitação e profissionalização dos agricultores familiares;
- 4 – financiamento da pesquisa e extensão rural.

#### **Público Alvo**

- a) Agricultores familiares que tenham pelo menos 80% da renda oriunda da atividade agropecuária
- b) Possuir ou trabalhar em estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for a pecuária
- c) Explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário
- d) Utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar;
- e) Residir no imóvel ou aglomerado rural ou urbano próximo
- f) Possuir renda bruta familiar de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Em 1999 o Pronaf deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura e passou a ser incorporado ao recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A Secretaria de Desenvolvimento Rural deu lugar, no mesmo período, a Secretaria de Agricultura familiar (SAF), responsável institucionalmente por diversas linhas de atuação do Pronaf e demais programas ligados à agricultura familiar. “Nessa nova estrutura organizacional, o tema da agricultura familiar ganhou mais espaço, tanto na esfera pública

federal como na sua visibilidade junto à sociedade civil” (SCHNEIDER e tal 2004, p. 29).

Outras mudanças surgiram no início do primeiro governo Lula que implicaram no Pronaf. No âmbito do MDA foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) a qual passou a definir e gerenciar a modalidade do Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais. Abramovay 2002 *apud* Schneider etall (2004, p. 31), reconhece três importantes inovações do Pronaf ao longo dos primeiros seis anos de existência do programa: a) o reconhecimento dos agricultores familiares como protagonistas de políticas públicas; b) a criação de um processo de negociação entre agricultores e suas organizações e governo; e c) o estabelecimento de um enfoque territorial para políticas públicas ressaltando-se, neste caso, o papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR)<sup>5</sup> criados por demanda do Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais.

Vale destacar ainda de acordo com o pensamento dos autores acima discutidos, que o Pronaf é uma política pública em construção e que, por isso, exige adaptações contínuas devido a diversidade social dos agricultores familiares e às diferenças regionais.

### **1.3 - Debate sobre o desenvolvimento local**

A sociologia compreende a necessidade e a possibilidade de se viver melhor através das sinergias do espaço local, mas não se apega somente a romantização do termo. Ao se referir ao conceito de desenvolvimento local Oliveira (2001 p. 13) faz uma crítica à forma como se geralmente entende o conceito de desenvolvimento local. Para ele, este tipo de desenvolvimento é comumente “apresentado como algo capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades”. Compreendido assim o desenvolvimento local se isolaria de algo mais complexo da sociedade moderna e tenderia a ser um processo idêntico ao que já está posto. O desafio visto por Oliveira é um modelo de

---

<sup>5</sup> Para melhor compreender o papel e a atuação dos Conselhos ver o livro Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Schneider, Silva e Marques (orgs) Editora UFRGS, 2004.

desenvolvimento que der conta dessa sociedade complexa e que não volte às costas para ela.

As experiências de desenvolvimento local sejam aqui no Brasil ou mesmo na Europa (França e Itália), que notadamente são mais conhecidas e serviram como pano de fundo para fomentar os debates desta temática, são modelos únicos e aplicados àquelas regiões do planeta. Para (OLIVEIRA 2001) é preciso compreender o desenvolvimento local na perspectiva: de “uma noção polissêmica; qualquer tentativa, pois, de transformá-la em modelos paradigmáticos, está fadada ao fracasso”.

É no campo do desenvolvimento local romantizado que provavelmente residem a as esperanças de Bagueiro (*apud* Albagli 1999, p.) que diz: “No sistema de relações que configuram o ambiente local, a dimensão cognitiva dos atores expressa em sua capacidade de tomar decisões estratégicas e em seu potencial de aprendizado e inovação – é determinante de sua capacidade de capitanear os processos de crescimento e mudança, ou seja, de desenvolvimento local”.

Algumas destas esperanças possuem horizontes temporais visíveis, alcançáveis, outras residem e permanecem no plano da imaginação porque nem sempre o que se espera acontece de fato, se concretiza, se realiza. Por isso que determinados pesquisadores principalmente aqueles ligados às alas mais críticas das ciências falam da possibilidade do desenvolvimento local “criar *lócus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum” Oliveira (2001, p.14)

É possível que o processo que mais ameaçou as esperanças locais e ao mesmo tempo serviu para despertar os interesses destas mesmas comunidades por colocarem-nas sob condições de submissão a um sistema emergente, totalitário e dominador foi certamente a globalização. A partir do momento em que as distancias espaciais diminuíram, as relações comerciais se fortaleceram e o indivíduo, o cidadão comum, muitas vezes já esquecido pelos modelos desenvolvimentistas tradicionais e antidemocráticos se viu ainda mais excluído, distante deste processo, fora das tomadas de decisões. É o momento de fazer existir. Como isso foi possível? Através da racionalização. “É preciso enfrentar o processo de globalização de forma crítica. Não devemos

perder as esperanças diante da possibilidade emergente de uma derrota” Oliveira (2001 p. 19).

Tínhamos muitos motivos para desistir como nos lembra Del Castro (2000, p. 35) ao se referir, por exemplo, no campo econômico da década de 1990 com o processo de privatizações dos serviços públicos em todo o mundo, reorganizações das atividades econômicas que trouxeram consigo uma uniformidade de ideias sobre os objetivos políticos gerais no campo econômico mundial.

Clarke & Gaile 1992 (*apud* Borba 2000, 36) compreendem as experiências de desenvolvimento local da seguinte maneira:

Nos níveis locais, regionais e nacionais ações para o desenvolvimento ocorrem através de agentes que representam interesses coletivos da comunidade ou setoriais ou de grupos particulares que agem e intervêm diretamente no espaço regional, introduzindo um relacionamento entre atores locais no qual os múltiplos objetivos se associam para intervenções coletivas não-governamentais abrangendo bens públicos e privados.

Na visão posta acima se compreende que para a efetivação de um projeto de desenvolvimento local necessário se faz da união e participação de vários outros atores sociais envolvidos. Desde o setor público administrativo a integrantes de projetos privados e principalmente do papel de organizações não governamentais que viabilizem ou facilitem também a integração dos membros das comunidades locais com os detentores do poder econômico e político.

Assim surgem também as diferentes possibilidades de atuação e corrobora, portanto que para se promover o desenvolvimento local não é necessário se revestir de armaduras e criar uma tensão com o já posto projeto de globalização sem apresentar para tanto uma alternativa, uma terceira via, uma porta de saída para a crise. As experiências de desenvolvimento local, ora entendidas como “adaptações dos dominados” e não “alternativas à dominação” muitas vezes confundem os leigos no assunto. Por isso Oliveira (2001 p. 19) é enfático ao dizer que: “O desenvolvimento local deve ser entendido como tendência contrária aos processos dominantes, ao mesmo tempo que necessita inventar uma nova forma que não possa ser assimilada pelo adversário global, concentrador e ante democrático”



O que facilita bastante as experiências de desenvolvimento local em não serem copiadas, apropriadas e reproduzidas pelo processo global de desenvolvimento são exatamente as suas singularidades mencionadas anteriormente. “Sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses, de apaziguamento do conflito” o conceito de desenvolvimento local vem preencher uma lacuna e atender um desejo perdido em meio as desordem do progresso. (Oliveira 2001 p. 23).

Na busca de encontrar o caminho de volta pra casa, ou na necessidade de se enxergar como integrante do meio é que a antropologia também busca significados para a compreensão de espaço físico e do conceito de local como lembra Da Mata s/d (*apud* Moas 2002 p. 31):

O local não pode ser entendido apenas como um espaço físico, pois que o aspecto social também necessita ser situado. O espaço se confunde com a própria ordem social, de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores não se pode saber como o espaço é concebido. Pode se dizer que o espaço não existe como dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado, embebido em outros valores que servem para a orientação geral

Se no Brasil toda uma conjuntura política (ditadura, autoritarismo, repressão) impediu que as discussões acerca do desenvolvimento local fluíssem principalmente entre as décadas de 1960-1980, na Europa (França Itália e Inglaterra) iniciam já na década de 1970 experiências de descentralização, planejamento das políticas públicas e intensa participação da sociedade na “organização do espaço político através das organizações comunitárias” Moas 2002 p. 32. No caso Europeu, conforme lembra Borba (2000 p. 37) as primeiras experiências de desenvolvimento econômico local partiram de partidos de esquerdas ainda na década de 1970. Eles estavam preocupados em promover um novo papel para o setor público diante do crescimento ideológico neoliberal, principalmente nos países que estavam enfrentando um processo de desaceleração econômica determinado pela desativação das indústrias de setores como o siderúrgico e o têxtil, tradicionais e grandes empregadores.

No caso brasileiro somente com o processo de redemocratização, início da década de 1980, que a população local pode participar, embora ainda de forma tímida das tomadas de decisões, inclusive através do voto. Nos anos

seguintes cresce consideravelmente o interesse pelas questões de âmbito regionalizado/localizado. A exemplo podemos citar as greves, as reivindicações operárias, relacionamento entre sindicatos e partidos políticos etc.

Santos 1994 (*apud* Borba 2000 p. 19) acredita que a base da transformação do mapa mundial pode está no movimento de transformação que ocorre no local onde o espaço acolhe o novo, mas guarda o vigor de sua particular herança material e cultural. Este espaço “compartilhado pelo cotidiano” denominado de local não possui, portanto uma única especificação é um termo complexo quando se faz uma ligação com a perspectiva do desenvolvimento e privilegia a união de atores e instituições, acumulando e compartilhando as responsabilidades no mesmo espaço geográfico.

### **Definição do novo momento de desenvolvimento econômico no contexto local**

<b>Ideias para a teoria de desenvolvimento econômico local</b>		
Componente	Conceito antigo	Novo conceito
Emprego	Mais firmas = mais emprego	Firmas que trazem empregos de qualidade de acordo com o perfil da população local
Base de desenvolvimento	Construindo setores econômicos	Construindo novas instituições econômicas
Valor da Localização	Vantagem comparativa baseada em valores físicos	Vantagem comparativa baseada em ambiente de qualidade
Recurso de conhecimento	Força de trabalho disponível	Conhecimento como propulsor econômico

Fonte Blakely (1994) *apud* Borba (2000, p.22)

O autor deixa claro aqui a sua compreensão de um modelo de desenvolvimento econômico preocupado com o que muitos vão denominar de “recursos humanos”. É preciso envolver as comunidades e reconhecer suas experiências nesse modelo emergente de desenvolvimento. Não é mais interessante implantar modelos exógenos ou pensar paradigmas desenvolvimentistas voltadas para o incentivo e fomento da industrialização.

É seguindo esta perspectiva que vão surgir as políticas de desenvolvimento fomentadas pelas organizações não governamentais, principalmente, a partir dos anos 90. Em parte fomentadas por um novo

discurso que retira do Estado a responsabilidade de promover o desenvolvimento como podemos a seguir:

### **Política Neoliberal e o pensamento do Banco Mundial<sup>6</sup>**

O estado deve retrair suas ações e ser apenas parceiro dos mercados;  
Sua função é complementar ao mercado, jamais substituir;  
Sua função deve ser a de implantar instituições que estimulem um melhor desempenho dos mercados;  
O Estado deve eliminar aquelas instituições que não cumprem mais com os seus objetivos  
A tudo isso chamam de "Boa governança";  
O Estado deve apenas criar um ambiente favorável a ação dos mercados, que gere certeza a iniciativa privada, eliminar a corrupção e assegurar os direitos de propriedade;  
O Estado deveria ainda cuidar daqueles setores da produção de bens e serviços em que ao setor privado não interessa entrar (bens públicos, prestações de serviços sociais não rentáveis etc).

#### **POBREZA**

Os indivíduos que conseguem atuar no mercado;  
Os incapazes de integrar-se aos mercados "os pobres", dos quais o Estado deve cuidar por meio de suas políticas sociais, residuais e focalizadas.

#### **RECOMENDAÇÕES DO BANCO MUNDIAL NO COMBATE A POBREZA**

ANOS 90 - pobreza significava "Incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo";  
- O que é padrão de vida mínimo?  
- O que se entende por incapacidade?  
Até este momento a pobreza está associada a questão de renda, econômica, consumo.  
As capacidades também eram medidas pelas oportunidades econômicas, prestação de serviços sociais.  
A saída para o fim da pobreza, segundo o Banco Mundial, era investir no capital humano (educação e saúde), mas os indivíduos integrados aos mercados se davam porque estes possuíam capital humano;  
O Estado deveria focar suas políticas sociais aumentando consideravelmente o capital humano.

#### **ANOS 2000 - 2001**

A Pobreza deixa de ser apenas incapacidade "renda" e passa a ser um fenômeno multifacetado, decorrente de múltiplas privações produzidas por processos econômicos e sociais que se relacionam entre si;  
Neste relatório estão presentes as ideias de Amartya Sen "O impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional".  
Pobreza agora é "privação de capacidades" que faz com que o potencial do indivíduo em auferir renda seja diminuído;  
Surge com esse relatório do Banco mundial a noção de Sen "Desenvolvimento como Liberdade" que nada mais é do que o entendimento do desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades humanas. Assim para que a pobreza seja reduzida, faz-se necessário que o Estado atue apenas no sentido de aumentar estas liberdades e deve fazê-lo por meio de expansão das capacidades humanas dos pobres - Estado caridoso;  
Portanto para o BANCO MUNDIAL - Pobreza é um fracasso individual daquele que não consegue ser competitivo. É desse pobre que o Estado deve cuidar. Com os outros indivíduos - os competitivos - o Estado não deve se preocupar, pois são capazes de garantir o próprio sustento.

---

<sup>6</sup>A CATEGORIA “POBREZA” NAS FORMULAÇÕES DE POLÍTICA SOCIAL DO BANCO MUNDIAL. Vivian Domínguez Ugá, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf> acessado em 12 de julho de 2011

Nesta perspectiva sai de cena o Estado para dar espaço às ações mediadas pelo Terceiro Setor – instituições privadas desenvolvendo atividades sem fins lucrativos? Mas afinal o que é o terceiro setor, quais as suas origens?

#### 1.4 – Terceiro setor?

Existem diversas contradições sobre a origem do termo terceiro setor. A afirmação mais aceitável é a de que ele surge pela primeira vez há pouco mais de trinta anos, em 1978 tendo como berço os EUA. Para (IOSCHPE 1997) O termo é na verdade um conceito, uma expressão de linguagem traduzida do inglês (*third sector*). Costuma ser associada a outras expressões de uma mesma origem: “organizações sem fins lucrativos” (*non profit organizations*) – organizações cujos benefícios não podem ser distribuídos entre diretores e associados -, “organizações voluntárias” que complementa o sentido primeiro da expressão – criado pelo puro ato de vontade de seus fundadores. Nesta mesma linha de raciocínio, os ingleses vão falar de caridade (*Charities*) que remete a ideia religiosa medieval de doação (de si para o outro). Na literatura anglo-saxã percebe-se também a noção “filantropia” que está associada, mais uma vez, a caridade religiosa. Outra palavra correlata para se referir ao termo é “mecenato” embora este por sua vez esteja mais associado a ciências e artes.

Considerando os debates referentes ao terceiro setor, é possível perceber que o “amadurecimento” da terminologia e os primeiros problemas referentes ao conceito são evidenciados ainda na década de 80. Para (Landim *apud* Montañó 2008) Não se sabe ao certo se ele [o conceito] tinha como referência os novos movimentos sociais e as ONGs das duas décadas anteriores ou seria uma inspiração nas ações filantrópicas desenvolvidas principalmente pela igreja, as Santas Casas de Misericórdia, a Cruz Vermelha e etc. que vinham sendo implementadas ao redor do mundo desde o século XV.

O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos. Inclui dezenas de milhares de instituições absolutamente indispensáveis à vida da comunidade, através da nação – igreja, hospitais, museus, bibliotecas, universidades e escolas privadas, grupos de teatro, orquestras sinfônicas e organizações de assistência social de vários tipos. Todas elas dependem, para sua sobrevivência, de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos. (LNADIM, 1999, *apud* MONTAÑO 2008, p.53)

Agregando uma diversidade e heterogeneidade de sujeitos, o terceiro setor se sustenta num ideal de igualdade e muitas vezes deixa de perceber os conflitos de interesses (contrários e contraditórios) dessa diversidade social. As contradições do conceito ficam claras no próprio termo “não-governamental” e “não lucrativo”:

As chamadas *organizações não-governamentais* (ONGs), quando hoje passam a ser financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental, por meio de *parcerias*, ou quando são contratadas pelo Estado (federal, estadual ou municipal), para desempenhar, de forma *terceirizada*, as funções a ele atribuídas, não parecem tão fiéis a seu dito caráter “não-governamental” e a sua condição de “autogovernada”. (MONTANO, 2008, p. 57)

Por que então o termo “Terceiro Setor”? A compreensão é de que existem dois outros setores sociais: o primeiro representado pela figura do Estado com suas normas, conjunto de leis, responsabilidade e ações; o segundo comandado pelas leis do mercado e; o terceiro configurado aqui pela sociedade civil e seu conjunto de atores/instituições. É como se o político pertencesse à esfera estatal; o econômico ao âmbito de mercado e o social remetesse apenas à sociedade civil. A confusão conceitual sobre o terceiro setor está presente em praticamente todos os seus teóricos. Tentando justificar a criação do termo loschpe (1997, p. 92) conclui:

Pode-se, pois, dizer que o Terceiro Setor é, em primeiro lugar, um conjunto de instituições que encarnam os valores de *solidariedade e os valores da iniciativa individual em prol do bem público*. Isso não significa que tais valores não sejam evidentes também em outros domínios, mas sim que no terceiro setor eles encontram plenitude.

Para a nossa linha de investigação essa definição configura-se como algo bastante reducionista. Para (Rifkin, *in* IOSCHPE 1997 p. 21) “Pode-se dizer ainda deste Terceiro Setor que realmente é o primeiro setor. É preciso compreender que, quando se estabelece a civilização, em primeiro lugar, estabelece-se a comunidade, depois surge o comércio e o governo: a comunidade vem sempre primeiro.” O que, de certa forma, está correto.

Mesmo diante de tantos embaraços teóricos e conceituais, (Montaño 2008) percebe que algo está ocorrendo efetivamente na atualidade. Para ele é visível a compreensão de que a sociedade civil está desempenhando atividades antes atribuídas ao Estado.

Negar levemente a existência desta novidade (por alguns chamada de “terceiro setor”) poderia nos levar a não considerar as mudanças em processo no trato da “questão social”. Porém aceitar sem mais nem menos o “terceiro setor”, tal como vem dos seus teóricos, como sendo as organizações de uma “sociedade civil”, autonomizada do Estado e do mercado e desarticulada do processo histórico de reforma do capital (como em geral está presente no debate), nos levaria a uma esquizofrênica visão romântica da realidade. (Montaño 2008 p. 183)

### **1.5 - Qual a “função social” do terceiro setor?**

Como vimos anteriormente o terceiro setor é uma realidade que não pode ser negada. Ela existe e por isso precisa ser estudada, compreendida. Mas onde estão presentes as ações do terceiro setor? E qual a sua preocupação social de acordo com o pensamento de seus estudiosos?

O terceiro setor está sempre presente em sociedades consideradas de “baixa participação”. Mas o que são sociedades de baixa participação? Ora para os teóricos do terceiro setor, são aquelas nações onde os indivíduos possuem pouca ou nenhuma capacidade de dar repostas positivas (pró-ativas) aos desafios apresentados pelos contextos local e/ou global. Um exemplo de países com baixa participação seria o grupo de países que integram a América Latina (IOSCHPE 1997).

Neste sentido o terceiro setor viria com uma espécie de salvação para estas regiões. Seria, portanto responsável pela construção de espaços democráticos e de luta contra a pobreza. Entre as teses defendidas pelos teóricos do terceiro setor estaria ainda a de “contribuir para a formação e o fortalecimento do comportamento de cidadão e da cultura democrática”. Como as ações deste setor configuram-se como intervenções sociais, elas visam, portanto, modificar os modos de pensar, atuar e sentir. Nesta perspectiva é possível perceber neste discurso uma recorrente “preocupação” com um tipo de sujeito apolítico, carente de cidadania, que necessita de ajuda, educação e orientação. Sujeito passivo. Por isso, compreende loschpe (1997, p.36) que seria função primordial do terceiro setor: “construir formas de intervenção social democráticas que convertam os atores sociais em sujeitos sociais, ou seja, cidadãos”.

O conceito de cidadão, por sua vez, remete a capacidade que estes sujeitos teriam para enxergar/perceber/compreender os seus problemas e apresentar respostas para eles. Este processo de cidadania estaria ainda associado à capacidade de socialização do indivíduo com o seu meio. Portanto, a cooperação com outras pessoas na construção de uma ordem social coletiva, seria um passo importante na busca de um exercício pleno de cidadania orientada pelo terceiro setor.

Neste sentido, caberia ao terceiro setor, “fortalecer um pedagogia social democrática (...) através de todas as intervenções sociais” loschpe (1997, p.37). Para isto novos métodos de participação deveriam ser adotados, assim como, os modelos de gestão e os sistemas de decisões. O objetivo seria romper com a ordem social imposta (ditatorial, autoritária, etc.) e implantar uma nova ordem, denominada por eles de democrática, participativa.

Pensando ainda nestas sociedades de “baixa participação”, caberia ao terceiro setor um papel importante, segundo seus teóricos, para a (re)institucionalização do âmbito público. Isso poderia reduzir as desigualdades e fortalecer a governabilidade. A justificativa para isso seria o fato de que setores populares desconhecem ou conhecem muito pouco as instituições e seus papéis. Todas as nossas instituições teriam sido trazidas de fora. Foram impostas sem uma participação ativa da sociedade. Fato este que estaria associado a outro grande problema das sociedades modernas, segundo loschpe (1997, p.35): Essa separação entre a sociedade e as instituições públicas, facilita a corrupção administrativa e política, dificulta a governabilidade e fragmenta a sociedade porque torna mas difícil a busca por propósitos comuns”.

Atuando na correção ou ocupando aquelas lacunas deixadas pelo setor público? Vigiando, cobrando e/ou fiscalizando a atuação destes governos? Afinal como se configura a atuação do terceiro setor? Na compreensão dos autores estudados o terceiro setor se sustenta numa coluna que contempla este emaranhado de funções. A recomendação, quase sempre, está no fazer do setor público um bem de qualidade ao acesso de todos. E isso só seria possível através de um processo de mudança que corresponde a reinstitucionalizar este estado que aí se encontra. Função esta, que entre

tantas outras, não competiria ao mercado ou ao próprio Estado, mas este “novo” setor que surgira.

Contudo, as pretensões, objetivos e funções do emergente terceiro setor não se limitariam apenas a fortalecer a democracia e a cidadania; transformar o que compreendemos hoje como público; ou construir um novo projeto de nação. Elas desejam ainda criar condições para que exista igualdade ou “democracia cultural”. Isso seria viável com o apoderamento de setores populares.

Criar condições para que as diferentes formas de ver, produzir e entender o mundo dos setores populares possam circular e competir, em igualdade de condições, assim como circulam os sentidos e símbolos dos setores dominantes. IOSCHPE (1997, p.39)

O terceiro setor, na sua compreensão conceitual e propostas, assimila-se muito com uma espécie de estado paralelo. Estas funções aqui enumeradas correspondem ou deveriam se configurar como atividades e atribuições do estado moderno. Quem deveria buscar, mobilizando todas os esforços e estruturas existentes, o exercício dos direitos humanos para cuidar e proteger a vida de seus cidadãos era o Estado. Sua missão consiste ainda, entre outras várias, cuidar e proteger a vida.

## **1. 6 - O debate dominante sobre o terceiro setor: Brasil**

É notadamente, a década de 1990 que vai ser fortemente marcada por diversas ações mediadas e/ou executadas por organizações tidas como Não-Governamentais. Superado o momento de atuação dos Movimentos Sociais de esquerda que confrontavam o governo e exigiam mudanças nas estruturas sociais, muito presente até a década de 80, surge agora um novo tipo de movimento, que vem para valorizar o diálogo ao invés do confronto. Uma espécie de movimento Social que não se enquadra no conceito outrora conhecido.

De origem americana, como vimos a pouco, o termo “terceiro setor” chega ao Brasil através da Fundação Roberto Marinho, ainda no final dos anos 70, ganha espaço nas décadas de 80, no entanto encontra o terreno favorável para o florescimento rápido, no início dos anos 90. Observando a sua origem e a forma como chegou ao Brasil, já é possível perceber que o termo “foi



cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe nas transformações necessárias à burguesia” (MONTAÑO, 2005, p.53).

No Brasil, o surgimento de ONGs é muito anterior ao aparecimento do conceito terceiro setor. As organizações ditas não governamentais já atuavam por aqui desde os anos 1970 associadas a um sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento estimulado inclusive pelas Nações Unidas – ONU. O período era extremamente complicado do ponto de vista político. A abertura política, o fim do período militar, a Constituição Federal de 1988 e o aparecimento de governos com tendências neoliberais vão possibilitar a década de noventa um momento interessante para a consolidação das ações de empresas financiadas pelo próprio estado para gerir os problemas sociais.

Neste sentido, configuram-se os anos 90 como gloriosos para a criação das organizações não governamentais aqui no Brasil. Para se ter uma ideia os dados da Receita Federal organizados por Montañó (2008) *apud* Landim, (1999), mostram que no primeiro ano da década de noventa havia cerca de 220 mil entidades registradas como “sem fins lucrativos” das quais 29,1% eram beneficentes, religiosas e assistenciais; 23,3% esportivas ou recreativas; 18,6% culturais, científicas e educacionais; 4,4% associações e sindicatos de empregados; 2,9% associações e sindicatos de empregadores; 1,8% associações de autônomos ou profissionais liberais e 19% outros. Em valores econômicos dados de 1995 mostravam que o índice de participação do terceiro setor no PIB brasileiro girava em torno de 1,5%, sete anos depois esse número sobre para 5% (GUTIERRES, 2006).

Dados de 2011 mostram que o número de Organizações Não governamentais no país ainda é alto e que o investimento de dinheiro público a estas instituições também é grande. Pelas estimativas do Tribunal de Contas da União (TCU), há 22 mil organizações atuando no Brasil. Cerca de oito mil recebem dinheiro público. Isso tem gerado uma desconfiança sobre o destino desse dinheiro. Só no ano de 2010, o governo teria transferido R\$ 3,5 bilhões, dos quais R\$ 800 milhões para apenas quinze ONGs<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup>Dados divulgados pelo telejornal Bom Dia Brasil da rede Globo, disponível em <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/10/tcu-admite-que-e-dificil-fiscalizar-recursos-publicos-destinados-ongs.html> acessado em 24 de outubro de 2011

O terceiro setor estar desde sempre associado à geração de emprego e renda. Para alguns estudiosos ele atende a uma demanda que não é suprida pelo estado (que cria capitais e empregos de governo) e pelo mercado (que cria capitais e empregos de mercado) todos estes ainda insuficientes. O modelo deste “novo setor” – sociedade civil que cria capital e emprego sob a bandeira da solidariedade e do altruísmo -, está intimamente ligada a organizações sem fins lucrativos (IOSCHPE et. al. 1997)

Além das preocupações recorrentes de estudos acadêmicos voltados para compreender o surgimento e as ações do terceiro setor<sup>8</sup>, atualmente diversos cursos universitários se voltam para a capacitação de pessoas para atuarem nesse campo<sup>9</sup>. Todos perseguindo um discurso altruísta da construção de um mundo melhor através destas experiências. Ironicamente, as ações sociais por parte do empresariado recebem a responsabilidade de responder aos desejos mal correspondidos de políticos e ganham contornos éticos. A universidade, sem a menor necessidade, estaria entrando na onda do marketing social atrelado a estas ações associadas aos nomes de empresas socialmente responsáveis e politicamente corretas? Este é um debate que valeria um outro estudo mais aprofundado.

A profissionalização do terceiro setor como ambiente propício a criação de emprego e geração de renda é também objeto de discussão de vários autores. Marcovitch (1997) *apud* Gutierrez (2006) ver a profissionalização como o futuro do terceiro setor no Brasil e afirma que este campo vai recompensar “os mais competentes” com o objetivo de atrair jovens talentos. Mesmo esta sendo uma prática comum nos anos 90 a novidade parece residir na adoção de lógicas do mundo dos negócios à gestão de questões sociais.

Outro autor que também reconhece a necessidade de profissionalização do terceiro setor e que de certa forma reforça a necessidade de se criar cursos voltados para atender às estas demandas ocupacionais é (Salomon, *apud*

---

<sup>8</sup>Exemplos: CEATS – Centro de Estudos de Administração do Terceiro Setor da FEA – USP) e CETS (Centro de Estudos do Terceiro Setor da FGV) Ver Gutierrez, 2006 p 53

<sup>9</sup> A universidade Federal do Rio de Janeiro criou recentemente o curso de graduação em Gestão Pública que entre outros campos de atuação estão as Organizações não-governamentais. Aqui na Paraíba a Universidade Federal de Campina Grande, também criou recentemente um curso de Educomunicação ligado ao departamento de Arte e Mídia que também visa formar profissionais para atuarem junto ao terceiro setor.

Gutierrez 2006). Ele percebe isso ao tentar compreender os desafios que organizações que compõem o terceiro setor encontram para se consolidarem. O principal desafio estava a eficiência. “De acordo com a visão defendida por Salomon, o desafio da deficiência encontra-se exatamente na dificuldade que as organizações possuem no que se refere ao preparo de seus administradores, apontado pelo autor como puramente casual ou inexistente” Gutierrez (2006, p. 55).

Parece um pouco óbvia a observação de Salomon ao reconhecer que “As instituições do terceiro setor não podem esperar consolidar-se nas sociedades do mundo em desenvolvimento a menos que encontrem meios de captar a participação e o apoio empresarial” (Salomon 1997 *apud* Gutierrez 2006, p.55). Lembrando sempre que este tipo de apoio configura-se através das doações de empresas privadas “bem intencionadas” e recebem do governo uma generosa dedução fiscal. O mesmo autor aqui discutido concorda com o pensamento de Montañó ao afirmar que o termo terceiro setor é contraditório ao considerar o setor empresarial como “não civil”.

O fato é que desde a década de noventa o processo de “terceirização social” vem tomando conta do país. No nosso caso aqui verificado isso é muito forte. O governo (primeiro setor) vai se ausentando de suas funções e a lógica do mercado (segundo setor) ao não dá conta de toda uma demanda social abre espaço para a formação deste novo grupo de organizações que já ultrapassam aqui no Brasil o número de 400 mil ONGs registradas e aproximadamente quatro mil fundações.

Assim compreende-se que as perdas causadas pela ausência de um poder estatal seriam compensadas com esse novo modo de organização social. Não deveríamos, pois questionar ou refletir o enfraquecimento do Estado nesse novo momento político, mas sim, garantir o crescimento e o fortalecimento de uma “sociedade civil homogeneizada, organizada e ativa” na solução dos problemas postos em questão.

## **Capítulo II – Solidariedade, autoajuda ou ajuda mútua: Os Bancos de Sementes.**

### **Introdução**

Mostramos no capítulo anterior o conceito e o debate sobre o terceiro setor, um breve resumo sobre as políticas de incentivo a produção agrícola no Brasil, o tratamento dado ao pequeno produtor, as políticas de créditos que beneficiaram apenas a grande produção. É a partir daí que procuramos inserir a discussão das sementes, como parte de um trabalho que tem origem na agricultura familiar. O que iremos demonstrar a seguir é uma projeção do debate e reflexões sobre a seleção e armazenamento de sementes, a criação dos Bancos de Sementes Comunitários no Estado da Paraíba e sua relação com o terceiro setor, a pequena agricultura familiar e o incentivo do governo através de políticas públicas. Reservamos ainda, um pequeno espaço para falar sobre a seleção de sementes em vários contextos, o que aponta para a existência de uma tradição cultural de diversas comunidades espalhadas pelo mundo

### **2.1 Seleção e estoque de grãos. Um breve resgate histórico**

As experiências em produzir e estocar sementes não são percebidas apenas aqui no Nordeste Brasileiro. É possível encontrar relatos de iniciativas semelhantes em várias partes do mundo, principalmente em regiões que apresentam contextos adversos – conflitos armados e catástrofes ambientais (ALMEIDA e CORDEIRO 2002). O Banco de Semente Comunitário surge como um modelo de gestão local de sementes, onde as famílias se associam de maneira espontânea e como isso tem direito ao empréstimo de uma certa quantia de semente, restituída logo após a colheita, acrescida de uma espécie de “juro”. Por exemplo, o agricultor toma “emprestado” cinco quilos de feijão ao BSC, ele se responsabiliza em devolver, os cinco quilos, acrescido de mais dois, que representa o “juro”. Portanto este agricultor devolveria sete quilos de feijão. E esta devolução acrescentada, que vai garantir que a continuidade do

banco e a possibilidade de atender a novas famílias ampliando, dessa forma, o número de beneficiados.

Almeida e Cordeiro (2002, p.31-32) se referem a duas experiências em nível mundial de reserva de estoques de sementes por motivos diferentes: No norte da Etiópia a criação de um banco comunitário de sementes foi “provocada pela guerra e pela seca que afetaram a região durante muitos anos”. Já na Colômbia a experiência com os bancos de sementes vem sendo exercida “junto às comunidades rurais expulsas pelos conflitos armados que afetam o país”. O objetivo é recuperar a diversidade de cultivos agrícolas.

Experiências semelhantes são encontradas na Índia como nos mostra Shiva (2001, p.148) “(...) no começo da estação agrícola, durante o festival chamado de akti, os agricultores trazem as suas diversas sementes e as trocam, neste contexto social a semente é tratada como um bem comum, não privado”. Para a autora, o que tem ajudado na criação de bancos comunitários de sementes na Índia, é um movimento intitulado Satyagraha<sup>10</sup> da semente, fundado em março de 1993:

(...) o Satyagraha da semente vai além do dizer “não”. Cria alternativas, como a de construir bancos de sementes comunitários, fortalecendo o abastecimento de sementes dos lavradores e procurando opções da agricultura sustentável adequada a diferentes regiões. (SHIVA, 2001, p.152)

Influenciada por um movimento em defesa das florestas (Chipko) que surgiu na Índia nos anos 70, Vandana Shiva é talvez a pesquisadora que vai fazer o trabalho mais apaixonado pela questão da biodiversidade relacionada com a questão das sementes. Formada em física, os assuntos que mais lhe prendem a atenção são o conflito entre a economia de mercado por um lado e as economias da natureza e da subsistência por outro. Para Shiva (2001, p.67) semente é sinônimo de regeneração. “A regeneração é parte da essência da vida e é o princípio central que guia as sociedades sustentáveis; sem regeneração não pode haver sustentabilidade”. Ela atribui à semente uma simbologia quase divina, estaria na semente a liberdade em época de dominação, manipulação e monopólio: “ela incorpora a diversidade e a liberdade de continuarmos vivos” (Shiva, 2001, p.152).

---

<sup>10</sup> O Satyagraha foi um movimento pacífico, de não-violência, que surgiu na Índia, encabeçado pelo líder indiano Mahatma Gandhi

Ao tratar da dominação do europeu sobre os demais povos, Shiva vai desconstruir o que se pregou desde o início da colonização. Teriam os europeus justificado as invasões como sendo “descobertas”, a pirataria e o roubo foram denominados de “comércio” e o extermínio e a escravatura, tão comuns durante o processo de colonização europeia, receberam a denominação de “missão civilizatória”. Até a chamada modernidade, o período marcado pelas Revoluções científicas, a natureza era vista como “mãe terra”. A ela se devia o respeito e a proteção. Teriam, portanto, as “missões científicas conspirado com as missões religiosas para negar direitos à natureza” como afirma Shiva (2001, p.71): “Para Francis Bacon, o chamado pai da ciência moderna, a natureza não era mais a mãe e sim a mulher a ser conquistada por uma mente masculina agressiva”. Neste momento, Shiva faz referência a um projeto “masculino-machista” de ciência moderna também foi discutido e por Soares et al, (2001, p. 67-68):

O objetivo fundamental da *nova ciência*, como insistentemente prega seu anunciador e “profeta” Francis Bacon, como demonstra seu herói e mártir Galileu e seu tematizador filosófico Descartes, consiste em *dominar a natureza*, em tornar-nos “seus mestres e possuidores”. (...). Todo o conhecimento deve estar a serviço da instauração do “reino do homem”.

O que se questiona com isso é esse processo emergente de ciência como destruidora de conceitos de uma natureza capaz de se “autorregenerar”, se “auto-organizar” como havia sido desde o início dos tempos. As ciências modernas colocaram em pauta também a questão das sementes geneticamente modificadas, “criadas”, manipuladas em laboratório. Os perigos apontados pelos autores que o estudam o processo de hibridização das sementes geralmente nos levam a acreditar no raciocínio único da produção de grãos. Isso se daria porque sementes geneticamente modificadas perdem seu poder auto regenerativo conforme aponta Shiva (2001, p. 74): “A revolução biotecnológica rouba da semente sua fertilidade e capacidades auto regenerativas, colonizando-a de duas maneiras principais: por meios técnicos e pelos direitos de propriedade”.

As sementes de laboratório, portanto causariam uma profunda dependência dos agricultores que teriam sempre de recorrer às empresas detentoras de patentes – Direitos de Propriedade Intelectual, para realizar o

plântio. Ao impedir as sementes de se reproduzir o processo de hibridização traria de volta o fantasma da colonização e da submissão:

Isso dá ao capital uma via extremamente eficaz de driblar os impedimentos naturais da mercantilização da semente. As variedades híbridas não produzem sementes iguais ao tipo original e os lavradores precisam retornar ao fornecedor a cada ano para obter novo estoque. (SHIVA, 2001, p.74)

O que não podemos negar, de forma alguma é que com a expansão do capital a semente perdeu o seu caráter natural e como parte da natureza foi transformada em produto. A sua capacidade regenerativa foi vista como um problema para o mercado e isso também deveria ser mudado. Quando se muda, hibridiza, altera a natureza de uma semente, invade-se a própria semente, abre-se caminho para a acumulação de capital, o capital que as indústrias privadas tanto precisavam para controlar a reprodução de plantas e produção comercial de sementes (SHIVA, 2001).

Muito se fala, mas pouco se sabe ainda sobre os problemas que os alimentos geneticamente modificados (transgênicos) podem trazer à saúde humana. Mas é possível classificar os riscos que as sementes modificadas podem proporcionar para o futuro da humanidade. O primeiro deles estaria associado à reprodução. O que era um recurso renovável passa a ser um recurso não renovável. Embora por definição a semente seja um recurso regenerativo (SHIVA, 2001) ela não seria mais capaz de se reproduzir sozinha. Necessitaria, portanto, de outros insumos adquiridos no mercado. A consequência estaria no fato de que: à medida que ocorre a fusão entre companhias de sementes e as de produtos químicos, a dependência desses insumos aumentaria e esse processo de mudança (ecológico para tecnológico) na produção de semente seria a base para uma drástica redução da diversidade biológica na agricultura.

Quando os meios tecnológicos não conseguem impedir que os lavradores produzam suas próprias sementes, regulamentos legais na forma de DPI e patentes são introduzidos. (...). As novas tecnologias roubam a vida e o valor das sementes dos laboratórios pelo mesmo processo que torna as sementes da empresa a base da criação da riqueza. (SHIVA, 2001, p.75-75)

A razão dos programas de desenvolvimento rural traz com isso a perspectiva de um apocalipse da fome como defende SACHS (2000, p.20). Um pequeno grupo de corporações exerceria o controle através da distribuição de

sementes. Pois as sementes formam um primeiro elo na cadeia nutritiva. “Quem controla as sementes, controla o estoque de alimentos e, através disso, controla o mundo”.

As secas, os longos períodos de estiagem, a dependência do patrão – dono da terra, as condições de vida do homem sertanejo têm sido apontados como principais motivos para a criação do BSC na região semiárida do Brasil como veremos a seguir.

As experiências com as sementes no Nordeste e mais notadamente na Paraíba estão ligadas a iniciativas das comunidades incentivadas e/ou patrocinadas por organizações não governamentais criadas no início da década de 1990. As ONGs que trabalham com bancos de sementes comunitários no Nordeste são a CAATINGA, ESPLAR, CEDAPP, PATAC, AS-PTA, SEDUP, PRACASA E CEPFS. A maioria delas ligada a Rede PTA NE, uma articulação composta por diversas ONGs que trabalham especificamente com agroecologia e agricultura familiar.

Na Paraíba os trabalhos com a seleção e armazenamento de sementes estão diretamente associados com a Articulação do Semiárido – ASA/PB como destaca Diniz (2002 p. 76)

(...), a estratégia utilizada foi criar uma equipe no seio da *Articulação* que se chamou *Comissão Estadual dos Bancos de Sementes*, formada pelo PATAC, AS-PTA, SEDUP, CENTRAC, DERT/CUT e CPT-Sertão. Sua função era realizar reuniões mensais com caráter de intercâmbio, monitoramento, avaliação e planejamento. Foi a partir desse momento que a *Articulação* passa a se constituir como um grupo organizado para atuar no semi-árido.

Cabe aqui apenas definir resumidamente duas delas que estão diretamente ligadas com o trabalho de seleção e armazenamento de grão em escala comunitária em municípios do Estado da Paraíba o PATAC e a ASP-TA além de uma organização sindical que também vem coordenando este trabalho junto aos agricultores – O Pólo Sindical da Borborema .

**PATAC**<sup>11</sup>- É uma organização não governamental criada em 1971 pela Congregação Redentorista, em especial, através das ideias de um homem conhecido como “Irmão Urbano”. Inicialmente este não trabalhava com questões ligadas ao mundo rural, mas a sua preocupação central era com as pessoas que não tinham casas para morar na cidade de

---

<sup>11</sup> Disponível em [http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/496/4/Elvio\\_Quirino\\_Pereira4.pdf](http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/496/4/Elvio_Quirino_Pereira4.pdf) visitado em 18 de agosto de 2010



Campina Grande. (...) Neste período o Irmão Urbano desenvolveu uma máquina de fazer tijolos que era baseada na tecnologia do solo-cimento. Essa inovação popularizou-se rapidamente transformando-se numa alternativa barata para a construção de casas em Campina Grande e, posteriormente, em outras regiões do Nordeste e mesmo de outros países da América Latina. Após refletir sobre os motivos que levavam as pessoas do campo para as cidades, Irmão Urbano percebeu que as migrações ocorriam por falta de alternativa de convivência com o semiárido. Surgiram dessa reflexão, no início dos anos 80, as primeiras iniciativas do PATAC para manter o homem no campo. As regiões de Curimataú e Cariri foram as primeiras a passar por esta intervenção das ações do PATAC. A primeira foi o uso da cobertura morta e a construção de valetas e de curva de nível. O objetivo era armazenar as águas das chuvas nas valetas e evitar os problemas da erosão. Atualmente o PATAC vem orientando e auxiliando experiências com agricultura agroecológica, conservação de solo, armazenamento de sementes para o plantio e para a alimentação humana e animal, construção de silos etc

**AS-PTA**<sup>12</sup> – Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A experiência acumulada pela entidade ao longo desses anos permitiu comprovar a contribuição do enfoque agroecológico para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade agrícola pelas famílias agricultoras. A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo em que constituem espaços de aprendizado coletivo, essas redes proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade para influenciar elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas. A AS-PTA atua orientando processos participativos de desenvolvimento local no Nordeste (Projeto Paraíba que envolve 15 municípios) no Sul do País (Paraná, região do contestado que envolve 22 municípios) e no Rio de Janeiro (Agricultura urbana). A partir dos resultados técnicos, econômicos e sociais alcançados nestes programas a AS-PTA extrai subsídios para orientar propostas de políticas públicas que permitam generalizar estas experiências para outros programas de desenvolvimento local de agricultores familiares. O efeito de demonstração obtido nestes programas é o elemento-chave para influenciar os mais variados atores (poderes públicos, organizações de agricultores, pesquisadores, professores, extensionistas, ONGs, etc.) sobre as vantagens da agroecologia e das metodologias participativas na promoção de uma agricultura sustentável.

**Pólo Sindical da Borborema**<sup>13</sup> - Em 1993, três sindicatos de trabalhadores rurais, representantes das famílias agricultoras, organizaram o movimento político dos camponeses para consolidarem o território da agricultura familiar na região. Assim, surgiu o Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, ou simplesmente, Pólo da Borborema. Hoje responsável por organizar uma das principais trincheiras da agricultura familiar no Brasil. Atualmente, o Pólo da Borborema representa 16 sindicatos de trabalhadores rurais e dezenas de organizações camponesas. O pólo vem incentivando um trabalho junto aos agricultores para selecionarem as sementes nativas da região, planejarem a estocagem da água para a plantação e preparem as bases para uma agricultura de alimentos sem uso algum de agrotóxico. Organizaram também a gestão de recursos coletivos por meio dos chamados fundos rotativos solidários, uma espécie de poupança administrada pelos próprios camponeses. Com isso, hoje não falta dinheiro para manter a infraestrutura da propriedade, comprar animais de criação e investir em outros

Para cumprir a missão que assumiu, a AS-PTA colabora com inúmeras instituições públicas e privadas. Entre elas encontram-se entidades de agricultores familiares das áreas em que atua, mas também entidades

---

<sup>12</sup> Disponível em <http://www.planetaorganico.com.br/jeanmarc1.htm> acessado em 18 de agosto de 2010 e em [www.aspta.org.br](http://www.aspta.org.br) acessado em 08 de agosto de 2011

<sup>13</sup> Disponível em [http://www.biodiversidadla.org/Principal/Contenido/Documentos/Brasil\\_Polo\\_da\\_Borborema\\_trincheira\\_da\\_agricultura\\_familiar](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Contenido/Documentos/Brasil_Polo_da_Borborema_trincheira_da_agricultura_familiar) acessado em 24 de março de 2011

nacionais, dezenas de ONGs, pesquisadores da Embrapa e de entidades estaduais de pesquisa, além de participar do Conselho Nacional Assessor da Embrapa, do Conselho Assessor do Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia e de representar as ONGs no Conselho Nacional para o Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Colabora também com professores das Universidades Federal Rural do Rio de Janeiro, Federal da Paraíba e Federal de Pernambuco e da Universidade Estadual de Londrina (PR). No plano internacional a AS-PTA colabora com a FAO na organização da Conferência Mundial da Alimentação e participa do comitê executivo do Fórum Global para a Pesquisa Agrícola.

Ainda dentro dessa discussão de garantir ao agricultor as condições favoráveis na hora do plantio, e implementar uma política de distribuição e melhor acesso as sementes para os agricultores, lideranças das Ligas Camponesas, movimento que envolveu agricultores rurais nordestinos, mais precisamente dos estados de Pernambuco e Paraíba, concentrados numa extensa faixa de terra denominada de Zona da Mata, entre as décadas de 1940 e 1960 já colocavam em suas plataformas de exigências a questão das sementes conforme lembra Julião, (1962) *Apud* Aued e Paulilo et al, (2004, p.194) “Havia outros objetivos propostos pela Liga da Galiléia, como aquisição de sementes, inseticidas, maquinário agrícola, assistência técnica”

De fato, a tradição nunca foi bem aceita dentro do modelo imperativo desenvolvimento tomado em escala global e aplicado a todas as esferas do planeta. Ela sempre representou o atraso diante dos imperativos de uma sociedade moderna e desenvolvida. A modernidade propôs uma transformação total das estruturas humanas e sociais existentes. A ordem era substituir tudo o que estava posto por algo mais racional.

Quando em 20 de janeiro de 1949, logo após o fim da segunda Guerra Mundial, o presidente norte americano Truman, citou veementemente em seu discurso a palavra *desenvolvimento*, ele faz surgir um novo conceito para incluir nele uma outra região, (atrasada, subdesenvolvida, pobre) que ficou à margem desse processo de inclusão social. O subdesenvolvimento era a criação do desenvolvimento. Entre outras coisas, o famoso discurso do presidente dos Estados Unidos dizia “(...) é preciso que nos dedicamos a um programa ousado e moderno que torne os nossos avanços científicos e nosso

progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas.” (SACHS, 2000, p. 59-60). A partir de então, os primeiros defensores do modelo de desenvolvimento posto acima pregavam a compreensão do termo como sendo “crescimento e não distribuição”. Crescimento é visto aqui como acumulação de renda

Esse pensamento, aos poucos vai se constituir como o pensamento desenvolvimentista das décadas seguintes. Mesmo com a “preocupação” do presidente Truman com a realidade daqueles que estavam à margem do progresso, o que se viu nas décadas seguintes foi que estas famílias continuaram esquecidas pela obsessão geral com a industrialização total e com o crescimento do PNB que dominava os anos 50 e seus projetos desenvolvimentistas. É somente na década de 1960 que surgem as preocupações com um tipo de desenvolvimento que valorize, além dos aspectos econômicos, as mudanças significativas para as populações localizadas em áreas subdesenvolvidas. As Propostas de Ação da Primeira Década de Ação da ONU (1960-1970) determinavam o seguinte:

O problema dos países subdesenvolvidos não é simplesmente o crescimento, mas sim o desenvolvimento. Desenvolvimento é crescimento com mudanças. As mudanças, por sua vez, são sociais e culturais, econômicas e qualitativas como quantitativas. O conceito de chave foi melhorar a qualidade de vida das pessoas (SACHS, 2000, p. 68)

Embora se enxergasse a necessidade de uma mudança como parâmetro de desenvolvimento, o caminho para uma compreensão mais sensata do conceito aqui em debate deslocado da compreensão de crescimento econômico ainda parecia longo e difícil de percorrer. Não seria estranho que num mundo capitalista que os interesses econômicos sempre estivessem em primeiro plano. Até a década de 1970 o progresso minimamente satisfatório e esperado pelos críticos do desenvolvimento ainda não havia chegado, contudo já surgiam frutos desse “otimismo” em torno do crescimento econômico. Obstáculos e aspectos que se evidenciavam faziam com que os próprios economistas percebessem que algo não estava dando certo. Era preciso fundir os dois conceitos (crescimento econômico e desenvolvimento social) sob pena de somente ampliar as desigualdades. Mas este também foi um sonho que durou pouco. Até 1975 os ideais transformadores dentro da nova compreensão de desenvolvimento não haviam

ainda ganhado contornos na prática. Faltava-lhes a ação. Os próprios defensores “lutavam entre si pela sobrevivência e pela distribuição de recursos”. É somente na segunda metade da década de 1970 que emerge uma busca em prol do chamado desenvolvimento social, aquele que incluísse todos os aspectos da vida de uma coletividade, de suas relações com o resto do mundo e de sua própria consciência.

Entrava na pauta uma preocupação que englobava questões importantes, entre elas a temática meio ambiente, aumento desenfreado da população, fome, desemprego, falta de moradia e a opressão das mulheres. Era preciso resolver as necessidades básicas de quase dois quintos da população mundial que passava fome e vivia em condições miseráveis. Surge então através de especialistas da UNESCO um novo tipo de conceito para a questão do desenvolvimento: o chamado desenvolvimento *endógeno*. Este tipo de desenvolvimento rejeita a necessidade ou possibilidade/necessidade de uma imitação mecânica das sociedades industriais. Propunha que se levassem em consideração as especificidades de cada país. Não era difícil perceber que este tipo de desenvolvimento ia na contramão da teoria e prática do desenvolvimentismo da época. Por considerar a cultura e os vários sistemas valorativos de cada lugar ficaria impossível impor um “modelo cultural único no mundo inteiro”. Antes mesmo do final da década de 1970, especialistas da própria UNESCO reconheceram isso durante uma de suas conferências. Para aquele contexto, o desenvolvimento endógeno não passava de uma falácia.

Deixávamos as ilusões perdidas na década de 1970 para encarar uma década que foi aqui no Brasil foi considerada como “perdida”. De uma maneira geral, no cenário internacional, os anos 1980, do ponto de vista do capital, da produção de economia, geração de renda e lucro para o grande capital financeiro internacional, foram pouco representativos. O crescimento econômico não decolou em função de várias crises financeiras internacionais. No Brasil, por exemplo, o fantasma da inflação tornou-se algo rotineiro. Por outro lado vemos surge uma maior participação e mobilização popular. Lutas sindicais, organizações de associações comunitárias, mobilizações políticas que nas duas últimas décadas havia sido “calado” em função de um regime ditatorial, vão culminar na criação de um novo projeto de desenvolvimento focado nas questões mais localizadas. Contudo, no final dos anos 80 a

Constituição Federal coloca panos quentes sobre os movimentos sociais à medida que reconhece e legitima estes. A consequência é uma total desmobilização do atores envolvidos nesse processo que vai abrir espaço para novos movimentos sociais articulados e mediados pelas chamadas Organizações Não Governamentais.

A década de 1990 é marcada também por um discurso ideológico muito forte, inclusive no que tange a preservação da natureza e ao desenvolvimento dito sustentável. O Estado continua perdendo força nesse novo contexto. Fernandes (2000, p. 168) vai chamar a atenção para as discussões deste período, principalmente no que diz respeito aos valores ideológicos discursivos:

(...) é preciso entender esse modelo como um discurso que articula significados e conceitos, com o objetivo de viabilizar a garantia de interesses não explicitamente enunciados (...). É oportuno notar como os grupos que historicamente são menos responsabilizados pela degradação do ecossistema mundial têm sido convocados para contribuir mais na solução da crise ambiental planetária, garantindo, inclusive, a manutenção do bem-estar de relativamente poucos. (FERNANDES, 2000, P.168)

Desse processo nem mesmo as sementes escaparam. As chamadas variedades crioulas, nativas, que passaram por uma evolução seletiva natural e/ou humana, produzidas, armazenadas, usadas e asseguradas por agricultores do Terceiro Mundo, ganharam a denominação de cultivares primitivos. Ao mesmo tempo aquelas sementes criadas através dos recursos modernos, em centros de pesquisa internacionais e por empresas transnacionais são classificadas de avançadas ou elite (SHIVA, 2001).

Compreendemos que a política atual de seleção e reserva de sementes, assim como as soluções políticas do século XIX e XX, fazem parte de uma ação que parte da observação dos costumes. Atualmente, a tradição milenar de seleção de grãos transforma-se numa ação política e institucional que se propaga como produtora de desenvolvimento local, sustentabilidade e equidade social. Ainda sobre as sementes. É notável que as famílias já realizavam este tipo de seleção de grãos, os melhores, mais saudáveis e com maior probabilidade de germinar no próximo plantio centenas de anos antes que alguém se preocupasse com isso enquanto política de estado. No semiárido brasileiro produzir e guardar sementes consolidou-se como uma prática de conservação da diversidade agrícola (ALMEIDA e CORDEIRO,

2002). Existindo ou não a questão dos bancos de sementes (comunitários ou familiares) ou uma festa para evidenciar, reforçar este tipo de trabalho, - organização, sistematização de vida – o fato é que selecionar e guardar grãos para assegurar o próximo plantio e garantir o consumo durante o período de seca, e até mesmo para comercialização – colocar no mercado e transformá-lo em produto (escambo ou moeda) - sempre foi tradição para o homem do campo, o agricultor familiar, o sertanejo aqui em destaque.

Antes das atuais garrafas de plástico *peti* que facilitam o armazenamento e a conservação do produto longe de pragas e danos que comprometam sua qualidade, a prática existia dentro das condições disponíveis às famílias. Num passado não muito distante as sementes eram selecionadas e armazenadas dentro de santos de madeira, garrafas de vidro, pequenas cabaças que, logo em seguida, eram vedadas com um pouco de cinza de madeira (resultado da queima de lenha no fogão) e cera de abelha. O conhecimento já existia. Quando a quantidade de semente era relativamente maior, quando se precisava armazenar uma grande quantidade de grãos, por exemplo, para assegurar a alimentação humana e animal em períodos de estiagem usava-se e ainda usam-se grandes silos de zinco. Se enxergarmos estas experiências é possível ver que não estamos tratando de algo novo. Esta era uma maneira rudimentar, natural e não menos inteligente de bancos familiares de sementes.

No livro Geografia da Fome do médico Josué de Castro existem citações que remetem a um sertanejo que, por imposição das dificuldades climáticas do nordeste já fazia estoque de reserva de alimentos. Não exatamente nos moldes que hoje se discute, mas era comum a figura do vaqueiro guardar carne de charque para sua alimentação durante as viagens. O charque era um dos principais alimentos do período analisado pelo escritor que procurava compreender melhor a educação alimentar do brasileiro. Especificamente sobre sementes, embora não esteja bastante claro, mas se evidencia no texto exatamente quando ele diz: “golpeado a fundo pelo cataclismo, com fontes de produção estagnadas, o sertanejo **quase sempre** (grifo nosso) desprovidos de reservas cai imediatamente num regime de subalimentação” (1984 p. 220) a expressão, em destaque já aponta para a existência de estoques de reserva de alimentos. Poderia não ser tão comum, mas não era algo que inexistia.

Vamos encontrar registros de reservas de sementes como parte da tradição e das estratégias de sobrevivência do sertanejo em diversas obras clássicas. Andrade (1986, p.45) diz:

Todo sertão possui clima quente com temperaturas médias anuais em torno de 25°C (...) Quanto ao regime de chuvas, observa-se a existência de duas estações bem definidas: uma chuvosa, compreendendo os meses de verão e de outono, e outra, mais comprida, seca, que se estende pelos meses correspondentes ao inverno e a primavera. Assim, o sertanejo, previdente, guarda para os meses de estio parte dos alimentos que adquire durante a estação chuvosa (...). O sertanejo está sempre preocupado com a possibilidade de uma seca, já que desde os tempos coloniais ela se vem repetindo, com maior ou menor intensidade, mas com periodicidade impressionante.

Não tinha outro jeito para o sertanejo castigado pelas secas frequentes e vítima do descaso das autoridades. Não chovendo até o dia de São José, 19 de março vão se embora todas as esperanças de fartura. Restando ao homem do campo migrar para outros locais. Aqueles que possuíam algum estoque de alimento armazenado torciam para que fosse suficiente para atravessar a crise.

Os autores mais românticos e idílicos que veem nestas experiências “naturais” a única saída para uma série de problemas que não necessariamente possuem correlação como desenvolvimento local e a sustentabilidade vão buscar citações sobre as sementes em obras clássicas como a Bíblia por exemplo. Os novos pesquisadores que enveredam por este debate incorporam estes discursos e reverenciam o simbólico em detrimento ao concreto. Eles enxergam na religiosidade e nas tradições mais atreladas ao subjetivismo uma razão para explicar as novas relações econômicas/culturais.

Para MOREIRA (2010), As sementes utilizadas pelo homem, sempre carregaram um valor simbólico, muitas vezes reconhecido como um presente dos deuses para o ser humano. Durante muito tempo foram usadas como presentes em festas de casamentos, em pagamentos de dotes, em rituais a divindades. Aqui a semente é colocada dentro de um contexto puramente cultural que compreende religiosidade, tradições, crenças e costumes de uma gente.

Seguindo esta mesma perspectiva, a Via Campesina lança em 2002, a uma campanha internacional denominada, “*Sementes, patrimônio da Humanidade*” que buscava resgatar junto às comunidades e os agricultores a importância das sementes crioulas/tradicionais para a conservação da

biodiversidade do planeta. Nessa época, começa também aqui no Brasil, um forte trabalho que incentivava a criação de bancos de sementes. Envolvidos com esse trabalho estavam o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Feiras estaduais, regionais e nacionais foram organizadas com o intuito de divulgar a importância das sementes, promover o intercâmbio entre os agricultores e provocar um debate sobre a questão.

Além de propor a garantia de um efetivo resgate do que eles vão denominar de biodiversidade, os organizadores destas campanhas e eventos suscitam também a necessidade de manutenção das sementes crioulas nas mãos dos próprios agricultores. Neste período também é lançado o Livro *Sementes - Patrimônio do povo a serviço da humanidade*. O trabalho que reúne diversos artigos foi organizado por Horácio Martins de Carvalho no ano de 2003 pela editora Expressão Popular. O livro é pensado após uma Conferência Mundial da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), em Roma, Itália, a Via Campesina Internacional que decidiu implantar a campanha “sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade”. Campanha esta que seria lançada formalmente aqui no Brasil um ano depois. E dentre os objetivos estavam:

- Garantir o direito de todos os agricultores familiares de produzirem suas próprias sementes “varietais”, de forma individual ou comunitária;
- Preservar e viabilizar a produção própria de sementes através da democratização da produção de sementes e da garantia do princípio da soberania alimentar, em todos os países e nas comunidades de todo o mundo;
- Garantir e difundir a produção de sementes saudáveis e adequadas ao meio ambiente de cada região;
- Evitar que a produção e o comércio de sementes sejam baseados apenas no lucro e na exploração econômica;
- Impedir a disseminação de sementes transgênicas para cultivos comerciais enquanto a comunidade científica não tiver condições de conhecer exatamente suas consequências para a saúde dos agricultores e dos consumidores e para o meio ambiente;
- Impedir que as empresas transnacionais obtenham o controle oligopolista da produção e da comercialização de sementes;
- Estimular, entre todos os agricultores familiares do mundo, a consciência da importância do cultivo de suas sementes;
- Pressionar para que a FAO e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) declarem as sementes “varietais” patrimônio cultural de toda a humanidade;
- Pressionar para que o governo de cada país resista à imposição pelo capital monopolista internacional de leis de propriedade intelectual e de patentes sobre as sementes;



- Pressionar para que os produtos da agricultura, em particular os alimentos e as sementes, não sejam objeto da legislação e acordos sob a tutela da OMC (Organização Mundial do Comércio).

O livro segue resgatando no imaginário popular e nas tradições religiosas as razões para que as sementes tornem-se patrimônio do povo a serviço da humanidade.

Diniz (2007) vai rememorar um pouco a trajetória dos bancos de sementes na Paraíba. O autor, embora não entre muito no mérito da discussão consegue compreender que a conservação e seleção de sementes é uma prática secular que contou inclusive com o apoio de outras instituições não governamentais a exemplo da igreja. Afirma que uma rede estava sendo criada como algo novo dentro do debate mas a tradição de guardar sementes é muito anterior a década de 1990:

Pode-se dizer que esse é o momento inicial de formação de uma rede de bancos de sementes, mas isso não é verdade em relação ao nascedouro dos bancos de sementes. Estes surgiram na Paraíba (e em grande parte do Nordeste) durante a década de 1970, por uma iniciativa da Igreja Católica. Uma vez que, apesar da prática secular dos agricultores em produzir e estocar sementes ao nível familiar, esta não tem sido suficiente, seja para o abastecimento anual em função de suas necessidades, seja ainda para a conservação das variedades locais. (DINIZ, 2007 p. 78)

Ações coletivas e medidas estratégicas, tomadas por agricultores para uma melhor convivência com a região semiárida também são registradas por Almeida e Cordeiro (2002, p 58) ao se referir à existência de um banco de semente na comunidade de Santa Cruz e Santa Maria, no município de São João do Cariri. A existência do banco é datada do ano de 1983. Para criá-lo, cada uma das 35 famílias “sócias” forneceu um quilo de semente. Com o passar dos anos a experiência cresceu consideravelmente e a chegada de um período de estiagem deixou o banco sem sementes. Mas isso não seria motivo suficiente para que a comunidade desanimasse ou desistisse. Conta uma moradora, que para recuperar o banco, a comunidade organizou um bingo.

Foi durante encontros realizados no início da década de 90 que o papel dos bancos de sementes como unidades de conservação da diversidade local veio à tona. Sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias e organizações não governamentais passaram a fomentar uma articulação destas experiências locais através de redes estaduais, regionais e nacionais.

De acordo com Almeida e Cordeiro (2002, p.33), existiam três preocupações básicas: a) melhoria na gestão dos bancos; b) melhoria na qualidade física das sementes; c) valorização e conservação da diversidade local.

O que se prega é que desde então as experiências de bancos comunitários de sementes surgiram e avançaram no Nordeste brasileiro com expressividade nos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. “Em 1996 foram contabilizados pela Rede de Intercambio de Sementes do Nordeste, 250 bancos envolvendo 9.250 famílias nesta região do Brasil” (Almeida e Cordeiro 2002, p.34)

## **2.2 - O Programa Banco de Sementes da Paraíba**

No caso particular da Paraíba, o incentivo do Estado na construção de equipamentos para guardar o estoque de grãos em períodos secos e minimizar os problemas causados pela estiagem, já estava na plataforma dos governos como uma preocupação institucional no início do século passado.

Com o advento do inverno, tudo baixa de preço. Só as secas prolongadas mantêm as altas. O presidente Sólon de Lucena, impressionado por este problema, mandou construir silos para o estímulo aos agricultores em Arara e Catolé do Rocha. Diante do êxito alcançado por esse processo de conservação, já foram construídos mais 11, dentro de um ano, por iniciativa particular (ALMEIDA, 1980, p.588)

As reflexões em torno da criação dos Bancos de Sementes Comunitários foram iniciadas em 1995 embora três anos antes, depois de uma forte seca que abalou o Nordeste já se discutisse a importância e criação destas reservas alimentares. No agreste da Paraíba como atesta Almeida e Cordeiro (2002, p. 34) os bancos de sementes já eram utilizados pelos agricultores antes da ação da AS-PTA. “Em 1992, havia pelo menos duas experiências com bancos de sementes na região, conduzidas respectivamente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Solânea e pelo Grupo de Mulheres de Cacimba de Dentro”.

Mas são as estratégias de várias organizações sociais que vão fazer com que o trabalho em âmbito estadual se transforme numa rede articulada de atuação no seminário. A subdivisão do Estado em pequenas regiões foi uma estratégia utilizada para facilitar a atuação dos grupos envolvidos. Mas um dos

principais problemas enfrentados junto aos agricultores estava relacionado à devolução das sementes aos bancos:

O retorno das sementes aos bancos comunitários foi o grande problema enfrentado pela *Articulação*. A orientação dada na época era de que os beneficiados deveriam devolver as sementes com um acréscimo (de acordo com a realidade de cada organização), uma vez que o retorno das sementes era de fundamental importância para continuidade dos bancos comunitários e para a dinamização do processo de organização social. Apesar de alguns problemas, pelos quais os agricultores não foram culpados (interrupção do ciclo chuvoso, atraso na entrega das sementes, pragas, etc.) a grande parte das sementes retornaram aos bancos. (DINIZ, 2006, p. 76)

A organização e articulação estadual buscavam desde aquele momento o reconhecimento junto ao governo do Estado dos “grãos” como “sementes”. As variedades locais ainda não haviam sido reconhecidas como sementes em função de uma lei Federal (Lei nº 9.456, de 25/4/1997 – Lei de Proteção de Cultivares) que diferenciava grãos de sementes. O conceito de semente estava associado apenas as empresas e centros de pesquisas (públicos e privados). Aquelas sementes melhoradas geneticamente através da seleção humana e natural não podiam ser comercializadas nem tão pouco receber apoio de políticas públicas por serem classificadas como grãos.

Foi o *Programa de Aquisição de Alimento (PAA)*<sup>14</sup> e o Compra Direta do Governo Federal que trouxeram esta discussão em pauta como atesta Diniz (2007) ao se referir a tal experiência como algo inovador entre governo e agricultores/produtores rurais. Essa relação/aproximação fez surgir um conceito que andava em desuso: as inovações genéticas repassadas pelos governos aos agricultores familiares como ‘grãos’ e não como ‘sementes’, esta parceria trouxe o reconhecimento desse material como sementes.

Este mesmo momento é citado por Carvalho (2003) que coloca a relação política entre agricultores e estado, mediada por instituições do terceiro setor, como fundamental para a criação e fortalecimento de uma política estadual de semente na Paraíba. De acordo com o autor essa “luta” teria começado muito antes da implantação da política estadual dos BSC’s da Paraíba.

---

<sup>14</sup>O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Disponível em <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa> acessado em 11 de agosto de 2010.

Por meio desse processo político foi possível implementar-se, a partir de 2000, o “Programa Especial de Fortalecimento e Ampliação dos Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba”, formulado pelo conjunto dos bancos da Articulação do Semiárido Paraibano. Com a implementação desse programa, as sementes distribuídas pelo Estado passaram a apoiar os estoques dos 200 Bancos de Sementes Comunitários. Mas somente em 2002, a partir da capacidade e da força política dos agricultores de formularem e implantarem uma política pública, que a Articulação do Semiárido Paraibano conseguiu que o Governo do Estado da Paraíba repassasse recursos para que cada Banco de Sementes Comunitário comprasse as sementes de variedades locais em cada região. Essa vitória deu um novo ânimo aos agricultores, na sua proposta de resgate e valorização das variedades locais, porque possibilitou a recomposição dos estoques dos bancos, mantendo a diversificação (CARVALHO, 2003, p. 301).

Além disso, esta conquista teria se constituído como um reconhecimento de todo o trabalho dos agricultores familiares no processo de preservação da biodiversidade. A vitória junto ao governo estadual abriria precedente nacional o que serviria como exemplo para outras regiões e estados. No entanto, quase dez anos depois vamos perceber que poucas pessoas ligadas às organizações do terceiro setor e agricultores gestores dos BSC pouco sabem, quando não desconhecem completamente, o que realmente aconteceu com esta lei.

### **2.3 – A política estadual dos Bancos de Sementes Comunitários**

Publicada no Diário Oficial do Estado em 29 de dezembro de 2002, assinada pelo então governo do estado da Paraíba, Sr. Roberto Paulino, A Lei nº. 7.298 (ver anexo) dispõe sobre a criação do Programa Estadual de bancos de Sementes Comunitários ligado a Secretaria de Agricultura Irrigação e Abastecimento. O objetivo da nova lei era garantir a sustentabilidade da pequena produção agrícola do Estado através da oferta de sementes para o plantio, da organização e da capacitação para o gerenciamento nas comunidades de pequenos agricultores. A secretaria de agricultura estadual asseguraria recursos do orçamento para resgatar e multiplicar o abastecimento de sementes de variedades locais dos BSC gerenciados pela sociedade civil.

A parceria do Estado se daria com as organizações/entidades que já vinham desempenhando um trabalho de resgate e manutenção das variedades locais junto com as comunidades do semiárido paraibano. Propunha ainda um trabalho de capacitação dos agricultores, monitoramento da qualidade física

das sementes e descentralização do programa. O artigo 4º tratava do gerenciamento do Programa de Bancos de Sementes Comunitários. Ficando, pois, a Secretaria Estadual de Agricultura, Irrigação e Abastecimento, responsável por criar uma comissão de gerenciamento que contará com a participação da organização de agricultores que já desenvolvem a experiência de Bancos de Sementes junto a articulação do Semiárido Paraibano e dos órgãos estaduais de extensão, pesquisa e abastecimento. Esta comissão teria as seguintes atribuições:

- A) - Implantar o programa de Bancos de Sementes Comunitários;
- B) - Incluir os Bancos já existentes no Estado no programa e ampliar o número de Bancos;
- C) - Planejar as ações de abastecimento, capacitação e funcionamento dos Bancos de Sementes;
- D) - Manter o controle dos estoques de sementes existentes em cada Banco.
- E) - Definir a política de uso de sementes a serem utilizados nos bancos, quando a determinação das quantidades, qualidade e variedade das sementes.
- F) – Organizar um sistema de informações e de articulação entre o programa e as comunidades assistidas por ele.

Cria-se com isso o programa de formação relacionada à melhoria na gestão de estoques comunitários de sementes e sua qualidade física, uma rede de bancos de sementes em todo o estado.

Graças ao reconhecimento oficial das sementes crioulas pela nova Lei de Sementes, tornou-se possível a criação de programas em que o governo compra sementes crioulas dos próprios agricultores e as distribui entre grupos de agricultores familiares carentes do material. As mudanças na lei contribuíram também para o fortalecimento das experiências dos bancos de sementes. (LONDRES, 2006, p.12)

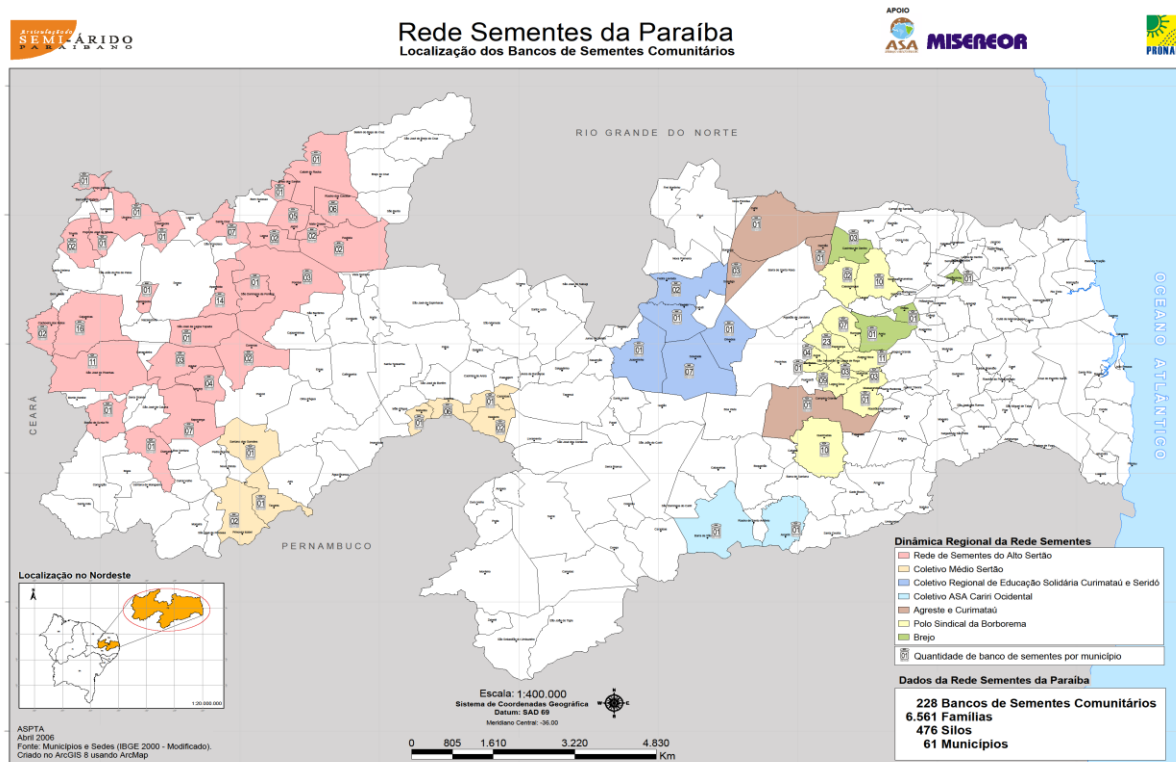
A ideia faz parte de uma perspectiva política de desenvolvimento centrada na convivência com o semiárido. Diniz (2007, p. 79), apresenta algumas características presentes nos bancos de sementes comunitários que nos permitem perceber o significado estratégico desta iniciativa, que conta com o apoio de diversas organizações não governamentais e a parceria do Estado.

- a) os bancos são estoques de segurança para ultrapassar as adversidades às quais as famílias agricultoras estão sujeitas, possibilitando o uso até mesmo destes estoques na alimentação;
- b) a rede de bancos de sementes comunitários tem um sentido de organização para os agricultores, possibilitando a melhoria da capacidade de gestão, a transição para uma agricultura agroecológica e o debate sobre os problemas e capacidades das comunidades, tornando-se um espaço privilegiado de solidariedade e

de experimentação social: organização, gestão e inovações técnicas;  
e  
c) os bancos de sementes comunitários têm estimulado o resgate da diversidade de sementes locais (as “sementes da paixão”). O resgate do material genérico e do conhecimento sobre este material, assim como da diversidade produzida nos roçados minimiza os riscos produtivos para os agricultores da região.

Foi a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA – Pb, criada em 1993, ligada a Articulação do Semiárido – ASA, como já vimos anteriormente, que colocou em prática o projeto estratégico de fortalecimento e apoio aos bancos de sementes existentes no Estado. Com o intuito de ampliar o trabalho a AS-PTA também incentivou a criação de novos bancos junto às comunidades rurais. Em 2002, ano de criação do Programa Estadual de Bancos de Sementes, foram catalogados 220 bancos espalhados pelas regiões do Agreste, Brejo, Cariri, Curimataú, Médio e Alto Sertão conforme apresentado no mapa a seguir:

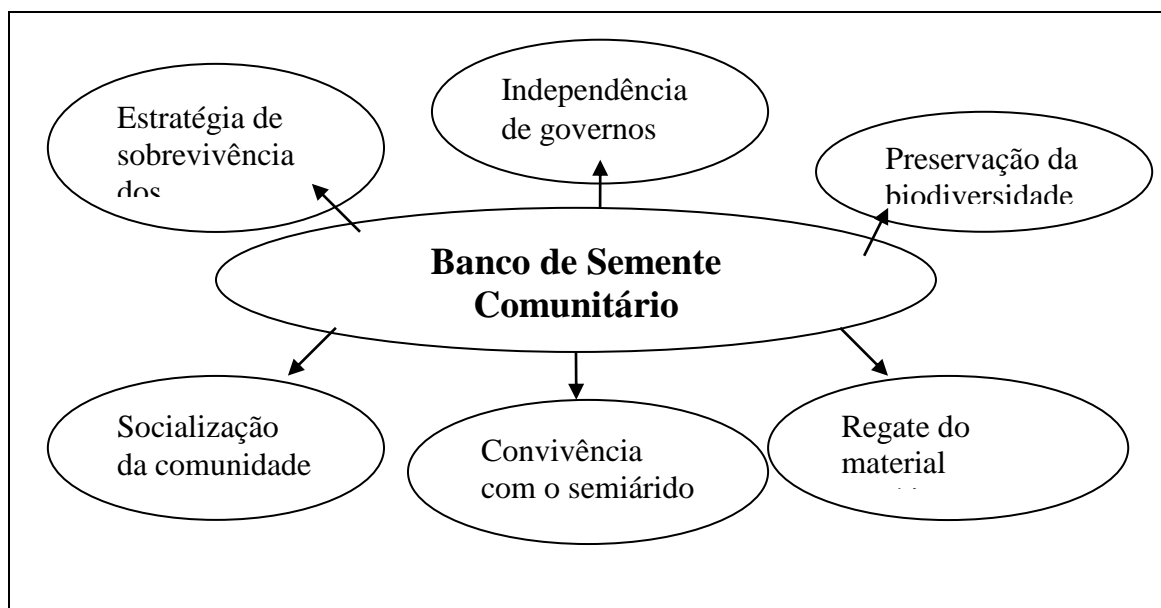
**Figura 01 - Mapa Bancos de Sementes da Paraíba**



**Fonte: AS-PTA**

Conforme é possível perceber no mapa a região do Alto Sertão (Cajazeiras, Triunfo etc.) é a que concentra o maior número de BSC.

Atualmente a Paraíba possui uma rede formada por 228 Bancos DDE Sementes Comunitários que atende aproximadamente 6,5 mil famílias, em 61 municípios do Estado (Boef [et al.] 2007). Todas as discussões sobre os Bancos de Sementes colocam estas reservas estratégicas como de fundamental importância para o plantio, a alimentação dos animais e humana, a preservação da biodiversidade e também para o comércio como é possível ver no gráfico a seguir.



Fonte: elaborada pelo próprio autor

Os bancos de Sementes Comunitários da Paraíba seriam, portanto, resultado de uma luta conjunta entre organizações de agricultores rurais, igreja<sup>15</sup>, ONG's e representantes de secretarias governamentais. Cada banco é formado por famílias de agricultores que possuem e executam uma dinâmica própria. Os agricultores se organizam, se mobilizam, definem dias de reuniões e atividades através de uma comissão regional. Para integrar os agricultores que fazem parte dos bancos de sementes da Paraíba é realizada a Festa Estadual da Semente da Paixão.

Outra questão posta pelo projeto é no tocante a solidariedade, o encurtamento de laços entre os produtores rurais que trocam o conhecimento através das experiências dos bancos comunitários de sementes. Mas é fato

<sup>15</sup> A partir de um trabalho desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's na década de 1970 junto a paróquias e dioceses no nordeste.

também que a solidariedade em tempos de escassez sempre esteve muito ligada ao homem do campo. A solidariedade nunca foi, portanto, uma qualidade do homem industrial, moderno. As trocas de sementes na hora do plantio, (variedades diferentes, melhor qualidade, maior produtividade em menor tempo etc) sempre foram características marcantes e comuns nas pequenas localidades. Talvez isso não tenha sido analisado com afinco por nenhuma instituição não governamental, nunca tenha feito parte de um projeto alocado ao terceiro setor. Porque isso é fruto de experiências, de experimentações e necessidades do homem do campo frente às dificuldades enfrentadas por ele.

Olhando nesta perspectiva já é possível compreender que tomar posse de uma tradição, tomá-la pra si como se fosse algo novo, apossar-se de um certo tipo de cultura é uma característica bastante comum nos dias de hoje tanto pelas organizações não-governamentais para implementação de políticas ligadas ao estado quanto pelas políticas tidas como desenvolvidas pelo próprio Estado em si.

#### **2.4 – A Festa Estadual da Semente da Paixão - FESP<sup>16</sup>**

Para integrar os agricultores que fazem parte dos bancos de sementes da Paraíba é realizada a Festa Estadual da Semente da Paixão: evento de formação e intercâmbio das experiências em curso na promoção da agroecologia na Paraíba. A festa vem se constituindo como um importante momento de troca de experiências e saberes entre as famílias camponesas do semiárido, além de valorizar as ações que conservam o ecossistema e garante a segurança alimentar. Busca-se ainda estimular a reflexão e construir de um modelo de agricultura sustentável proporciona um momento de formação política, tendo como foco o fortalecimento das ações da agricultura familiar camponesa nos seus processos e espaços de realização da agroecologia.

---

<sup>16</sup> Sementes da Paixão é uma forma simbólica de denominar as sementes que são selecionadas e guardadas por estes agricultores. A frase “Semente da Paixão” é atribuída ao agricultor Cassimiro Caetano Soares - Seu Dodô, durante um evento que reuniu agricultores no ano de 2002 em Campina Grande - PB



As comissões formadas pelos agricultores, em cada microrregião do Estado se mobilizam para a festa. A última edição do evento aconteceu na cidade de Campina Grande. O tema da Festa Estadual foi o seguinte: ***Guardiões das Sementes da Paixão: em defesa da Agricultura Familiar Camponesa Agroecológica***. A cidade foi escolhida para sediar o evento por ser um local estratégico: possui várias empresas de comunicação. Entre os vários objetivos da festa estava o de alertar a mídia e conseqüentemente a comunidade em geral sobre os perigos dos alimentos transgênicos e sobre o uso dos agrotóxicos. A festa contou com uma mobilização pelas principais ruas do centro de Campina Grande. A concentração foi na Pirâmide do Parque do Povo. Mais de 1.400 (mil e quatrocentos) agricultores participaram do evento. Inicialmente

Por falta de apoio financeiro a ideia é realizá-la a cada dois anos. Para tanto existe toda uma mobilização por parte dos agricultores, das comissões regionais, dos líderes e das redes de sementes. Na festa, além do momento de celebração existe também um momento de intercâmbio de troca de experiências e comércio de produtos orgânicos (produzidos sem o uso de agrotóxico). Ao longo dos últimos seis anos, a festa tem acontecido de forma itinerante. A primeira foi realizada no município de Soledade no ano de 2004. A segunda em Cajazeiras, alto sertão. A terceira na região do Brejo, no município de Lagoa Seca em 2007 a penúltima edição foi na cidade de Patos que fica no sertão da Paraíba em 2008.

Para atrair o público os organizadores investem no papel da mídia. O que atrai os agricultores à cidade de Campina Grande é a proximidade com os principais veículos de comunicação do estado. A comissão de organização da festa precisa divulgar este momento e colocar na pauta a questão dos transgênicos. Em Campina Grande existem várias emissoras de rádio (AM e FM), cinco canais de TV, vários sites além de ser uma cidade de acesso estratégico. Fica na divisão entre brejo/agreste/cariri. Localização perfeita. Há dois anos, quando da realização da última festa no município de Patos a divulgação, a repercussão entre os meios de comunicação não foi satisfatória. Teve o seguinte tema: "Semente da Paixão: plantando e colhendo riquezas e solidariedade no semiárido".

Os organizadores confessam que o evento realizado geralmente no mês de junho por conta do dia do agricultor, não teve muita evidência na mídia. As reuniões de planejamento aconteceram simultaneamente em todo o estado. Uma semana antes da realização da festa foi realizada uma nova rodada de reuniões durante todo o dia entre os agentes, lideranças comunitárias e entidades sociais que participam da festa. O objetivo do encontro foi fechar os últimos preparativos do evento. Cada comunidade, cada comissão também se mobiliza de forma “independente” pra participar do momento de confraternização. Entre os objetivos da FESP estão:

- Contribuir para a formação de camponeses, camponesas e lideranças<sup>17</sup>, através do intercâmbio de experiências que vem promovendo a agroecologia, o aumento da biodiversidade e da segurança alimentar das famílias; para o reforço da análise crítica e da capacidade propositiva sobre as atuais Políticas Públicas de Biodiversidade;
- Construir uma síntese coletiva acerca dos projetos em disputa e apontar caminhos para a promoção da agricultura familiar camponesa e agroecológica como parte do processo preparatório para o VII Encontro Nacional da Articulação no Semiárido – ENCONASA.
- Resgatar e valorizar o papel dos guardiões das Sementes da Paixão;
- Refletir e celebrar a luta em defesa da Agricultura Familiar Camponesa: Por uma Paraíba Livre de Agrotóxicos e Transgênicos<sup>18</sup>.

As justificativas para a realização deste evento, que reúne agricultores e procura mobilizar a sociedade em torno de uma temática, estão: a) o agronegócio que emprega pouca mão de obra e enriquece um grupo seleto de pessoas; b) a valorização da agricultura familiar e as experiências do homem do campo; c) novos caminhos a serem trilhados por um novo modelo de desenvolvimento rural que se desenvolva e se consolide a partir de reflexões que se contrapõem a “suposta superioridade técnica da produção especializada e em grande escala”; d) experiências que cultivam a diversidade de plantas e animais e que apontam para a necessidade de guardar os frutos recebidos da natureza em silos, fenos, cisternas, para não faltar em períodos de estiagem.

A festa da semente tem o propósito ainda de valorizar as ações promovidas pelas famílias e as organizações que compõem a Articulação do

---

<sup>17</sup> São participantes das Articulações nas diversas Dinâmica Microrregionais da ASA - Paraíba, dos bancos comunitários de sementes, dos grupos de Fundos solidários Rotativos.

<sup>18</sup> Projeto para a V Festa das Sementes da Paraíba. Ver anexo

Semiárido - ASA<sup>19</sup> como importantes caminhos a serem trilhados rumo a um novo modelo de desenvolvimento para o estado da Paraíba. Apropria-se de termos como solidariedade, conhecimento popular, autonomia e independência para justificar a sua existência e a manutenção de um projeto de ação junto aos agricultores.

A Articulação do Semiárido Paraibano entende que construindo parcerias, nos mutirões, nas trocas de sementes, construindo redes, valorizando as pessoas seus conhecimentos, suas culturas, a solidariedade entre as famílias são elementos essenciais para a convivência com o semiárido<sup>20</sup>.

Entre as ações desenvolvidas pela ASA-PB, a política de conservação de sementes está entre as mais importantes no semiárido nordestino. As sementes são apresentadas como um recurso natural e cultural da humanidade, um patrimônio biológico que está ameaçado. Isto poderia ser evitado de maneira simples, aproveitando-se da tradição e do aperfeiçoamento de técnicas agrícolas rudimentares ou tradicionais, através, por exemplo, do armazenamento de grãos. Quando isso acontece, as sementes são repassadas espontaneamente para outras comunidades e ou famílias para iniciarem novas experiências de armazenamento coletivo. O mesmo se daria com a gestão da água, de forragens, de animais etc.

Os animais, que como dizem os camponeses 'é a poupança da família', desempenham papel fundamental na sustentabilidade da agricultura familiar camponesa, além de uma importante fonte de alimentos (leite, ovo, carne, mel) é uma garantia de dinheiro para qualquer eventualidade<sup>21</sup>.

Os bancos de sementes comunitários são colocados como uma espécie de salvação de um problema que atravessa séculos: A falta de alimentos em comunidades pobres. Apenas a experiência de selecionar e guardar sementes em casa, de maneira individual e familiar, já não basta. É como se apenas isso não resolvesse o problema. Mesmo reconhecendo que essa prática antiga tem permitido a manutenção e conservação da diversidade do semiárido e seu livre

---

<sup>19</sup>A Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba) é um fórum – que reúne pessoas, organizações de camponeses e de camponesas, organizações não-governamentais (ONGs), pastorais sociais entre outras entidades de apoio - voltado para a promoção da agroecologia e do desenvolvimento sustentável do semiárido paraibano.

<sup>20</sup> Idem p. 65

<sup>21</sup> Ibidem p. 65

acesso e uso é necessário que as comunidades se mobilizem nesse novo modelo de desenvolvimento rural/local que atenta para as questões de socialização e solidariedade entre famílias carentes. O banco como mediador e legitimador daquilo que Putnam<sup>22</sup> vai chamar de “Capital Social<sup>23</sup>”.

Ao final de cada edição da Festa Estadual da Semente da Paixão, é divulgada uma carta política que será lida no encerramento e serve como um documento para orientação na elaboração de políticas públicas.

**Figura 02 - Agricultores reunidos durante a V Edição da Festa da semente da Paixão em Campina Grande, março de 2010**



**Arquivo: Juliano Moreira**

---

<sup>22</sup> Robert D. Putnam. Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

<sup>23</sup> O conceito de Capital Social de Putnam é constituído como um bem público, gerado a partir de atividades sociais e tem na confiança um componente básico. É a confiança que promove a cooperação. Este tipo de capital se diferenciado capital convencional por ser um bem coletivo e não um bem privado.

## **Capítulo III – Conhecendo as experiências dos BSC e refletindo sobre os discursos dos agricultores**

### **Introdução**

Até agora mostramos os passos que nos levam a compreender a formação e origem dos BSC na Paraíba e em outras partes do mundo. Apontamos os modelos de políticas direcionados para a agricultura, em especial a grande produção agrícola. Explicitamos como os Bancos de Sementes foram sendo formados – objetivos e ações. De forma geral, até aí contemplamos um bom espaço do nosso trabalho a uma reflexão teórica sobre o nosso objeto de estudo que incluiu também um olhar crítico nas propostas e reflexões sobre o terceiro setor e desenvolvimento local.

Neste capítulo, objetivamos analisar, através da empiria os Bancos de Sementes da Paraíba. Até onde esta proposta se aproxima de um discurso romântico da atual política agrícola volta para os agricultores rurais que inclui ações solidárias e parcerias com o terceiro setor. Qual a funcionalidade dos BSC? A apropriação e envolvimento da comunidade; como os BSC têm aumentado ou não a renda destas comunidades? Se as propostas da política estadual dos bancos de sementes têm cumprido com as suas finalidades de capacitar, ampliar, controlar estoques e articular os bancos tem realmente sido colocadas em prática.

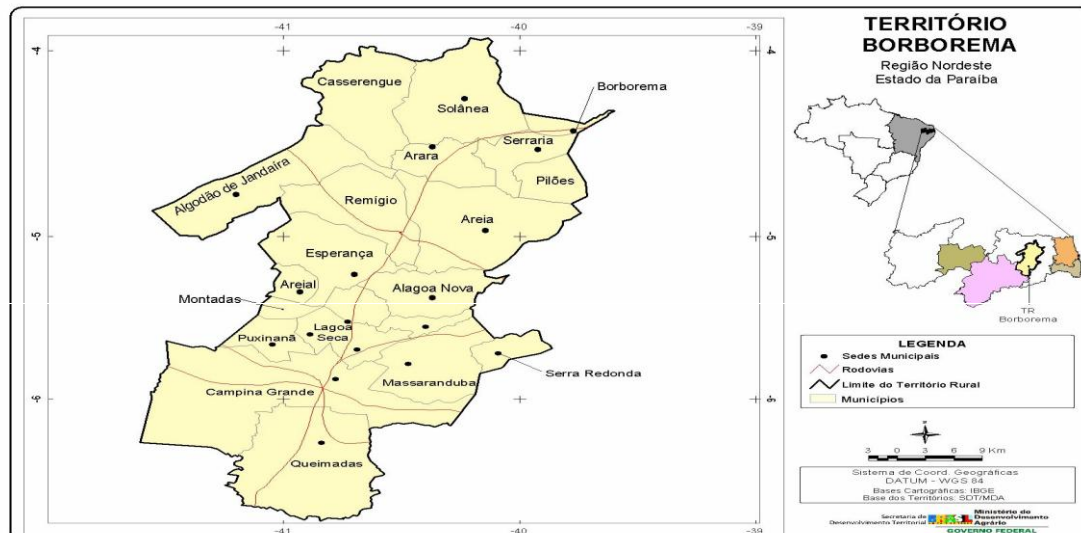
Para que o leitor tenha uma visão ampla da região onde estão localizados os municípios visitados, disponibilizamos dados relativos à área ocupacional, população (urbana/rural) e índice de desenvolvimento humano. Dados sobre a região pesquisada. A pesquisa empírica foi desenvolvida dentro de uma área definida pelo Ministério de Desenvolvimento agrário, como o Território da Borborema – PB. Abrange uma área de 3.341,70 Km<sup>2</sup> e é composto por 21 municípios<sup>24</sup>. De acordo com o MDA, a população total desta área é de 651.841 habitantes, a população rural era de 157.741 habitantes (25% do total) e a população urbana de 470.840 habitantes (75% do total),

---

<sup>24</sup>O Território da Borborema fica na região Agreste do estado da Paraíba, no Nordeste do país, e inclui 21 municípios: Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Arara, Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria, e Solânea. (ZIMMERMAN e DELGADO 2008, p. 4)

Possui 24.725 agricultores familiares, 1.661 famílias assentadas e 3 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,67

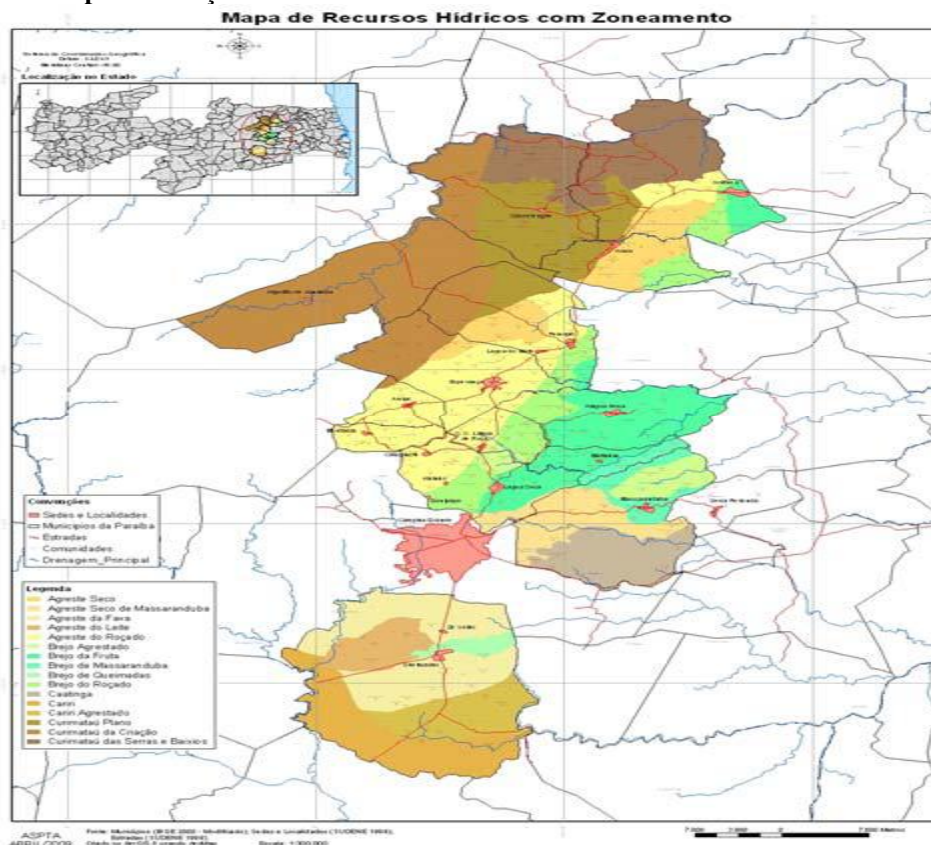
**Figura 03 – Mapa dos municípios que compõem o Território da Borborema**



**Fonte: Ministério do desenvolvimento Agrário - MDA**

No mapa a seguir, destacamos o estado da Paraíba com o espaço de atuação da As-PTA e do pólo Sindical da Borborema.

Figura 04 - Mapa da atuação do Pólo Sindical da Borborema



(Fonte: [www.aspta.org.br](http://www.aspta.org.br))

#### 4.1 – Município A: Legitimação do discurso

Era início da tarde de uma terça-feira quando estivemos pela primeira vez em campo para coletar dados da pesquisa. Desconsiderando a participação em festas e eventos organizados pelos técnicos e assessores das ONG's, esta foi a nossa iniciação ao trabalho de campo. Visitamos um Banco de Sementes Comunitário (BSC) localizado na zona rural de um município do brejo do Estado distante uns 3km da zona urbana. Esta foi uma das primeiras experiências de armazenamento de grãos de forma coletiva – não apenas familiar, mas comunitário da Paraíba fundada na década de 70. “O Banco (...) é fruto do trabalho e da necessidade dos moradores da comunidade, já que foi concebido em uma época em que um longo período de estiagem os maltratava” (CARVALHO, 2003, p. 290).

Foi lá que conversamos informalmente e depois entrevistamos um agricultor aposentado, líder comunitário, uma pessoa bem articulada, com uma trajetória de vida sempre associada às questões da comunidade.

Atualmente o agricultor faz parte do Pólo Sindical da Borborema - uma espécie de ONG que reúne 16 municípios da região agreste, brejo e curimataú. Além disso, é sócio do Sindicato dos trabalhadores rurais (STR) do município e compõe uma chapa para concorrer na próxima eleição; participa de intercâmbios com agricultores da Paraíba e de outros estados do Brasil e se orgulha de ter levado a experiência dele com os bancos de sementes até para fora do país.

As pessoas vêm até aqui, a gente vai até os outros, vai fundar lá os bancos de semente e assim por diante. Quer dizer, é um... é uma rede de semente que se preocupa não só aqui na Paraíba mas até fora. No caso eu vou a feira de semente na... no... eu já fui no Paraguai falar... no Paraguai sobre banco de semente comunitário. Sei de certeza que lá já funciona. Semente agroecológica a gente procura, a gente procura aonde ela existe, no caso (...) a gente procura uma semente que não tenha veneno.<sup>25</sup>

Aos 63 anos, cursou até “o quarto ano primário”. É casado e possui três filhos. Nenhum vive totalmente da agricultura. Uma filha mora em São Paulo, um filho na sede do município e outro é gerente de uma grande empresa de materiais de construção da região, sediada numa cidade vizinha. De acordo com Carvalho (2003, p. 290) a relação deste agricultor com as sementes data de muito tempo.

(...) aprendeu desde cedo a importância de guardar as sementes. Seu pai, antigo tropeiro, andava do Brejo para o Cariri e de volta para o Brejo; ia e vinha infinitamente levando cachaça, rapadura, farinha e feijão para o Cariri e trazia de volta o queijo e a carne. Um dia cansou-se de suas andanças e resolveu se fixar na região do Brejo, terra de sua então recente esposa. Seu José Inácio e dona Elisia passaram a plantar no regime de meia para sustentar a família. (...) Guardava suas sementes para plantar e também abastecia alguns vizinhos que sempre confiaram em seu feijão.

O banco de sementes (espaço físico) da comunidade, sempre foi ao lado da casa onde o agricultor mora. É uma residência cercada por alpendres e plantas de toda diversidade (laranja, manga, goiaba, limão, jaca etc). Possui

---

<sup>25</sup> Entrevista ao próprio autor em 01 de março de 2011



uma dezena de quartos. Foi construída pelo ex-sogro que tinha onze filhos. Quando ele morreu o agricultor foi comprando todos os direitos de herança dos demais cunhados. Hoje, em função das várias viagens que faz divulgando “experiências com a agricultura familiar” e pelo fato da esposa ter que acompanhar o filho que mora e trabalha na sede do município, a casa vive praticamente abandonada. “Só me encontram aqui a noite ou se marcar com antecedência” diz.

Havíamos agendado a entrevista com ele na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município – sede urbana, a uma hora da tarde. Chegamos por volta de meio dia e quinze minutos. Ele não se encontrava. No local estava acontecendo uma festa para as agricultoras rurais em comemoração ao dia Internacional da Mulher (08 de março). Resolvemos esperá-lo. Por volta de uma e meia, como ele não havia chegado nem dado notícias resolvemos então ligar e ele, ao atender o telefone, nos informou que estava em casa. Fomos então até ele. De tão conhecido que é na região, até o moto táxi que nos levou ao seu encontro era afilhado dele. Bastante atencioso, o agricultor é daquelas pessoas que já possuem uma espécie discurso institucionalizado. Discurso este certamente reproduzido em dezenas de encontros regionais, nacionais e internacionais. Sabe o que dizer e como dizer.

Explicamos que estávamos fazendo uma pesquisa sobre os bancos de sementes, que fazíamos parte da Universidade Estadual da Paraíba e desejaríamos compreender estas formas de articulações e organizações sociais que envolvem o homem do campo e a questão da seleção e armazenamento de grãos. Queríamos saber também da história daquele Banco de Sementes, origem, fundação, membros, objetivos, detalhes da criação, apoios, gestão etc. Conversamos por quase uma hora e em seguida pedimos autorização para gravar a nossa conversa. Ele então afirmou não estar autorizado para falar sobre os bancos, já que os BSC fazem parte de uma rede coordenada pelo (Patac, As-PTA, Pólo Sindical etc.). O agricultor mostrou-se bastante conhecedor e demonstrou imenso respeito pela hierarquia institucional que existe no pólo. Para tranquilizá-lo informamos que já havíamos conversado com os representantes das ONGs e instituições citadas e que agora esta fase da pesquisa consistia em ouvir os gestores, organizadores desses bancos.

Nossa conversa tomou um rumo mais de esclarecer o processo de criação do banco, o número de sócios e importância do banco para a região, os detalhes do surgimento, o envolvimento da comunidade. Aos poucos fomos descobrindo que esta experiência pioneira já contou com cerca de cento e cinquenta membros. Hoje menos da metade – sessenta e poucos sócios permanecem no banco. Mas o agricultor trata logo de corrigir os dados informando que isso não significa que sócios foram perdidos. O fato de ter diminuído o número de agricultores que integram o BSC está associado ao nascimento de outros bancos, principalmente os familiares. “Muitos desses agricultores chegaram aqui sem semente nenhuma, hoje, através de nosso trabalho de conscientização, eles já possuem seus bancos familiares e guardam suas sementes em casa mesmo. Todos os sócios aqui têm seu banquinho em casa, mas participam do banco comunitário para ajudar aqueles que ainda não tem”, explica.

Os números em relação à quantidade de Bancos de Sementes Familiares do município também diminuíram. O agricultor disse que hoje existem sete BSC no município, mas que este número já chegou a doze bancos. Mesmo otimista quanto a essa redução ele informou que no dia anterior (28/02/2011) um novo banco foi criado numa comunidade rural do município. “Se esta experiência vai dar frutos, crescer e prosperar, isso depende muito da força de vontade, do envolvimento e empenho da comunidade que precisa fazer uma boa gestão do banco”, afirma. Hoje este agricultor aposentado vive basicamente de repassar a experiência dele em fundar e fazer a gestão de um banco de sementes para dezenas, centenas de outros agricultores espalhados pelo Brasil.

**Figura 05 - Banco de Semente Comunitário visitado na comunidade A**



**Arquivo do próprio autor**

Para reforçar e dar mais credibilidade a seu discurso sobre a importância que os Bancos de Sementes Comunitários têm nas comunidades rurais da Paraíba, o agricultor costuma citar um fato que supostamente teria acontecido com ele nos idos dos anos setenta, quando durante uma distribuição de sementes por parte do governo municipal teria sido impedido de receber as sementes por questões políticas.

Eu tenho onze irmãos e a vida de meus pais era um banco de semente familiar que era pra família e quando eu me casei em 1964 e vim morar aqui fiquei com aquela saudade medonha das sementes. Aí disseram pra mim, amanhã vai ter uma distribuição de semente. O prefeito mandou distribuir a semente aí pra comunidade. Aí eu fazia parte de um trabalho e levei uns cinco agricultor (sic). Quando eu cheguei lá aí cochicharam pra comissão que “tava” distribuindo a semente: “não despache semente pra (nome do agricultor), porque (nome do agricultor) não votou em nós. (nome do agricultor) foi contra nós. (nome do agricultor) e esse pessoal que ele trouxe é pessoal que acompanha ele, não deva levar a semente”.<sup>26</sup>

O BSC da comunidade teve início em 1974 com apenas dez agricultores associados. “Naquele ano, cada um dos sócios fundadores levou e plantou 10 quilos de feijão e 2 quilos de milho, com a obrigação de devolver, ao final da safra, 15 quilos de feijão e 3 quilos de milho, para que dessa forma o Banco de Sementes pudesse prosperar” (CARVALHO, 2003, p. 292). O nome Banco de Semente Comunitário faz uma homenagem a um grupo de religiosos da igreja Católica que estimulou a criação do Banco. De acordo com o agricultor, o

---

<sup>26</sup> Entrevista ao próprio autor em 01 de março de 2011

banco possui atualmente um estoque que varia entre 400 a 500 kg de sementes de aproximadamente trinta variedades de milho, feijão, fava, jerimum etc. Para o agricultor, as vantagens de se ter um banco de semente comunitário para o agricultor familiar são muitas. Entre elas, estaria o símbolo da luta das ONGs:

A nossa liberdade, a nossa libertação. A gente libertou-se das políticas que era de cima para baixo e a gente “fumo” vítima da exploração que eu acredito que é por meio da semente é como o agricultor e a agricultora tem semente para o seu plantio e semente para se alimentar. Planta muito mais ligeiro e livre e independente da politicagem que surgiu, que massacrou tanto o agricultor.<sup>27</sup>

Ações deste tipo promovem na comunidade uma espécie de desmobilização política. Os moradores já não precisam mais enfrentar o governo porque estes já apresentam “soluções” para os seus problemas. Algo bastante comum nas políticas mediadas pelos agentes do terceiro setor.

Pelo seu total envolvimento com as entidades que assessoram os BSC no estado, o agricultor entrevistado é capaz inclusive de fazer um panorama de como andam as outras experiências nos dezesseis municípios do pólo: “cada município tem dois, três representante de banco de semente comunitário e acredito que tem município que funciona melhor de que outros”, mas para que esse trabalho possa acontecer e prosperar nas comunidades o agricultor diz que é preciso ter uma relação quase de amor com as sementes:

(...) porque a semente você sabe! A semente (...) você tem que ser missionário da semente. Quem é missionário da semente ele não dá tanto do trabalho, aí aquelas pessoa que não entra na missão, aí um dia... por isso que muitos banco (sic) de semente vai a falência, porque têm que ter uma dinâmica, tem que ser um missionário da semente mesmo<sup>28</sup>.

O que eles consideram missionário da semente é aquele agricultor que além de conservar o material armazenado em casa (Banco de Semente Familiar) ou no banco comunitário, ele cumpre uma missão voluntária de divulgar o trabalho e estimular a criação de novos bancos. Ele deverá está a disposição para a participação em eventos, festas regionais ou nacionais e encontros com assessores técnicos e funcionários de secretarias.

---

<sup>27</sup> Entrevista ao autor em 01 de março de 2011

<sup>28</sup> Entrevista ao autor em 01 de março de 2011

## 4.2 – Município B: Gestão pública

O nosso primeiro contato com a liderança comunitária de um município do agreste do Estado aconteceu durante a realização da V edição da Festa Estadual da Semente da Paixão FESP, no município de Lagoa Seca em 19 de março de 2010. O agricultor franzino se dirigiu ao microfone e recitou para os “companheiros” uns versos, atendendo a um pedido da organização da festa. De acordo com ele, a poesia devia ser pequena, algo breve para não ocupar muito o tempo das discussões e não atrapalhar o evento. Para ele isso se configurava num problema, porque suas poesias são sempre grandes e compostas por muitos versos. Em função destas exigências a poesia tinha ficado resumida a apenas quatro estrofes e falava sobre os problemas dos alimentos transgênicos. Temática do evento.

.

Representando a ASA Paraíba  
Estamos aqui com alegria  
Com união e com força  
Com coragem e sabedoria  
Lutar com dignidade  
Pela biodiversidade  
E pela agroecologia.

.

Lutar pela agroecologia  
Nós achamos uma beleza  
Dizer não aos agrotóxicos  
Também temos clareza  
Lutamos diariamente  
Zelando o meio ambiente  
Defendendo a natureza.

.

Toda a ASA tem clareza  
Dessa forma de lutar  
Sabemos que neste caminho  
Nós iremos lá  
É o projeto da gente  
Defender o meio ambiente  
E a soberania alimentar<sup>29</sup>

Por ser um agricultor bastante engajado e envolvido com o Polo, os termos e a linguagem usados nesta poesia, possivelmente fazem parte do cotidiano discursivo das reuniões e eventos públicos dos quais participa rotineiramente. Além da possibilidade de estes termos (agroecologia,

---

<sup>29</sup>Poesia “VI ECONASA” declamada durante a Festa Estadual da Semente da Paixão, Lagoa Seca/Campina Grande-PB, março de 2010. Arquivo do próprio autor

biodiversidade, agrotóxico) presentes na composição terem sido sugestões dos organizadores da festa. Vale salientar que a declamação foi feita com muito orgulho pelo agricultor. Na sua cabeça, valeria a ideia de que ele estava sendo visto, reconhecido, evidenciado. Mas neste espaço também havia “disputa”. Os versos mais elogiados foram o de outro poeta ali presente. O mesmo que cantava ao violão recepcionando os convidados e participantes da festa que aos poucos iam chegando. Era uma poesia longa, cheia de estrofes que evidenciavam também a problemática dos produtos transgênicos. Terminava com uma mensagem imperativa onde chamava os presentes a dizerem não aos alimentos geneticamente modificados. Era uma crítica aberta ao agronegócio e aos transgênicos.

Vejam essa arrumação  
A Vida virou mercado  
O que se come se compra  
O que se planta é comprado  
Remédio na drogaria  
Se compra até alegria  
Está tudo envenenado

Chegou junto com a guerra  
O veneno pra comida  
O governo enganou  
Disse ser a favor da vida  
Botou fogo no roçado  
Está tudo envenenado  
A medida é desmedida

Veio dinheiro do banco  
Um pacote já prontinho  
Deu dinheiro pra empresa  
Foi tudo desse jeitinho  
Ninguém sabe de onde veio  
Um tal de veneno feio  
Muito forte num frasquinho

Da guerra chegou já pronto  
Um potente maquinário  
Que acabou o trabalho  
Pois máquina não tem salário  
Saiu derrubando mata  
Depois com fogo se trata  
Verba pro milionário

Na prateleira do banco  
O governo decidiu:  
Semente só pra empresa  
O povo todo sorriu  
Misturando com o roçado  
Foi caro

Agricultor não tem grão  
O seu grão não é semente  
Semente é certificada  
Quem tem o grão é a gente  
Nós somos donos da lei  
E vendemos pra vocês  
... sempre pertence

Assim nos anos setenta  
Feijão carioca chegou  
Destruíram o mulatinho  
Nisso o dinheiro acabou  
Invadiram o roçado  
Já acabaram um bocado  
De semente que se plantou

Agora vemos a lei  
Do mercado brasileiro  
Cria a conta transgênica  
Pra assaltar o mundo inteiro  
Vão salvar sua riqueza  
Se não se virar a mesa  
Vai ser grande o atoleiro

Se querem inventar a vida  
Cruzar bicho com algodão  
A empresa quer vender  
E a ciência dar a mão  
Dinheiro gera dinheiro  
E vendem pro mundo inteiro  
Sua mais rica ilusão

Tem até locutor  
Que fala pro mundo inteiro  
Com seu grito de terror  
..do brasileiro  
Pergunto agora a vocês:  
Digam tudo de uma vez  
De vocês quem quer dinheiro?  
Quem quer transgênico?  
Vocês querem transgênicos?  
Vocês querem veneno?

Com dinheiro  
Com empresa  
Com governo consciência  
Com a lei ...pra comprar a consciência  
A família compra a briga  
Nessa rede de intriga  
Faz a sua resistência

A agricultura camponesa  
É forte e resistente  
Cuida da diversidade  
E também cuida da gente  
Que o alimento sagrado  
Sadio e bem cuidado  
Como cuida da semente

Escutem! Escutem gente!  
Escutem com o coração!!  
É o som dessa semente  
Que é plantada no chão  
É a semente da vida  
Semente da nossa lida  
A semente da paixão

Viva a semente da paixão!!!  
Viva a nossa semente!!<sup>30</sup>

Passado quase um ano, em função da nossa pesquisa de campo, voltamos a entrar em contato com o agricultor autor do primeiro poema para ir até a sua comunidade, visitar o BSC. Falamos com ele via telefone, passamos o conteúdo de nossa ligação, explicamos a nossa pesquisa, sugerimos uma visita que logo foi descartada. Ele pediu que ligássemos num outro momento, sob a alegação de que estava com muitas atividades para a semana em questão e que ia “olhar na agenda” pra ver se tinha algum espaço livre para nos receber. Desde então ele nunca mais atendeu aos nossos insistentes telefonemas.

Decidimos então ir a campo e tentar encontrá-lo na sede do sindicato dos trabalhadores rurais. Chegamos lá por volta das dez e meia da manhã. Apresentamo-nos a uma moça que, muito solícita, nos recebeu. Perguntamos, pela liderança em questão. Um pouco surpresa com a pergunta ela respondeu que já fazia um bom tempo que ele (o agricultor procurado) não aparecia no sindicato. Perguntamos então se ali no sindicato ficava instalado um Banco de Semente Comunitário. A moça respondeu que sim. Pedimos para ter acesso e fotografar. Ela respondeu que o acesso era permitido apenas pelo gestor do banco. Insistimos querendo saber se não existia por ali algum outro sócio que pudesse abrir o BSC, mas ela foi clara ao afirmar que desconhecia a existência de outro sócio do banco. Mesmo sem insistir sobre os motivos que levaram então o agricultor a não estar muito presente no sindicato, a jovem informou espontaneamente que depois que o mesmo perdeu as eleições para presidente do sindicato, ele teria se afastado.

O atual presidente, pai da jovem que nos atendeu, teria inclusive convidado a liderança a fazer parte da chapa na condição de vice-presidente, o

---

<sup>30</sup> Poema “*Semente da Paixão, semente da vida*” declamado durante a Festa Estadual da Semente da Paixão, Lagoa Seca/Campina Grande-PB, março de 2010. Arquivo do próprio autor.



que teria sido negado por ele que resolveu formar uma chapa adversária e perdeu por sete votos de diferença. Conhecedor de seus direitos a liderança já teria inclusive acionado a justiça para anular a eleição, mas a moça disse que não isso não iria dar em nada.

Em conversas obtidas e gravadas com o agricultor, durante a Festa Estadual da Semente da Paixão em Lagoa Seca, ele já havia nos falado que no município, só existia um único banco de Semente comunitário. Para ele os bancos familiares de sementes são comuns na região e são de fundamental importância para a comunidade.

Com certeza... porque dos bancos familiares é que ele vai trazer exatamente... pra você ver, quando você... tem pessoas que as vezes não gosta do trabalho muito coletivo, ainda tem pessoa desse tipo... mas quando ele tem o banco dele em casa que ele ta consciente do que é a semente dele é importante porque você hoje nós contamos, na nossa região nós contamos oitenta e... uma faixa de oitenta e cinco bancos comunitários na região do polo da Borborema, mas os bancos familiares tendo os mesmo cuidado, com a mesma tendência e com a semente, a semente da paixão isso é incontável porque até agora a gente não conseguiu realmente fazer um levantamento desse tipo porque são, é uma quantidade totalmente grande.<sup>31</sup>

O agricultor reconhece que as famílias têm essa tradição de guardar suas próprias sementes. Para tentar constatar o que afirmara a liderança comunitária, resolvemos então parar na estrada do município e conversar com um agricultor que estava realizando o plantio às margens da rodovia. Perguntamos de onde eram as sementes que ele jogava no solo, de onde elas vinham - se eram de algum BSC ou do fornecidas pelo governo. Ele disse que as sementes que ele estava plantando foram guardadas em silos em casa, armazenadas tanto para o consumo quanto para o plantio a cada ano. Ele já ouviu falar dos bancos de sementes comunitários, mas nunca participou de nenhum. Disse que não é interessante esperar por sementes doadas pelo governo, porque o agricultor tem pressa e às vezes as sementes que são “doadas” pelo governo demoram.

O desafio tanto dos gestores dos BSC quanto dos técnicos das ONGs é na mobilização dos agricultores para fazerem parte dos Bancos de sementes. Para os gestores e técnicos, a iniciativa deve partir dos próprios agricultores

---

<sup>31</sup> Entrevista com o próprio autor em 19 de março de 2010

que sentindo a necessidade de participação procurem uma instituição (associação comunitária, Sindicato etc.) para afiliarem-se. Mas a liderança entrevistada sabe como inserir estas pessoas no processo de seleção e armazenamento de grãos em parceria com outros agricultores.

Olha, a “incruzão” dessas pessoas é a gente tentar uma vez a questão da formação, é de onde vem a diferença do banco... do banco comunitário pra o banco familiar, porque o banco familiar ele fica preso e o banco comunitário ao invés de preservar a semente mas ele tem uma questão de formação, formação e informação que é por esse caminho que a gente vai tentar concentrar esse pessoal que ainda não participa a fazer. E o banco comunitário ele dá essa questão de tentar realmente formar essas pessoa que ainda tão inconsciente do valor da semente.

Este mesmo agricultor entrevistado foi coroadado como uma espécie de poeta das sementes. No material de divulgação da As-Pta ele aparece contando as experiências como agricultor experimentador e recita a seguinte poesia:

"Nos tempos dos meus avós  
Os santos eram Pedro e João  
Pelas imagem ser ôcas  
Guardavam milho e feijão  
Em Nossa Senhora era a fava  
Botava dentro e tapava  
Era assim que se guardava  
A Semente da Paixão!"

Em função disso e pelo envolvimento com o Polo Sindical da Borborema, ele ainda é chamado para todo evento publico. Faz uma fala, improvisa uns versos, o que o deixa, de certa forma, orgulhoso e bastante vaidoso. Em 2003, durante o lançamento do Programa Um Milhão de Cisterna (PM1C), foi ele quem recitou uma poesia de agradecimento pela visita do presidente Lula. Os versos diziam: *“em nome do semiárido; E de toda articulação; Tenho o prazer de dizer; Que vamos agradecer; Ao Presidente da Nação”* Ele nunca dar uma entrevista sem antes saber pra onde é, pra que é, qual o objetivo daquela fala. Toda a construção de sua narrativa oral tem uma intencionalidade. O discurso dele é construído e reproduzido de forma a passar a ideia de que as experiências com as sementes são importantes, revolucionárias e promotoras do desenvolvimento.

Com certeza... porque dos bancos familiares é que ele vai trazer exatamente... pra você ver, quando você... tem pessoas que as vezes não gosta do trabalho muito coletivo, ainda tem pessoa desse tipo... mas quando ele tem o banco dele em casa que ele tá consciente do que é a semente dele é importante porque você hoje nós contamos, na nossa região nós contamos oitenta e... uma faixa de oitenta e cinco bancos comunitários na região do polo da Borborema, mas os bancos familiares tendo os mesmo cuidado, com a mesma tendência e com a semente, a semente da paixão isso é incontável porque até agora a gente não conseguiu realmente fazer um levantamento desse tipo porque são, é uma quantidade totalmente grande.

Assim como o nosso primeiro entrevistado, a voz deste agricultor representa também a reprodução das vozes dos técnicos e membros do Pólo Sindical da Borborema, dos membros da AS-PTA e do Patac. Ele inclusive não fala mais como um agricultor qualquer. Diferencia-se pela condição que a ele foi dada, atribuída. Perder uma eleição para qualquer agricultor poderia ser algo normal, mas ele não admite este tipo de derrota. Ele também sabe até onde vão os seus direitos e deveres. Quando o sufrágio não resolve da forma que ele deseja, existem outras instâncias a quem recorrer para buscar solução para algo ainda “insolucionável”. Por conta de todos estes problemas relatados, não foi possível entrar no espaço físico do banco, saber o estoque e as variedades de sementes disponíveis.

#### **4.3 – Município C - O real e o ideal**

Neste novo município, de aproximadamente 42 mil habitantes<sup>32</sup>, localizado no agreste do Estado, visitamos um Banco de Semente Comunitário na zona rural. Fica situada a uns seis quilômetros da zona urbana. Para chegar até lá tomamos uma moto-táxi, que por sinal era morador da comunidade e todos os dias vai para o seu ponto de trabalho na sede do município. Esta tem sido uma tendência bastante comum em comunidades próximas a zona urbana. Sem perspectivas no campo eles migram para a cidade durante o dia, onde executam alguma atividade “profissional” - formalizada ou não, e mantêm residência fixa na zona rural.

No percurso perguntamos qual era a economia daquela região. O que eles plantavam, colhiam etc. Ele disse que praticamente não havia agricultura.

---

<sup>32</sup> População 41.049 hab. Fonte [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

A resposta dele estava clara e perceptível em todo o percurso. Era possível identificar apenas pequenas plantações de palma forrageira. Conversamos com outro morador da comunidade que também não depende da agricultura para sobreviver. Atualmente é funcionário de uma grande empresa de produção de calçados com sede em Campina Grande. Tem um irmão mais novo que também é empregado da mesma empresa. Com o salário garantido em carteira já comprou uma moto, e com o (pouco que recebe, segundo ele) já adquiriu também um terreno na cidade e quando “juntar mais um dinheirinho” vai construir. “É um investimento porque amanhã ou depois a empresa não vai me querer mais e eu tenho que me garantir”

Ele já tem consciência que operário desta empresa tem vida útil muito curta. O maior medo dele é chegar aos trinta anos sem ter “juntado” nada. “Conheço apenas uns dois ou três que continuam lá depois dos trinta. A empresa não quer não. Eles gostam de contratar é rapaz ‘novim’ e que resida na roça, porque tem coragem pra trabalhar e não reclama”. O horizonte dele está perto de terminar, hoje ele está com vinte e sete anos. Os pais dele são agricultores aposentados.

O jovem ao qual me refiro faz parte de uma família de cinco filhos, entre os quais está a nossa terceira entrevistada. Ela tem 33 anos, cursou o ensino médio completo, é líder comunitária e membro da associação de moradores, além de integrar o Sindicato dos Trabalhadores rurais do município e fazer parte da gestão de um dos nove bancos de Semente Comunitários do município.

**Figura 06 - Banco de Semente visitado na comunidade C**



**Arquivo do próprio autor**

Atenciosa e prestativa, a liderança transmite a impressão de que não acredita muito no que faz. Não sentimos muita empolgação da parte dela pela gestão do BSC. Era como se ela já não visse muito sentido naquilo que ela mesma precisa reproduzir, disseminar, publicizar. Mesmo assim tem um discurso quase pronto para falar da importância dos BSC para o desenvolvimento daquela comunidade.

Tem grande importância porque é... através desse banco de semente houve grande resgate e a gente "tamo", é esses banco de semente tem uma resistência à semente vinda do governo. Né que a gente seja contra o governo distribuir semente, e sim a própria semente dos agricultores tem que, tem que, é... saber que é a semente do agricultor não é grão é semente e que ter , já tem a lei de semente aí que a gente conseguiu e a gente tem que é... o governo comprar a semente do agricultor para que esta semente seja pra realidade da região.<sup>33</sup>

Fundado em 2003, com o incentivo do Polo Sindical da Borborema que, na época doou um saco de sementes de feijão carioca, outro de feijão branco e um terceiro de milho, o BSC contou inicialmente com sessenta sócios, hoje restam apenas vinte e duas mulheres associadas. A gestão é feita pela família dela (além dela, a mãe e uma irmã estão a frente da coordenação e gestão do banco). O Banco, (espaço físico) está agregado a um quartinho pequeno, ao lado da casa dos pais dela. São dezenas de garrafas peti jogadas sobre outros silos de zinco. O terreno é de chão batido sem nenhuma conservação contra infiltrações. O espaço serve também como local para as galinhas botarem os ovos ou chocarem suas ninhadas. Muita poeira e quentura. Fica praticamente de frente para o sol.

Em cada garrafa uma identificação com o nome do responsável por aquela semente. Eles chamam de guardiões das sementes. Os sócios do Banco de Sementes visitado são todas mulheres agricultoras com idade entre dezoito e sessenta anos. A justificativa seria em função

(...) do próprio interesse delas (...) tem mais mulher do que homem lá na associação. E as mulheres é quem guarda as sementes, é quem tem o cuidado de guardar, tem o cuidado em secar. O homem não tem muito essa preocupação com as semente não, são poucos

---

<sup>33</sup> Entrevista ao próprio autor em 04 de março de 2011

Depositados no banco existem aproximadamente 300 kg de sementes. São 106 kg de feijão preto, 99kg de milho jabatão, 60kg de sorgo forrageira, 20kg de feijão macassa branco, 15kg de feijão carioca além de pequenas quantidades de variedades de fava e girassol. Para a gestora do BSC visitado, as pessoas que não participam mais do banco é porque ou já criaram seu próprio banco comunitário ou não fazem parte da Associação Comunitária. A diminuição no número de sócios, de acordo com a gestora do banco, se deu ainda ao fato de: a) muitas destas pessoas acharem que não teriam que devolver as sementes que foram emprestadas e b) os agricultores pensavam que eram como as sementes dos governos que não deveriam ser repostas no estoque. De acordo com a agricultora, para fazer parte do BSC é preciso seguir algumas regras:

É preciso conhecer a realidade do agricultor e da comunidade e suas regras que essas sementes têm que ser devolvida, seca, selecionada e bem vedada porque se a gente fosse exigir que “os agricultor trouxesse” só uma qualidade de semente não existia tantas garrafas peti como você viu ali no banco que cada garrafa corresponde a uma variedade. Tem grande variedade, se a gente exigisse que o agricultor trouxesse só uma variedade não existia isso ali, existia só um depósito, mas a gente aceita todas as maneiras que o pessoal venha guardar suas sementes.

A média de associados aos outros oito BSC do município é o mesmo da comunidade pesquisada, podendo variar um pouco para mais ou para menos. Neste sentido é possível que, em todo o município cerca de 250 famílias sejam sócias de Bancos de Sementes e que este trabalho envolva aproximadamente 2.500 kg de diversas sementes, predominado sempre as variedades de milho e de feijão.

A liderança, assim como os demais pesquisados, reproduz, mesmo sem tanta segurança, o mesmo discurso mantido pelas ONGs e organizações que trabalham com a questão das sementes. As variedades enviadas pelo governo são de baixa qualidade, estão sempre associadas a favor, compra de voto etc. As verdadeiras sementes têm que ser estas cultivadas e preservadas pelos agricultores “as sementes da paixão”, porque elas vêm desde os nossos pais e precisam ser preservadas etc.

#### **4.4 – Município D – A “realidade” sem espaço para o romantismo**

Ao pesquisar mais uma comunidade rural de outro município localizado na região agreste que fica a aproximadamente 6 km do centro da cidade, encontramos uma liderança comunitária, aposentada, 63 anos. A comunidade rural é formada por aproximadamente cento e cinquenta famílias, mas apenas dez participam do banco.

A agricultora cursou até o terceiro ano primário. Vive numa pequena propriedade de dez hectares, com o marido, o filho mais novo e três netos. Carrega consigo todas as qualidades de mãe. Atendeu-nos como se nos conhecesse havia muito tempo. Ela teve oito filhos, seis deles (quatro homens e duas mulheres) moram hoje no Rio de Janeiro, uma outra filha mora na zona urbana do município e o filho mais novo, de 17 anos, mora em casa com ela e o esposo de 61 anos.

Ela reconhece os desafios que a agricultura vem enfrentando com o êxodo rural e o total desencantamento da juventude pelas questões ligadas ao campo. Arrisca uma fala profética: “se não for as pessoas mais velhas a agricultura vai acabar”. Um dos grandes problemas que afetam o campo atualmente, principalmente aquelas localidades próximas as cidades é a violência. A aposentada fica triste ao afirmar que não pode mais sair de casa a noite, nem ao menos sentar à calçada e conversar com os vizinhos, porque a onda de violência é muito grande: “Meu filho, quando escurece aqui ninguém mais sai de casa. É todo mundo dentro de suas casinhas”.

A preocupação dela fica visível também no depoimento do sobrinho, morador da mesma comunidade. Ele trabalha como moto táxi na zona urbana há três anos. A decisão de encarar a vida em cima de uma moto surgiu depois que ele voltou do Rio de Janeiro, onde trabalhou por três anos no ramo da construção civil. Ele morava na zona oeste da cidade do Rio – Rio das Pedras, e trabalhava numa empresa com sede na cidade de Niterói. Eram cerca e três horas diárias para chegar ao trabalho “quando o trânsito era bom”. Saía de casa às quatro horas da manhã para chegar ao local do serviço às sete. Ao retornar de volta para o Rio chegava a passar quatro horas dentro de um ônibus. Um certo dia disse pra si mesmo: “Quero ir embora desse inferno”. Mesmo com os pais ligados à agricultura e uma infância acompanhando o

trabalho do pai no campo, o jovem não pensou duas vezes em procurar outro tipo de serviço que não fosse o roçado. Mas segundo ele, ao cair da tarde, a onda de violência faz com que ele se recolha e encerre as atividades.

Não é seguro andar de moto por aqui à noite. E hoje ta melhor porque há uns quatro meses atrás, até de dia os caras tomavam as motos e assaltavam o povo que andava a pé por aqui. A sorte foi que depois que mataram uns caras aí, a coisa parou mais. Mas de noite não conseguimos sair de casa.

O Banco de Sementes da Comunidade em questão foi criado em 2000 com a ajuda da AS-PTA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Na época, estas duas instituições doaram cerca de 200 kg de sementes de feijão para que o banco fosse fundado. Cinco famílias tornaram se sócias nesse primeiro momento. A aposentada está à frente da gestão do banco desde a sua criação. Semianalfabeta, ela diz que é a sobrinha que fica responsável pelo registro de entrada e saída do estoque de sementes. Outras seis pessoas fazem parte de comissão de sementes na comunidade. Os atuais sócios são em sua maioria (70%) mulheres. Apenas três homens participam do banco. Ela atribui isso ao fato de as mulheres serem mais cuidadosas. “Elas zelam mais pelo nosso patrimônio”.

**Figura 07e 08 - Agricultora apresenta o Banco de Sementes da comunidade D**



Arquivo do próprio autor

Este não é o único BSC do município. Existem outros dois em duas comunidades rurais do município. Todos coordenados por lideranças que fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A aposentada também



integra a diretoria do STR e presidente da Associação dos moradores da comunidade.

O banco fica nos fundos de uma garagem ao lado da casa dela. O espaço é totalmente improvisado. Junto com as poucas sementes armazenadas em garrafas peti - algo comum em todos os outros BSC visitados - existem selas para colocar em cavalos, cadeiras quebradas, bicicletas, caixas vazias, capacetes, material para ser reciclado (latas de cervejas, papelão) etc, uma espécie de quarto de badulaques. Embora as sementes fiquem suspensas do chão - uma estratégia para evitar que elas se estraguem - o piso estava completamente úmido por causa de um vazamento no teto que fez com que a chuva da noite anterior molhasse o ambiente.

Ao entrevistar moradores da comunidade sobre a existência do BSC tivemos uma surpresa. Eles desconhecem completamente ou sabem em parte o que significa essa política, bem como são alheios a dinâmica de funcionamento de um banco. Chegam inclusive a confundir com empresas privadas: *“Eu não gosto de banco não meu filho, eu odeio filias”*. Sobre as formas de armazenamento dos grãos em períodos de entressafra, eles sempre colocam a tradição, a experiência herdada com os pais: *“Eu aprendi desde novim, meu pai me ensinou, eu também via ele guardando na lata, na cabaça e fui aprendendo”*. Estes depoimentos evidenciam, em parte, uma falta de mobilização e articulação entre os membros da comunidade e as ações das organizações não governamentais. Eles falam que, embora façam parte da associação comunitária, nunca foram convidados a integrar nenhum BSC. Uma aposentada, de 64 anos, selecionava os melhores grãos de feijão na porta de sua casa enquanto vigiava a outra parte das sementes que secava ao sol. Analfabeta, casada, mãe de um filho, ela também desconhece a existência de um BSC na comunidade, disse que guarda os grãos nas garrafas plásticas – aprendeu com a avó – e pela falta de conhecimento também não é capaz de traçar qualquer comentário a respeito dos bancos.

#### **4.5 – Município E: crises e busca de uma identidade rural**

A região visitada desta vez vem passando por uma crise rural que se estende desde os anos 2000 com o fim do cultivo de duas de suas mais importantes culturas: a mandioca e a batatinha. Estivemos no município para conhecer a experiência com os bancos de sementes comunitários e percebemos isso conversando com agricultores que antes plantavam vinte caixas de batatinha por ano e não encontravam problema na hora de comercializar o produto. Hoje, de acordo com os próprios agricultores, nem as mudas dessas batatas existem mais. O frigorífico onde eram armazenadas as “sementes” para o ano seguinte foi desativado. Quanto à produção de mandioca, os agricultores lamentam a desativação das casas de farinha que simbolizavam a importância do produto para a região. No município existiam seis casas de farinha, todas em funcionamento entre os anos de 1970 e 2000. Hoje restam apenas três. O povo vai a cidade comprar farinha pra comer. Além destes dois produtos, o município produzia também erva-doce e algodão. Mas o “boi da terra”, de acordo com os produtores rurais, era mesmo a batatinha (batata inglesa).

Para produzir a batatinha, os produtores recebiam incentivos dos bancos que financiavam toda produção e comercializavam sem que se desperdiçasse nada. A ruína, segundo eles, para o fim da produção da batatinha foi à chegada desse produto do estado de São Paulo. Todas estas informações foram confirmadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. O atual presidente disse que chegou a plantar quinze caixas de batatinha no ano 2000 e não teve quem quisesse, não conseguiu demanda para escoar o produto. A saída estudada, segundo ele, é a chegada de uma nova variedade de batatinha para ver se retomam o cultivo dessa cultura na região.

Em 2007 os agricultores do município “conheceram” uma nova cultura agrícola – o fumo. Hoje cerca de dez agricultores rurais já produzem o tabaco. Todo o financiamento e compra do produto é feita pela Souza Cruz - empresa do ramo de cigarros, com sede no Rio de Janeiro que instalou máquinas, enviou adubos e vem financiando e incentivando a cultura na zona rural do município. Os agricultores confirmam que existe uma espécie de contrato de trabalho entre eles e a empresa já que a cultura do fumo é muito trabalhosa e

consome muita mão de obra. Esse trabalho teria apoio de entidades ligadas à assessoria técnica do Estado como aponta Delgado e Zimmermann (2008 p. 28) durante a realização de uma pesquisa sobre o Território da Borborema<sup>34</sup>.

(...) ficamos sabendo, nas entrevistas realizadas, que a empresa Souza Cruz está propondo um projeto de produção de fumo para a região e já estabeleceu um diálogo com a Emater, que irá garantir a assistência técnica para a cultura, sem considerar, pelo menos até agora, o posicionamento do Fórum a respeito. Há o temor, entre membros do Fórum, de que a produção de fumo, entre outros malefícios, estimule os agricultores a deixarem de plantar alimentos.

Outra cultura em destaque na zona rural deste município é a produção de sementes de mamona ou “carrapateira” como eles popularmente denominam. O problema é que nem todo mundo que produz consegue espaço no mercado para vender o produto. Encontramos a gestora do BSC colhendo sementes de mamonas e armazenando em sacos. Ela disse que a produção de mamona pertence a um vizinho, funcionário público federal aposentado que nunca perdeu sua ligação com o município. Mesmo morando em João Pessoa, capital do Estado, passou vinte anos de sua vida plantando batatinha e agora resolveu através de um contrato com uma cooperativa de uma cidade vizinha que recebe toda a produção, investir no plantio de mamona. Nesta safra de 2011 serão aproximadamente cinco mil quilos de sementes. Perguntado pelo valor de cada quilo, ela respondeu que como é uma coisa acordada entre cooperativa e produtor, e pelo fato também de a semente ser para novos plantios de mamona, o quilo é vendido por R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos), mas que se caso alguém tenha plantado e colhido dificilmente alguém comprará e se comprar será por algo em torno da metade deste valor.

Ao longo do percurso de aproximadamente 2 km entre a zona urbana e a comunidade rural pesquisada, percebemos plantações de feijão, alguns mais crescidos, outros ainda em processo de germinação. O Banco de Semente Comunitário, considerado um dos três mais organizados e em atividade no município, fica num canto de parede do galpão da Associação comunitária.

---

<sup>34</sup>O Território da Borborema inclui 21 Municípios: Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Arara, Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria, e Solânea. Ver DELGADO E ZIMMERMANN 2008

**Figura 09 - Banco de Semente visitado na comunidade E**



**Foto arquivo do próprio autor**

Galões de plástico e garrafas peti, são os recipientes existentes para se armazenar as sementes. Apenas quatro variedades de feijão compõem o estoque do banco, que possui atualmente vinte sócios e cerca de 280 kg de sementes. Uma agricultora, de 46 anos, é responsável pela gestão do banco. Ela ocupa ainda o cargo de tesoureira da associação de moradores da comunidade. Segundo ela, o banco foi fundado em 2003 e que já chegou a possuir vinte e sete sócios.

Ao contrário da maioria dos BSC visitados que tem uma política de valorização e conservação das sementes dos próprios agricultores, este já foi criado com sementes doadas pelo governo. O que desconstrói um pouco essa política instituída pelo Pólo Sindical da Borborema. Mas a atual gestora confessa que sabe pouca coisa do momento da criação e atribui sempre as respostas para as perguntas sobre este período a uma ex-presidente da associação comunitária. Este senhor era comerciante e teria levado a sua veia de mercador para a associação de moradores o que resultou num desastre: duas máquinas (uma de debulhar milho e outra de colher o feijão), todas pertencentes a associação, foram vendidas; silos foram comprados mas nunca tiveram nenhuma serventia de acordo com a agricultora – coube a eles [os silos] ser encostados num canto de parede. Este ano de 2011 cerca de 120 kg de sementes do banco já foram distribuídas com os agricultores.

No município já existiram ao todo nove bancos de sementes comunitários. Hoje a maioria foi desativada restando apenas três em

funcionamento. A gestora do BSC pesquisado disse que conta com o apoio apenas do STR para seguir com a proposta do banco. Ela admitiu ser convidada a participar de reuniões e eventos, mas em função de suas ocupações nunca pode comparecer.

Eu já fui convidada (risos) várias vezes, mas eu sempre tenho outras ocupações e os meninos as vezes vai (nome das pessoas) as vezes participa. Tem um vizinho da gente aqui que faz parte da associação, eles já participam desses eventos, mas eu já fui convidada várias vezes, mas não vou.<sup>35</sup>

As irregularidades climáticas são sempre colocadas como motivos para a queda do estoque de sementes no banco. Em 2009 as sementes de feijão armazenadas chegaram a mais de 500 kg, mas por conta das perdas na lavoura nos anos subsequentes (2009-2010) os agricultores acabaram não devolvendo a quantidade retirada do banco e muito menos o valor acrescido o que comprometeu o estoque. Ainda hoje tem agricultores que não vieram deixar as sementes emprestadas.

O ano passado a gente teve perda porque o ano foi um ano trapalhado de inverno, a gente conseguiu quinhentos e poucos quilos, mais ou menos quinhentos e dez quilos de feijão, só que a gente teve bastante perda, porque “os feijão não era bom”, as pessoas não pegaram o feijão e foi diminuindo que a gente só conseguiu “recadar” 289 kg. Que justamente é o que a gente tem hoje aqui.<sup>36</sup>

As exigências, segundo ela, para que alguém da comunidade participe do BSC são simples: devolver as sementes no prazo estipulado (geralmente julho e agosto que são meses de colheita), limpas e secas.

O ano passado devolveram feijão aqui que o menino pegou emprestado e não nasceu é isso que eu já to mudando a normativa de colocar o nome das pessoas porque quando eles devolvem pra o ano que ele vem pegar novamente eu já sei qual é a semente porque se tiver alguma erro foi deles mesmos né? num tem nada a ver com a gente aqui.<sup>37</sup>

Mas é possível perceber o pouco envolvimento dos moradores da comunidade com a questão do BSC. Conversamos com agricultores que residem a uma distancia máxima de 300 metros da sede da associação onde fica instalado o Banco de Sementes. Eles afirmam que sabem da existência da

---

<sup>35</sup> Entrevista ao autor em 11 de março de 2011

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Ibidem.

associação, mas desconhecem o Banco de semente. Não participam e preferem guardar suas sementes em casa, utilizando para isso as mesmas estratégias de conservação (garrafas *peti*) “Eu aprendi com meu tio. Eu cheguei lá e ele ‘tava enlitrando tudim’, ai eu perguntei e ele disse pode colocar que passa dois três anos. Não deixando a tampa frouxa pra entrar ar, não estraga não”.<sup>38</sup> Orgulhoso ele mostra o local onde as sementes são armazenadas na casa dele. Dezenas de garrafas organizadas em prateleiras e suspensas do chão.

O agricultor em questão tem 44 anos, é casado, possui três filhos, cursou o segundo ano primário e cultivava em sua propriedade milho, feijão e fava. Mesmo afirmando desconhecer a existência do banco, ele demonstra ter um certo conhecimento sobre a dinâmica de funcionamento de um BSC, ao ser perguntado sobre a forma de gestão/organização do BSC ele diz: “Eles pegam na hora da planta. Vão buscar ai parece que com um tempo eles voltam lá que é para .... no outro ano pega novamente”.<sup>39</sup>

Em períodos de pouco “lucro”, fraca colheita e sementes de pouca qualidade para armazenar e garantir o plantio do próximo ano, a forma de adquirir os grãos é se dirigindo ao comércio ou recebendo sementes certificados do governo. Estas são distribuídas diretamente no sindicato dos trabalhadores rurais localizada na sede do município.

### **3.6 –Município F – Uma experiência para “gringo” ver**

No dia 15 de março de 2011, fomos conhecer a experiência dos agricultores familiares com as sementes em mais um município do agreste do Estado. Havíamos agendado anteriormente com uma liderança de um Assentamento Rural, mas em função de um desencontro seguimos para outro acampamento que fica distante 12 quilômetros da cidade. Coincidentemente, nesta mesma comunidade, estava acontecendo uma visita de um grupo de pastores e membros da Igreja Luterana da Baviera na Alemanha. Eles vieram acompanhar de perto o trabalho dos agricultores apoiados pela AS-PTA que recebe apoio financeiro desta organização internacional para incentivar

---

<sup>38</sup> Entrevista ao próprio autor.

<sup>39</sup>idem

experiências de convivência com diversas comunidades pobres do Nordeste do Brasil. O grupo formado por dezessete pessoas foi dividido em três equipes que visitaram experiências de convivência com o semiárido em outros dois municípios do agreste e brejo. Experiências estas já citadas nesta pesquisa.

A experiência escolhida pelos técnicos da AS-PTA e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município foi a de um agricultor experimentador<sup>40</sup> de 53 anos de idade. Ele cursou o primeiro ano primário, é casado e teve cinco filhos. Hoje moram na casa construída no assentamento apenas ele e a esposa, de 57 anos. O agricultor tratou logo de receber as visitas contando um pouco da sua trajetória de vida: onde nasceu, como foram os anos que antecederam a sua chegada àquele espaço, de terra hoje propriedade sua. Ainda meio sem jeito, como se estivesse ao mesmo tempo envergonhado e orgulhoso por está recebendo no alpendre de sua casa pessoas “tão importantes”, o agricultor também decidiu mostrar para os visitantes que ele também era uma pessoa importante, diferente do que havia sido outrora.

**Figura 10 e 11 - Grupo de alemães visita assentamento rural da Paraíba**



**Foto arquivo do próprio autor**

Antes de chegar ao assentamento, ele conta que as coisas eram muito difíceis. Em 1983, vivia com a família num pedacinho de terra de dois hectares no vizinho município de Arara. Trabalhava para um fazendeiro, dono daquelas terras que contratou vários agricultores para desmatar a área e construir roçado. Depois que todo o espaço foi transformado em roçado, ele disse que o fazendeiro teria exigido “uma terça” da produção, o que significa dizer que a cada três sacos de milho, por exemplo, um era para o patrão. Essa medida

<sup>40</sup> Denominação atribuída àqueles agricultores engajados na experimentação e nas lideranças comunitárias. Tais agricultores têm participação efetiva em momentos especiais de monitoramento, avaliação e planejamento do trabalho. Mais informações ver Silveira em SABOURIN e TEIXEIRA 2002.

teria desagradado o agricultor que decidiu ir embora para a capital do estado – João Pessoa. No final da década de noventa, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST ocupa a fazenda e ao tomar conhecimento do fato, ele retorna para a propriedade e se junta aos “companheiros” como explica uma pequena publicação entregue durante a visita para todos os membros do grupo estrangeiro.

Em 1999 seu (nome do agricultor) e a família juntaram os troços e foram para um acampamento. Moraram um ano embaixo da “barraca de lona preta, sempre lutando para conseguira terra”. Logo depois que conseguiu a terra, seu (...) tratou de buscar alternativas que pudessem melhorar suas condições de vida. Foi quando conheceu o trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de (...) e do Polo sindical. Com o apoio destas organizações mobilizou os companheiros e as companheiras do assentamento para fundarem um Banco de Sementes Comunitário.<sup>41</sup>

Embora o texto coloque a origem do banco de sementes quase que simultaneamente à criação do assentamento, o agricultor vai esclarecer em sua fala que o Banco só foi fundado mesmo no ano de 2003. A “mobilização dos companheiros”, na época, só conseguiu reunir três sócios para a fundação do BSC. Hoje o Banco possui oito sócios e tem um estoque estimado de 150 kg de sementes de milho e feijão. O agricultor experimentador não mostrou o BSC para os visitantes. Achou que não era digno mostrar um espaço que estava completamente desorganizado. Preferiu expor umas cinco garrafas peti com sementes de milho, feijão, jerimum e coentro sobre uma mesa debaixo do alpendre. A experiência com as sementes chamou a atenção dos visitantes que perguntaram como são tomadas as decisões sobre quem fica na gestão do banco, o porquê da criação de um banco de semente comunitário, porque os agricultores não possuíam sementes antes, quais eram os problemas e se existia algum tipo de semente que é mais complicado do que outras para se guardar.

Previsivelmente, as repostas do agricultor repetiam as mesmas proferidas por outros gestores de bancos de sementes: as decisões sobre a gestão são sempre tomadas de forma coletiva; não se possuía semente antes porque elas estando guardadas em casa (BSF) ficavam mais vulneráveis - os

---

<sup>41</sup> Informativo da agricultura familiar, Paraíba, fevereiro de 2006, nº 128.



agricultores consumiam tudo; o BSC vem para libertar o pequeno agricultor dos alimentos transgênicos; garantir sementes para o plantio no tempo certo e libertar o agricultor das oligarquias políticas. Para devolver as sementes ao banco, elas precisam estar secas e devidamente selecionadas só assim poderão ser armazenadas. A experiência dele foi objeto de um comentário de uma dos integrantes do grupo da Alemanha que afirmou ser esta experiência da Paraíba com a seleção e conservação de sementes, uma referência para a agricultura da Baviera.

Conseguimos um espaço entre uma explicação e outra, para convencer o agricultor a nos apresentar o banco de semente comunitário. Muito semelhante aos demais, o BSC fica no canto de um quatinho lateral da casa do agricultor, onde ele guarda uma infinidade de troços. De acordo com do STR, o município já possuiu doze bancos de sementes comunitários, hoje restam apenas cinco.

Além da experiência com os bancos de sementes, a família do agricultor, apresentou para os visitantes as árvores, os animais e as plantas frutíferas que ele cultiva “no arredor de casa”: pés de graviola, manga, caju, goiaba, laranja, mamão, maracujá; a criação de galinhas e plantação de palma forrageira e gliricídia, que também serve para fazer ração para os animais. A todo o momento o agricultor era orientado a apresentar determinada experiência pelo técnico da AS-PTA ou pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores do município que também formavam a comitiva. Em nenhum momento a condição de agricultor, assentado e pobre foi colocada como algo problemático.

O discurso de superação, de conquista e de vitória predominou durante toda a visita. Os relatos de experiências sempre colocavam a idéia de que o nordeste é um lugar bom, o agricultor não enfrenta nenhuma dificuldade de crédito, acesso a terra e a água – mesmo eles que fazem parte de um programa nacional de assentamentos rurais -, que certamente já passaram por muitas dificuldades para se instalar em algum lugar, conseguir um pedaço de chão onde pudesse viver em paz com a família. O discurso reproduzido e exportado para quem não conhece a dura realidade da região é o de que em se plantando nesta terra tudo brota.

#### **4.7 –Município G: decifrando o enigma?**

Se a experiência com Bancos de Sementes Comunitários do município pesquisado anteriormente serve como referência para o mundo o mesmo parece não acontecer com o projeto no município pesquisado agora, que fica na mesma região.

Marcamos com antecedência uma visita a uma destas experiências do município, que fica num assentamento rural distante aproximadamente uns cinco quilômetros da cidade. A área é resultado de uma desapropriação de terras pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – em novembro de 1999. Naquela época cinquenta e cinco famílias foram beneficiadas com a desapropriação de uma fazenda pertencente a um dono de terras da região.

De acordo com uma liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais existem no município seis BSC, um deles fica nesta comunidade e vem passando por um processo de mudança de gestão. Combinamos então de acompanhar uma visita dos técnicos ao banco e aproveitar para conversar com eles, saber dos desafios, da participação dos agricultores, do real envolvimento da comunidade. Ao chegarmos à sede do STR fomos informados que a visita acabara de ser cancelada. O motivo teria sido uma reunião com todas as lideranças rurais do município para tratar de assuntos ligados à saúde pública e à educação. Indiferente a nossa presença no sindicato, essa liderança mostrou-se ainda bastante insatisfeita, embora estivéssemos agendado com dois dias de antecedência, com a nossa presença naquele espaço. Além do mais, demonstrou ainda uma completa insatisfação com a presença de um pesquisador às comunidades coordenadas pelo sindicato. Citou inclusive um caso de “um menino” que teria feito uma pesquisa “sem a autorização” dela junto aos agricultores de um assentamento rural. Em função da repercussão que essa tal pesquisa teria provocado, ela (a representante do STR) teve que ir às pressas até a cidade de Campina Grande para uma reunião urgente como o pessoal do Pólo Sindical da Borborema. “Eu tive que sair louca daqui do sindicato pra resolver esse problema”. Desde esse período foi tomada a seguinte decisão: “qualquer visita deve ser agendada diretamente com o Pólo”.

Mesmo ela se referindo a esse episódio como algo que aconteceu num passado não muito distante, aparentemente ela (a representante do sindicato) deve ter esquecido este fato no nosso primeiro contato que havíamos feito na mesma semana via telefone. De todo modo, insistimos, afirmado que os contatos telefônicos do sindicato teriam sido repassados pelo Pólo. Mesmo assim ela se manteve irredutível. Não foi possível saber ao certo nem ela quis contar o real motivo de tanto desconforto provocado pela presença de um pesquisador naquela região. No entanto, a contradição deste posicionamento, vem logo em seguida. Ela fez questão de enfatizar ainda no seu desabafo que todas as pesquisas, assim como todos os resultados obtidos nelas – sejam positivos ou negativos – são muito importantes para o trabalho que eles vêm desenvolvendo. Outro motivo que, segundo ela, estaria fazendo com que eles tomassem um posicionamento mais firme à presença de pesquisadores nas comunidades do município, seria pelo fato de estes agricultores envolvidos na pesquisa sempre perguntam sobre o resultado destes trabalhos e tais resultados nunca retornam para o conhecimento dos agricultores. Pedimos, mais uma vez, para que apenas uma das seis comunidades onde existem experiências com os BSC fosse nos indicada para uma visita. Irredutível, ela pediu que nos dirigíssemos ao Polo Sindical da Borborema.

Como tínhamos sido informados do nome da comunidade onde ia acontecer a intervenção e não acreditamos no que havíamos ouvido, resolvemos então pegar um transporte e nos dirigir até o Assentamento citado no nosso primeiro contato. O objetivo era, além de confirmar o cancelamento da reunião que íamos acompanhar, tentar um contato com o antigo gestor do Banco de Sementes do Assentamento. Para a nossa surpresa chegamos bem na hora em que todos as lideranças estavam reunidas na sede da associação, inclusive sob a coordenação da liderança sindical que havia nos avisado do cancelamento da reunião.

**Figura 12 e 13 - Sede da Associação Comunitária e casas dos moradores do Assentamento pesquisado**



Foto disponível em <http://migre.me/46r67> acessado em 23 de março de 2011

Desejamos boa tarde e concluímos ser impossível realizar qualquer tipo de pesquisa num ambiente de total falta de credibilidade, confiança, respeito. Bastante surpresa com a nossa presença, a liderança sindical, mudou completamente de assunto e quase não respondeu ao nosso cumprimento.

Aqui nossa pesquisa de campo começa a sofrer interferência por parte dos gestores, assessores técnicos das comunidades envolvidas no universo analisado. Como havíamos optado por uma metodologia que permitisse o contato direto com os próprios agricultores, sem a devida mediação das organizações não governamentais, a notícia de que estávamos em campo realizando a pesquisa junto aos agricultores, registrando imagens dos BSC já havia chegado aos ouvidos dos assessores técnicos e membros das ONGs envolvidas no projeto bancos de sementes. A partir de então houve uma resistência por parte dos agricultores em receber a gente ou passar informações sobre o funcionamento dos bancos. Além disso passamos a receber mensagens via e-mail solicitando cópias do projeto, artigos publicados sobre a temática e explicações/esclarecimentos sobre a nossa pesquisa.

As informações obtidas sobre o assentamento visitado neste município, bem como a existência do banco foram possíveis através de uma conversa informal com uma moradora da comunidade e via consulta de trabalhos publicados na internet sobre o assentamento. A agricultora aposentada cosia com sua máquina de costura no alpendre da casa. Ela nos disse que já havia feito parte do BSC. “peguei umas sementes lá, mas hoje não faço mais parte não. Ainda hoje eu tenho da semente aí. Planto todo ano”. O depoimento desta agricultora remete a uma preocupação antiga dos gestores dos bancos de

sementes - associada ao armazenamento de grãos em estoque familiar - como atesta Diniz (2002, p.78)

Os anos seguintes, em função da normalidade das chuvas, houve uma certa desmobilização do grupo. Alguns bancos de sementes se consolidaram, outros não conseguiram imprimir uma dinâmica social, uma vez que os agricultores, tendo sua semente guardada em casa, não se sensibilizaram para os processos políticos que estão por trás da organização dos bancos. Porém, em 1998, por conta de mais uma seca no Nordeste, a *Articulação* volta a se mobilizar. Assim, no início de 1999, na expectativa de um bom inverno, a *Articulação do Semiárido* consegue estabelecer um diálogo com o representante da Secretaria de Agricultura do Estado, embora o momento fosse tardio para realização de ações eficazes.

No caso em particular, é notável, a nosso ver, um controle hierárquico destas experiências. Uma espécie de burocratização terceirizada. Assim como na burocracia estatal, desobedecer esta ordem estabelecida pode custar muito caro. Para que isto fique claro e este trabalho possa manter uma distância capaz de comprovar a “isenção” e a “imparcialidade” destas lideranças junto aos agricultores, ela enfatiza: “nós ouvimos os agricultores, a gente não chega mudando a realidade. É a partir das experiências deles [agricultores] que a gente trabalha”. Este é um discurso bastante comum entre os técnicos, agentes e lideranças que realizam as ações de intervenção social e demonstra claramente a transferência de responsabilidade do Estado (conjunto da sociedade) para o próprio sujeito. É ele que tem que identificar e resolver seus problemas como lembra Montañó (2008, p. 190) “(...) atribui-se ao próprio sujeito portador de necessidades a responsabilidade pela satisfação dos seus carecimentos, ora vinculando-se a autoajuda e à ajuda mútua, ora adquirindo os serviços como mercadoria”.

#### **4.8 –Município H: Entre a “boa intenção” do Estado e “má vontade” da comunidade.**

A experiência com a seleção e o armazenamento de sementes de forma coletiva neste município localizado no agreste do estado, não obteve sucesso. Em 2003, o sindicato dos trabalhadores rurais do município resolveu estimular a criação de um Banco de Semente Comunitário - BSC, numa comunidade distante uns sete quilômetros da cidade. A tentativa consistiu no plantio de uma

roça de milho da variedade jabatão e uma pequena quantidade de fava como lembra o líder comunitário:

A gente plantou mais ou menos uns dois quilos de milho jabatão né? que é a qualidade da região que a gente sempre estimula o agricultor pra plantar ele que é uma boa semente e a fava orelha de boi que a gente chama, que é uma fava de boa qualidade e plantemos mais ou menos uns dois quilos de fava também e colhemos,... A fava deu pouca, deu mais ou menos umas três cuias né? trinta quilos e o milho deu mais ou menos cento e vinte quilos<sup>42</sup>

Depois de colhidas, essas sementes foram selecionadas e armazenadas na sede da associação dos moradores da comunidade. Em seguida, com a chegada do período invernososo – abril a agosto – o estoque foi redistribuído para cerca de trinta agricultores que se associaram ao Banco de Sementes obedecendo todos os critérios, entre eles o de repor o estoque ao banco, somado a uma espécie de juro para que o BSC pudesse prosperar e incluir outros agricultores no processo. “Mas os agricultores não, não, não incentivaram as boas experiências, os que devolveram, devolveram de má qualidade aí o banco foi à falência por causa disso”, lembra. Além de acusar os agricultores de não cumprirem metas, o que para ele, seria outro problema identificado na consolidação das experiências comunitárias com as próprias sementes foi à distribuição gratuita de sementes pelo governo:

(...) só que os agricultores ainda não sabe o que é essa semente, é uma semana perigosa que a gente vem debatendo né? em todo região, nas trocas de experiências da gente né? nos mutirões que a gente faz com as famílias né? e, mas até hoje eles vem se convencendo porque eles plantam uma semente hoje e quando é o ano que “enta” ela já não é a mesma e o milho jabatão da gente é a semente do futuro.<sup>43</sup>

A experiência que teve início em 2003 acabou no ano seguinte. A comunidade possui uma associação com pouco mais de 100 famílias associadas. Agora o sindicato, juntamente com o Pólo Sindical da Borborema e a As-Pta estão tentando reativar o Banco de Sementes Comunitário. Para isto já existem no sindicato dois sacos de milho da variedade jabatão e um saco de feijão da variedade carioquinha, adaptável a região. Encontramos o agricultor de 57 anos, construindo uma cisterna do tipo calçadão, que faz parte do

---

<sup>42</sup> Entrevista ao próprio autor em 18 de março de 2011

<sup>43</sup> Idem

programa P1+2 do governo Federal, que pretende construir um milhão de cisternas (P1MC) para captação de água potável e para o uso diverso, tais como o de regar plantas, matar a sede dos animais, etc. O município recebeu recurso para construir 29 cisternas do tipo calçadão, 15 delas na comunidade pesquisada.

**Figura 14 -15 : Liderança comunitária do município H**



Arquivo do próprio autor

Ele se orgulha de ter sido um dos primeiros agricultores a aprender a construir cisternas de placas. Foi no ano de 1999 através de um curso oferecido pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Graças à profissão, ele disse que teve a oportunidade de conhecer “essa Paraíba de cabo a rabo” e deu cursos inclusive sobre construção de cisternas na universidade. Foi no curso de Técnico Agrícola da UEPB no campus de Lagoa Seca. Semianalfabeto, o agricultor disse que aprendeu apenas a assinar o nome e cursou somente a primeira série, a qual ele diz ser “Mobral”, uma referência ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, iniciado no final dos anos 60 e fortemente estimulado nos anos 70, aqui no Brasil e que visava alfabetizar adultos. Casado, teve sete filhos, seis deles moram no Rio de Janeiro e um em casa com a família. Mesmo sendo agricultor e vivendo no campo ele parece “não acreditar muito na agricultura nos tempos de hoje”:

A gente aqui na nossa região era a região do milho, da fava, da mandioca, certo? da batata doce e hoje a gente ver só capoeira. (...) A fonte de renda, o que a gente ver é que a maioria só se sustenta com a bolsa família... outros é com trabalho do seguro safra. (...) e o sofrimento daqui é esse.<sup>44</sup>

O agricultor, embora seja uma liderança local, uma espécie de referência para os demais moradores da comunidade, reconhece os desafios do mundo

---

<sup>44</sup> Ibidem

rural e a importância de outras políticas externas na melhoria das condições de vida da região.



## Considerações

A partir do final dos anos 80, e principalmente no início dos anos 90 com a presença marcante das ações de organizações não governamentais ligadas ao campo, as políticas de incentivo à pequena agricultura ganham, com isso, novos contornos. Estes reflexos podem ser percebidos também na própria conceituação ideológica da ação destas organizações junto aos agricultores/comunidades.

Não descartamos a importância da agricultura familiar no contexto atual, mas acreditamos que existe, em função dessa nova realidade, uma romantização do papel que os agricultores desenvolvem na sociedade. É um novo discurso instituído contrariamente ao que se pregou a partir dos anos 60, baseado, principalmente, na industrialização e mecanização do campo (ALMEIDA 1980); (WANDERLEY, 2009). O rural deixa de ser a representação do atraso, do arcaico, o espaço do vazio, do abandono, da pobreza (GOMES DA SILVA, 2010), local que para ser desenvolvido demandaria a construção de grandes e modernas indústrias (FURTADO, 1965; 2001) e começa a receber um tratamento idílico, quase divinal (CARVALHO, 2003) fomentado em grande parte pela intervenção social do terceiro setor (MONTAÑO, 2008) que constrói um discurso em alguns momentos paralelo ao do Estado, em outros contra as ações e intervenções estatais e que pouco a pouco vai se tornando praticamente dominante em nas esferas sociais.

No que tange ao caso particular aqui estudado – As políticas ligadas ao homem do campo e a atuação dos Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba e sua apropriação pelas comunidades – a exemplo da Lei Estadual dos Bancos de Sementes, é possível verificar na empiria, diversas evidências dessa crítica social. Nas comunidades analisadas foram encontrados indícios de “pouco” ou “irrelevante” envolvimento dos agricultores com os BSC, embora em momento algum isso fosse oficialmente assumido pelos gestores locais. Isso fica claro no numero de moradores destas comunidades e a quantidade de membros dos BSC. A justificativa para esse “não envolvimento” seria possivelmente o fato de que, os agricultores preferem guardar suas sementes em suas próprias casas, nos chamados bancos de sementes familiares – BSF. Mesmo aqueles que mantêm alguma variedade de semente (geralmente feijão)

estocada no BSC, o fazem mais por questões pessoais/individuais (manutenção do Banco em atividade, mesmo que poucas pessoas o utilizem) do que por necessidade, já que ele possui um estoque de sementes em casa.

Foi possível perceber ainda na região estudada que a responsabilidade pelos Bancos de Sementes Comunitários desativados recai sobre os agricultores que não mantiveram mobilização, o envolvimento, o compromisso coletivo. Com isso evidencia um momento de responsabilização destes que já são pouco favorecidos pela sociedade. Ainda em nosso universo de amostra, os BSC que se mantêm em atividade configuram-se, em grande medida, graças ao empenho de seu gestor que o assegura em “pleno funcionamento” para que este sirva como referencia ao trabalho desenvolvido pelos agricultores e assessorado pelas ONGs.

Os Bancos de Sementes Comunitários podem ser considerados ainda como uma apropriação de práticas tradicionais dentro das atuais políticas de desenvolvimento. Todos as lideranças locais entrevistados/pesquisados se dizem acreditar nesta proposta dos BSC como forma de desenvolvimento rural/local. A concepção deles a respeito do que seria desenvolvimento reflete, naturalmente, a concepção dos agentes das organizações que prestam assessoria técnica no campo.

Os bancos de sementes eles promovem desenvolvimento comunitário na medida em que os agricultores e... as sementes dos agricultores são valorizadas, são guardadas e são semeadas, então, é... isso faz com que o agricultor busque sua autonomia né? Então pensar desenvolvimento comunitário é pensar na autonomia dos agricultores, dos agricultores, das agricultoras, buscar autonomia dessas comunidades na medida em que elas não dependem de fora né? Então elas não dependem do mercado, elas pra, no momento de plantar elas tem suas sementes e que uma variedade de sementes. Então isso é um instrumento, é um meio de promoção de desenvolvimento comunitário. Então os bancos de sementes vêm cumprindo um papel importante porque além deles terem o papel de ter a semente no momento certo, estes bancos também estão cada vez mais é... mapeando sementes, onde os bancos vem cada vez mais ampliando o numero de variedades de sementes como também ampliando seus estoques né?... Então, tudo isso é... são mecanismos, meios de promoção de desenvolvimento comunitário.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup>Entrevista com uma das coordenadoras do Patac e integrante da Asa-PB concedida ao próprio autor em 19 de março de 2010

Os gestores dos bancos de semente - geralmente lideranças ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a associações comunitárias -, assim também percebem o conceito de desenvolvimento. Para eles, ter acesso as sementes no período do plantio; conservar variedades em processo de erosão<sup>46</sup>; evitar a presença de alimentos transgênicos; combater o agronegócio – visto como agricultura da morte -; e estimular a pequena agricultura familiar – denominada de agricultura da vida – são mecanismos, formas de compreensão do desenvolvimento no atual contexto político, econômico e social destas comunidades. Esses elementos são discursos dos representantes das ONGs que destacam com números a importância da agricultura familiar para a sobrevivência da nossa população:

(...) a agricultura familiar continua resistindo e ainda responde não só pela segurança alimentar da população né? Hoje sabe-se, o censo 2006 mostra que setenta por cento da produção de alimentos no Brasil vem dessa categoria de agricultores familiares. No semiárido isso também se apresenta dessa forma, e mais, só pegando o caso da Paraíba, é o valor bruto da produção, ou seja o valor bruto da riqueza produzida na agricultura da Paraíba. Pelos dados do censo de 2006, sessenta por cento da produção de riqueza na agricultura da Paraíba vem da agricultura familiar, não é? E isso não é dito. Aparentemente a agricultura dita moderna, a grande propriedade é que responde pela produção de riqueza, só que isso é uma imagem, é um mito, mas na realidade quando você pega os dados é essa à agricultura. Então os bancos de sementes, as sementes da paixão elas são uma das mais importantes estratégias de resistência dessas agriculturas que contam com o papel da agrobiodiversidade, das sementes tradicionais adaptadas a cultura local, as ecologias de cada região, a economia de cada região, aos gostos de cada região e se ajustam ao semiárido para produzir essa enorme diversidade. Isso tem um valor pra hoje, pra manter , pra garantia da sustentabilidade da agricultura camponesa hoje mas também é um valor inclusive da humanidade porque isso é um patrimônio, esse patrimônio é da humanidade, é de todo, é patrimônio de todos e está a serviço, então esses agricultores prestam um serviço inestimável pra população brasileira, pra soberania alimentar da nação e pra humanidade na medida em que estão conservando uma base genética de enorme valor, conservando não numa geladeira não é mas sim conservando é... sempre ajustando ela a evolução do ambiente, das oscilações do clima e buscando sempre alcançar mais produtividade<sup>47</sup>.

Contudo é possível perceber algumas contradições nestas afirmações já que ouvimos dos próprios agricultores, durante a pesquisa de campo, frases do tipo: “a agricultura vai acabar”; “só fica na roça os mais velhos porque não tem pra onde ir”; “hoje você não tem mais paz no campo”; “antigamente eu plantava e tinha quem comprava minha produção”; “quem sustenta esse povo aqui hoje em dia é o bolsa-família”; “meus filhos nenhum trabalha mais na roça”. Ou seja,

---

<sup>46</sup> Processo de desaparecimento daquela espécie, perda total da variedade.

<sup>47</sup>Entrevista com um membro da AS-PTA - PB concedida ao próprio autor em 19 de março de 2010

por traz do discurso oficial de que tudo está perfeitamente bem, existe um contra discurso que revela um pouco do que acreditamos seja real.

Já no que se refere àqueles agricultores que moram nas comunidades pesquisadas e não participam dos BSC, estes afirmam que não se envolvem porque sempre guardam os grãos em casa, dessa forma garantem a qualidade das sementes para o plantio. Registrou-se ainda certa confusão destes agricultores em compreender direito o que são os Bancos de Sementes Comunitários. Alguns acham que as sementes distribuídas pelos governos vêm de um Banco de Sementes Comunitário. Até mesmo os que afirmam conhecer tais experiências, pouco ou quase nada sabem explicar sobre a dinâmica, o funcionamento os as formas de participação. No entanto, todos eles apresentam as mesmas estratégias de conservação (garrafas peti) para armazenar os grãos e evitar a presença de insetos e fungos em substituição aos tradicionais silos feitos de zinco.

Os agricultores que não participam dos bancos admitem que sempre que faltam sementes para o plantio, eles recorrem àquelas distribuídas pelos governos (estadual e municipal). A distribuição acontece diretamente nas comunidades ou na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Alguns agricultores consideram as sementes doadas pelo governo como sendo boas, embora reconheçam que sementes de qualidade são aquelas selecionadas e armazenadas em casa. Adquirir os grãos diretamente no comércio também é uma alternativa para os agricultores em momentos de crise. Quando lhes falta no estoque familiar ou o governo atrasa a entrega, eles recorrem às feiras e comércios da cidade. Parentes, vizinhos e amigos também podem fornecer as sementes que faltam na hora de fazer um novo plantio.

Consideramos ainda importante o trabalho que estas ONGs vêm desenvolvendo com o apoio do Estado, da iniciativa privada e através de cooperação internacional em regiões pobres da Paraíba. Tais ações sinalizam a necessidade de se criar políticas públicas que atendam às necessidades destas populações. No entanto é preciso ser criterioso com certas verdades construídas, incompatíveis com a realidade da maioria das populações que habitam estas regiões, correndo inclusive o risco de se criar políticas direcionadas para grupos formados por populações empobrecidas.

Não somos de todo pessimistas, acreditamos que temas como os aqui discutidos são de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida de comunidades pobres. Concordamos com Vainer (2007 p.10) ao reconhecer que “Mais do que nunca se impõem colocar em pauta aqueles temas que, pela sua abrangência e complexidade ajudam a pensar perspectivas e projetos que busquem transcender a conjuntura imediata”.

## Referencias

ALBAGLI, Sarita. In “**Globalização & Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**”, José Eduardo Cassiolato e Helena Maria Martins Lastres (editores), Brasília, IBICT/MCT, 1999.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa, Paraíba 1980, 3ª edição, revista. 730p

ALMEIDA, Paula e CORDEIRO, Ângela. **Semente da Paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido**. Esperança PB: AS-PTA, Janeiro de 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de, A terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

AUED, Bernadete Wrublevski e PAULILO, Maria Ignez Silveira (org.) Agricultura Familiar. Florianópolis, Insular, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999.

\_\_\_\_\_. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998.

BECKER, Dinizar F. ; DOLLABRIDA, Valdir Roque. **Dinâmica Territorial do Desenvolvimento**. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMAN, Milton Luiz (Orgs.) Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. 2a.ed. Santa

BENKO, Georges (1996). **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

BOEF, Walter Simon [et al.]. **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis, RJ: Vozes 1999

BORBA, Robinson Antônio Vieira; **A cidade cognitiva: proposição para o desenvolvimento local na era do Conhecimento.** Tese de Doutorado. USP 2000.

BORÉM, Aluizio, **Impacto da biotecnologia na biodiversidade: saiba como a biotecnologia pode contribuir para a conservação da biodiversidade.** In Revista Biotecnologia Ciência & desenvolvimento. Ano VIII nº 34. Janeiro/junho de 2005, edição especial Meio Ambiente, disponível em <http://www.biotecnologia.com.br/revista/bio34/bio34.pdf#page=22> visitado em 24 de agosto de 2010.

CARTA POLÍTICA DA I FESTA DA SEMENTE DA PAIXÃO; **Semente da paixão:** patrimônio da humanidade, livre de transgênicos e agrotóxicos; Soledade, PB: ASA-PB, 2004

CARTA POLÍTICA DA II FESTA DA SEMENTE DA PAIXÃO: **Semente da paixão:** cultivando a vida e guardando os frutos no semi-árido. Cajazeiras, PB: ASA-PB, 2005

CARTA POLÍTICA DA III FESTA DA SEMENTE DA PAIXÃO: **Semente da paixão:** alimento sagrado livre de veneno e contra o agronegócio. Lagoa Seca, PB: ASA-PB, 2006

CARTA POLÍTICA DA IV FESTA DA SEMENTE DA PAIXÃO: **Semente da Paixão:** plantando e colhendo solidariedade e riquezas no Semi-árido; Disponível em: <http://www.adital.com.br>

CARVALHO, Horacio Martins de (org). **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: O dilema brasileiro: pão ou o aço.** Rio de Janeiro: edições Antares, 1984

CLEMENTINO, Jurani O. **Estratégias de comunicação da V Festa da Semente da Paixão na Paraíba e sua relação com a esfera pública.** Intercom Nordeste, Campina Grande junho 2010 09 paginas. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-0822-1.pdf> acesso em 29/08/2010

\_\_\_\_\_ **Os desafios dos guardiões das sementes na Paraíba – uma análise das cartas políticas da festa estadual da semente da paixão.** I Encontro Regional de estudos Rurais. Campina Grande, UEPB, setembro de 2010, 10p.

\_\_\_\_\_, FERNANDES Marcionila; RAMALHO, Ailson. **Apropriação de práticas tradicionais nas atuais políticas de desenvolvimento – o caso dos bancos de sementes comunitários da Paraíba.** I Encontro Regional de estudos Rurais. Campina Grande, UEPB, setembro de 2010, 10p

Delgado, N.G. & Zimmermann, S. (2008). **Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Contexto das Novas Institucionalidades.** Relatório Preliminar 2. Brasília/Rio de Janeiro, IICA/OPPA/CPDA/UFRRJ, dezembro de 2008, 37 p.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 1ª ed. 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

DINIZ, P.C.O. (2002). **Ação coletiva e convivência com o semi-árido: A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano.** Campina Grande (PB), Dissertação de mestrado. CH-UFCG/UFPB-CCHLA/PPGS, 121 p.

\_\_\_\_\_ **Da Experimentação Social ao “Experimentalismo Institucional”.** Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil:



**experiências no Semi-Árido.** Campina Grande (PB), Tese de Doutorado. CH-UFCG/UFPB-CCHLA/PPGS, 230 p.

FERNANDES, Marcionila. **Implicações teóricas e práticas do Desenvolvimento Sustentável: um estudo com base no programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil.** Programa de Pós Graduação em Sociologia, Curso de Doutorado. CFCH/UFPE Recife 2000.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico,** Rio de Janeiro: Paz e Terra 2001.

\_\_\_\_\_ **Formação econômica do Brasil.** 22ª ed. São Paulo: editora Nacional, 1987.

\_\_\_\_\_ **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** 3ª ed. São Paulo. Editora Lisboa: 1965.

GIDDENS Anthony. **O mundo na era da globalização.** Editorial presença. Lisboa: 2000.

IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **Terceiro Setor: desenvolvimento Social sustentado.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1997

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira – Combates e controvérsias.** São Paulo, Brasiliense, 1981.

MOÁS, Luciane da Costa. **Cidadania e Poder local.** Editora Lúmen Júris, Rio de Janeiro 2002

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 5ª ed – São Paulo Cortez, 2008.

MOONEY, Pat Roy. **O escândalo das Sementes: O domínio na produção de alimentos.** São Paulo – SP, Nobel 1987.

NASCIMENTO, J. M., MOREIRA, Emilia. **Sementes da Paixão: estratégia de reprodução da agricultura familiar no Alto Sertão Paraibano**. In: Semiluso - Seminário Luso Brasileiro, Ano II, 26 a 28 de junho de 2008, João Pessoa, PB. Editora Universitária UFPB, 2008.1 CDROM.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: RelumeDumará; Fortaleza CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

-----, Frederico de Castro. **Imagens do Nordeste: A construção da memória regional**. Fortaleza: SECULT, 1994 (coleção teses cearenses)

NÓBREGA, Mailson Ferreira da. **Desafios da Política Agrícola**. Editora gazeta mercantil/CNPq, Brasília, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes**. Rio der Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p. Disponível em <http://www.polis.org.br/download/46.pdf> acessado em 11 de agosto de 2010

OLIVEIRA, Gustavo Justino de (coord). **Terceiro Setor, Empresas e Estado: novas fronteiras entre o público e o privado**. Belo Horizonte, Editora Fórum, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org) **A Globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. **Em busca de um paradigma**. In: **Pensando o Espaço do Homem**, 5ª Edição, 1ª reimpressão, São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_ Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record 2003.

SACHS, W. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes. 2000.

SCNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath e MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (orgs). **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras. 2000

SCOTTO, Gabriella. **Desenvolvimento sustentável.** / Gabriela Scotto, Isabel Cristina de Moura Carvalho, Leandro Guimarães. 4. ed.– Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento.** **Petrópolis,** RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Aldenôr Gomes da; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa e WANDERLEY, Maria d Nazareth B (Organizadores). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil.** João Pessoa: Zarina Centro de Cultura, 2009. 366p.

SILVA, Aldernôr Gomes da. **Ruralidades, desenvolvimento sustentável e políticas públicas na região semiárida do nordeste do Brasil.** Texto apresentado na conferencia de abertura do I Encontro de Estudos Rurais, promovida pelo núcleo de Estudos Rurais/UEPB. Campina Grande, setembro de 2010. 06p.

SOARES, Luis Carlos (org). **Da revolução Científica à Big (Business) Science: Cinco Ensaios da História da Ciência e da tecnologia.** São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo, atlas, 2009.

TENÓRIO, Fernando G. **(Re)visitando o conceito de Gestão Social**. In Revista Desenvolvimento em questão: revista do programa de pós-graduação em desenvolvimento. Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. – Ano 3, n. 5 (jan./jun.2005) Ijuí: Ed. Unijuí, 2005

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O Agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro**. In Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. PETERSEN Paulo (org) Agricultura Familiar Camponesa na Construção do futuro. Rio de Janeiro As-Pta, 2009.

VAINER C. B. **Planejamento Territorial e Projeto Nacional**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e regionais, V.09, Nº 1: Maio de 2007

## Apêndices



**Universidade Estadual da Paraíba - UEPB**  
**Pró-Reitoria de Pós-Graduação**  
**Mestrado em Desenvolvimento Regional**

**Questionário de coleta de dados dos BSC – 2011**  
**aplicado junto aos gestos dos bancos**

**CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Grau de instrução: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Número de membros na família: \_\_\_\_\_

- Quantidade de filhos: \_\_\_\_\_ - Comunidade: \_\_\_\_\_

Nome do BSC \_\_\_\_\_ Numero de Sócios no banco \_\_\_\_\_

**Questionário de coleta de dados dos BSC – 2011 aplicado aos gestores**  
**dos BSC**

1 – Quando surgiu o banco de Semente na comunidade?

\_\_\_\_\_

2 – Como foi a implantação (detalhes, curiosidades etc.) Teve apoio de alguma instituição/organização?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3 – Qual o objetivo da criação do BSC?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4 – Quantos membros/sócios participaram da criação do BSC?

\_\_\_\_\_

5 – Quantas famílias vivem na comunidade atualmente?

---

6 – Quantas participam do Banco?

---

7 – Quantas pessoas são responsáveis pela gestão do Banco? Quem são elas?

---

---

8 – Qual o estoque de sementes armazenado no BSC?

---

9 – Que variedades se encontram armazenadas no Banco?

---

---

10 – Quais as exigências para se associar ao Banco?

---

---

11 – Existe alguma resistência dos moradores da comunidade a fazerem parte do BSC? Pó que?

---

---

12 – Qual a importância do Banco de Semente Comunitário para esta comunidade?

---

---

13 – Depois da criação do banco o que mudou na vida das pessoas envolvidas com a experiência?

---

---

14 – Quais os desafios para manter um BSC em atividade?

---

---

[  
15 – Que diferença existe entre as sementes dos agricultores e as sementes distribuídas pelo governo?

---

---

16 – Até que ponto o BSC tem contribuído para o desenvolvimento/rural desta comunidade?

---

---

17 – Como envolver as pessoas que ainda não fazem parte do banco nesta experiência? Como incluir os excluídos?

---

---

18 – Qual a fonte de renda aqui na região?

---

19 – Além das sementes estocadas nos bancos comunitários existem ainda aquelas armazenadas em casa, nos chamados bancos de sementes familiares. Como você avalia a importância dos BSF para o pequeno agricultor e para o fortalecimento dos BSC?

---

---

### **Questionário aplicado aos coordenadores/assessores técnicos**

1 – Como os Bancos de Sementes Comunitários podem contribuir para o processo de Desenvolvimento Local?

---

---

2 – Como vocês compreendem o Desenvolvimento Rural?

---

---

3 – Na Paraíba o projeto existe desde meados dos anos 90. Que avanços ao longo desses quase vinte anos é possível afirmar no tocante a questões de Desenvolvimento das comunidades envolvidas?

---

---

4 – No projeto, no material de divulgação e nas reuniões com os representantes das comunidades (pólos) é possível perceber termos como **AUTONOMIA, PRESERVAÇÃO E SOLIDARIEDADE**, quando se referem aos BCS. Na prática como isso ocorre?

---

---

### **Sobre a Festa Estadual da Semente da Paixão - FESP**

5 – Como a festa das Sementes da Paixão pode contribuir para este projeto de desenvolvimento que contempla solidariedade, independência e preservação da biodiversidade?

---

---

6 – Por que escolher para a V edição da festa esta temática ligada a alimentos transgênicos e uso de agrotóxico?

---

---

7 – Na opinião da (Asa-PB Patac,Pólo Sindical,As-pta) é possível conquistar a independência das pequenas comunidades, destes municípios sem o apoio financeiro do Estado? Como?

---

---

8 – Como se dá a participação dos agricultores na FESP?

---

---

**Questionário de coleta de dados dos BSC – 2011 aplicado aos  
agricultores das comunidades que possuem BSCs**

1 – O Senhor(ora) tem conhecimento da existência de um BSC aqui na comunidade?

---

---

2 – Faz parte, participa, é associado a este Banco de Sementes? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?

---

---

3 – O Senhor(ora) conhece a dinâmica, o funcionamento do BSC, onde ele fica localizado?

---

---

4 - O Senhor(ora) faz parte da Associação Comunitária do município e/ou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais?

---

---

6 -Como o Senhor(ora) consegue as sementes para o plantio?

---

---

7 – Onde, em que espaço aqui da sua casa, elas são armazenadas?

---

---

8 – E quando falta, por exemplo, aqui no seu estoque familiar a quem recorrer?



---

---

9 – (Para aqueles que responderam **não** na questão 2). O Senhor(ora) já foi convidado a fazer parte de um banco de semente? ( ) Sim ( ) Não. E por que não aceitou?

---

---

10 – Sua família depende exclusivamente da agricultura?

---

---

11 – (Para aqueles que responderam **sim** na questão 2 e conhecem a dinâmica de funcionamento de um BSC) Qual sua opinião sobre os Bancos de Sementes Comunitários?

---

---